

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Anete Regina da Cunha

**MEMÓRIAS INVENTADAS DO ENDIVIDAMENTO: O
GOVERNAMENTO DA POBREZA**

Porto Alegre, RS

2017

Anete Regina da Cunha

**MEMÓRIAS INVENTADAS DO ENDIVIDAMENTO:
O GOVERNAMENTO DA POBREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia Social e Institucional**.

Orientador: Prof. Dr. Luís Artur Costa

Porto Alegre, RS.

2017

Anete Regina da Cunha

**MEMÓRIAS INVENTADAS DO ENDIVIDAMENTO:
O GOVERNAMENTO DA POBREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia Social e Institucional**.

Aprovado em 27 de outubro de 2017

Luís Artur Costa, Prof. Dr. (UFRGS)
(Presidente/Orientador)

Neuza Guareschi, Prof^a. Dr^a. (UFRGS)

Betina Hillesheim, Prof^a. Dr^a. (UNISC)

Édio Raniere, Prf. Dr. (UFPeI)

Porto Alegre, RS.

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Guilherme e Isabella, porque é principalmente por eles que eu desejo e luto por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS pela possibilidade de realização deste mestrado, aos professores do PPGPSI pelo aprofundamento teórico que proporcionaram, e aos colegas da turma de 2015;

A professora Tânia Mara Galli Fonseca, pelo encontro afetivo e potente em 2005, por escutar minhas angústias e apontar pistas que me levariam hoje onde estou, concluindo o mestrado que me (re)fez como psicóloga e como trabalhadora do SUAS;

Ao meu orientador Luis Artur, pelo encontro ainda na Especialização, por abrir as portas de outros pensamentos possíveis, por acolher meus desassossegos e inquietações, por discutir e pensar comigo a assistência social, pela leitura atenta e precisa dos meus escritos, por toda ajuda neste percurso do mestrado, pela parceria, e porque esse mestrado somente foi possível desta forma, pela tua orientação cuidadosa;

Aos professores/as que aceitaram participar da Banca de Qualificação e da Banca de Defesa - Neuza Guareschi, Betina Hillesheim e Édio Raniere, pela disposição em acompanhar essa escrita, e pelos encontros diferentes e importantes que cada um de vocês teve na minha vida;

A professora Neuza Guareschi, pela fala afetuosa no evento Interloquções Metodológicas, onde pela primeira vez escutava minhas questões de pesquisa e me incentivava a seguir por esse caminho, e também pelo encontro nas disciplinas ao longo de dois semestres deste mestrado;

A professora Betina Hillesheim, que conheci através dos olhos e da fala da professora Lilian Cruz de quem virei admiradora e amiga neste mestrado, pelo encontro potente de discussão da assistência desde a qualificação;

Ao professor Édio Raniere, que tive o prazer de conhecer na Especialização, e de encontrá-lo novamente no “Café Socioeducativo” do CREAS de NH, onde a potente discussão e problematização dos nossos fazeres profissionais, trouxe o desejo de compartilhar essa dissertação;

A professora Rosane Neves e aos colegas do grupo de pesquisa Francine, Júlia, Mateus, Tiago, Brida e Moisés por todos os encontros e discussões;

Às colegas e amigas que o mestrado me trouxe: Bruna, Caroline, Dafni, Érica, Júlia, Fernanda, Flávia e Lissandra, por todos os momentos reais e virtuais que ajudaram a suportar as angústias destes dois anos, e pela alegria do nosso encontro;

Aos colegas do CREAS de NH, Adriana, Beatriz, Denise, Jaqueline, Márcio, Vivian, Cristine, Bruna, e também Elis Regina, Daniela, Luciana, Fernando, Ana Rosecler e Eduardo que hoje estão em outros espaços, por toda parceria de trabalho nestes anos, por compreenderem meu afastamento necessário durante essa jornada do mestrado, por embarcarem comigo nas minhas loucuras. Também a todos/as que passaram pelo CREAS, funcionários/as e estagiários/as, por terem compartilhado comigo um pouco de suas vidas. E a Dirlene e Giovanna que chegaram esse ano para construir conosco o SUAS;

Aos meus ex-chefes Pacheco, Eunice e Orlando, que entenderam que estudar a política de assistência social também era trabalho, e que me proporcionaram conciliar o lugar de coordenadora do CREAS com o de estudante da UFRGS.

Aos colegas da SDS, que não posso nomear pelo risco de ser traída por minha memória, meu agradecimento por tudo que vivemos nesses anos, pelas discussões, pelas infundáveis reuniões, pela parceria de trabalho, pelo desejo comum de construir o SUAS;

As irmãs que eu pude escolher, minhas amigas de toda a vida, Ana Maria, Gisa, e Kátia, pela amizade infinita, pelo apoio sempre presente, e por cuidarem dos meus filhos como se fosse eu mesma, quando foi preciso.

À minha avó Amália (in memoriam) por todo cuidado e amor incondicional, e por ser exemplo de uma mulher guerreira, à frente do seu tempo;

Aos meus filhos, Guilherme e Isabella, que mesmo sem compreender totalmente a importância deste mestrado na minha vida, suportaram minhas ausências, meu excesso de trabalho e de tarefas, e vivem comigo a maior e melhor experiência da minha vida.

*Não tinha medo o tal João de Santo Cristo
Era o que todos diziam quando ele se perdeu
Deixou pra trás todo o marasmo da fazenda
Só pra sentir no seu sangue o ódio que Jesus lhe deu
Quando criança só pensava em ser bandido
Ainda mais quando com um tiro de soldado o pai morreu
Era o terror da cercania onde morava
E na escola até o professor com ele aprendeu
la pra igreja só pra roubar o dinheiro
Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar
Sentia mesmo que era mesmo diferente
Sentia que aquilo ali não era o seu lugar
Ele queria sair para ver o mar
E as coisas que ele via na televisão
Juntou dinheiro para poder viajar
De escolha própria, escolheu a solidão
Comia todas as menininhas da cidade
De tanto brincar de médico, aos doze era professor
Aos quinze, foi mandado pro reformatório
Onde aumentou seu ódio diante de tanto terror
Não entendia como a vida funcionava
Discriminação por causa da sua classe e sua cor
Ficou cansado de tentar achar resposta
E comprou uma passagem, foi direto a Salvador
E lá chegando foi tomar um cafezinho
E encontrou um boiadeiro com quem foi falar
E o boiadeiro tinha uma passagem e ia perder a viagem
Mas João foi lhe salvar
Dizia ele: "Estou indo pra Brasília
Neste país lugar melhor não há
Tô precisando visitar a minha filha
Eu fico aqui e você vai no meu lugar"
E João aceitou sua proposta
E num ônibus entrou no Planalto Central
Ele ficou bestificado com a cidade
Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal
"Meu Deus, mas que cidade linda,
No Ano-Novo eu começo a trabalhar"
Cortar madeira, aprendiz de carpinteiro
Ganhava cem mil por mês em Taguatinga
Na sexta-feira ia pra zona da cidade
Gastar todo o seu dinheiro de rapaz trabalhador
E conhecia muita gente interessante
Até um neto bastardo do seu bisavô
Um peruano que vivia na Bolívia
E muitas coisas trazia de lá
Seu nome era Pablo e ele dizia
Que um negócio ele ia começar
E Santo Cristo até a morte trabalh
Mas o dinheiro não dava pra ele se alime
E ouvia às sete horas o noticiário
Que sempre dizia que o seu ministro ia ajudar
Mas ele não queria mais conversa*

E decidiu que, como Pablo, ele ia se virar
 Elaborou mais uma vez seu plano santo
 E sem ser crucificado, a plantação foi começar
 Logo logo os maluco da cidade souberam da novidade
 "Tem bagulho bom ai!"
 E João de Santo Cristo ficou rico
 E acabou com todos os traficantes dali
 Fez amigos, frequentava a Asa Norte
 E ia pra festa de rock, pra se libertar
 Mas de repente
 Sob uma má influência dos boyzinho da cidade
 Começou a roubar
 Já no primeiro roubo ele dançou
 E pro inferno ele foi pela primeira vez
 Violência e estupro do seu corpo
 "Vocês vão ver, eu vou pegar vocês"
 Agora o Santo Cristo era bandido
 Destemido e temido no Distrito Federal
 Não tinha nenhum medo de polícia
 Capitão ou traficante, playboy ou general
 Foi quando conheceu uma menina
 E de todos os seus pecados ele se arrependeu
 Maria Lúcia era uma menina linda
 E o coração dele pra ela o Santo Cristo prometeu
 Ele dizia que queria se casar
 E carpinteiro ele voltou a ser
 "Maria Lúcia pra sempre vou te amar
 E um filho com você eu quero ter"
 O tempo passa e um dia vem na porta
 Um senhor de alta classe com dinheiro na mão
 E ele faz uma proposta indecorosa
 E diz que espera uma resposta, uma resposta do João
 "Não boto bomba em banca de jornal
 Nem em colégio de criança isso eu não faço não
 E não protejo general de dez estrelas
 Que fica atrás da mesa com o cu na mão
 E é melhor senhor sair da minha casa
 Nunca brinques com um Peixes de ascendente Escorpião"
 Mas antes de sair, com ódio no olhar, o velho disse
 "Você perdeu sua vida, meu irmão"
 "Você perdeu a sua vida meu irmão
 Você perdeu a sua vida meu irmão
 Essas palavras vão entrar no coração
 Eu vou sofrer as consequências como um cão"
 Não é que o Santo Cristo estava certo
 Seu futuro era incerto e ele não foi trabalhar
 Se embebedou e no meio da bebedeira
 Descobriu que tinha outro trabalhando em seu lugar
 Falou com Pablo que queria um parce
 E também tinha dinheiro e queria se arn
 Pablo trazia o contrabando da Bolívia
 E Santo Cristo revendia em Planaltina
 Mas acontece que um tal de Jeremias

*Traficante de renome, apareceu por lá
 Ficou sabendo dos planos de Santo Cristo
 E decidiu que, com João ele ia acabar
 Mas Pablo trouxe uma Winchester-22
 E Santo Cristo já sabia atirar
 E decidiu usar a arma só depois
 Que Jeremias começasse a brigar
 Jeremias, maconheiro sem-vergonha
 Organizou a Rockonha e fez todo mundo dançar
 Desvirginava mocinhas inocentes
 Se dizia que era crente mas não sabia rezar
 E Santo Cristo há muito não ia pra casa
 E a saudade começou a apertar
 "Eu vou me embora, eu vou ver Maria Lúcia
 Já tá em tempo de a gente se casar"
 Chegando em casa então ele chorou
 E pro inferno ele foi pela segunda vez
 Com Maria Lúcia Jeremias se casou
 E um filho nela ele fez
 Santo Cristo era só ódio por dentro
 E então o Jeremias pra um duelo ele chamou
 "Amanhã às duas horas na Ceilândia
 Em frente ao lote 14, é pra lá que eu vou
 E você pode escolher as suas armas
 Que eu acabo mesmo com você, seu porco traidor
 E mato também Maria Lúcia
 Aquela menina falsa pra quem jurei o meu amor"
 E o Santo Cristo não sabia o que fazer
 Quando viu o repórter da televisão
 Que deu notícia do duelo na TV
 Dizendo a hora e o local e a razão
 No sábado então, às duas horas
 Todo o povo sem demora foi lá só para assistir
 Um homem que atirava pelas costas
 E acertou o Santo Cristo começou a sorrir
 Sentindo o sangue na garganta
 João olhou pras bandeirinhas e pro povo a aplaudir
 E olhou pro sorveteiro e pras câmeras e
 A gente da TV que filmava tudo ali
 E se lembrou de quando era uma criança
 E de tudo o que vivera até ali
 E decidiu entrar de vez naquela dança
 "Se a via-crucis virou circo, estou aqui"
 E nisso o sol cegou seus olhos
 E então Maria Lúcia ele reconheceu
 Ela trazia a Winchester-22
 A arma que seu primo Pablo lhe deu
 "Jeremias, eu sou homem. coisa que você não é
 E não atiro pelas costas
 Olha pra cá filha da puta, sem vergo
 Dá uma olhada no meu sangue e vem sentir o teu perdão"
 E Santo Cristo com a Winchester-22
 Deu cinco tiros no bandido traidor*

*Maria Lúcia se arrependeu depois
E morreu junto com João, seu protetor
E o povo declarava que João de Santo Cristo
Era santo porque sabia morrer
E a alta burguesia da cidade
Não acreditou na história que eles viram na TV
E João não conseguiu o que queria
Quando veio pra Brasília, com o diabo ter
Ele queria era falar pro presidente
Pra ajudar toda essa gente que só faz: Sofrer*

**Faroeste Caboclo
Renato Russo**

RESUMO

Esta dissertação pretende problematizar a assistência social, enquanto política pública garantidora de direitos sociais, que se produz no paradoxo entre a tutela e o empoderamento dos sujeitos. Aponta a assistência social operando através de estratégias pastorais, disciplinares e biopolíticas para o governo da população pobre, onde tais estratégias estão coadunadas com a racionalidade neoliberal, produzindo e inserindo os sujeitos usuários desta política nas redes de endividamento: moral, subjetivo e financeiro. A dissertação aponta e problematiza também o enredamento da política de assistência social com as tramas do assistencialismo, da religião, do capitalismo e do neoliberalismo, e seus efeitos de cooptação da população pobre para produção e manutenção do sistema de desigualdade social em que vivemos.

Palavras-chave: Política pública. Assistência social. Governo. Biopolítica. Endividamento.

ABSTRACT

This dissertation intends to problematize the social assistance, whereas a guarantor public policy of the social rights, that takes place in the paradox between the authority and the empowerment of the subjects. It points the social assistance operating through pastoral, disciplinary and biopolitical strategies for the governance of the poor population, where such strategies are in line with neoliberal rationality, producing and inserting the user subjects of this policy in the network debt: moral, subjective and financial. The dissertation points out and also problematizes the entanglement of the policy of social assistance with the plots of the welfare, religion, capitalism and neoliberalism, and its effects of co-opting of the poor population to produce and maintain the system of social inequality in which we live.

Keywords: public policy, social assistance, governance, biopolitics, indebtedness.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
1 INTRODUÇÃO	18
2 MEMÓRIAS INVENTADAS: A FICÇÃO E O DELÍRIO COMO	
MÉTODOS	24
3 ASSISTÊNCIA SOCIAL E RELIGIÃO	31
4 ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	45
5 GESTÃO DA POBREZA	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA E ALÉM DO GOVERNAMENTO	
DA POBREZA: ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A VIDA ENDIVIDADA E	
A DURA COBRANÇA DA TANATOPOLÍTICA	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

PRÓLOGO

FAZER VIVER

Sr. Sebastião, um idoso pobre, viúvo, vive sozinho em seu casebre, e locomove-se com dificuldades. A pequena casa, uma mistura de tijolos sem reboco e madeiras sem pintura, exala um cheiro forte de fumaça do fogão a lenha, pois Sebastião, criado na roça no interior do estado, não se acostuma com comida feita no fogão a gás. Ao lado do fogão a lenha, há uma pia e uma geladeira nova que chama a atenção de quem entra.

Um sofá velho e uma mesa com duas cadeiras completam a mobília do pequeno cômodo. Separada por uma cortina, pode-se ver uma cama de casal e uma pequena cômoda, que provavelmente guarda os trapos e farrapos de uma vida, e que cobrem o corpo cansado de Sebastião.

Desde a morte da esposa há quase 5 anos, Sebastião mora sozinho e as filhas e filhos pouco vem lhe visitar, talvez uma ou duas vezes no ano, mas não se importa, sabe que eles têm suas vidas pra cuidar.

Sebastião sempre trabalhou como jardineiro, primeiro em grandes empresas da cidade, depois foi ficando mais velho e cansado, acabou sendo demitido. Então comprou uma carroça e fazia pequenos bicos de jardinagem, nas casas mais abastadas.

Mas a idade, a doença da esposa, o problema nos joelhos, o desgaste na coluna, o tempo passando, tudo isso fez o trabalho diminuir muito e Sebastião teve que vender a carroça e o companheiro Escadinha (nome dado ao cavalo). Escadinha era um amigo, um companheiro de longos passeios pelas ruas da cidade, entre carros e buzinas, árvores e jardins, casas e passantes. Teve que vender Escadinha. Sofreu, chorou uma noite inteira um choro sofrido, chorou por Escadinha, pela solidão companheira de todos os dias, pelo padecimento da vida, pela esposa falecida, pela roça a tanto tempo perdida, e entre um soluço e outro adormeceu.

Sem Escadinha, sem trabalho, vivendo da parca aposentadoria, Sebastião acordava todos os dias pela manhã para preparar seu chimarrão, ouvia as notícias no rádio, divididas entre a violência que ele entende que aumenta a cada dia, e as notícias de que a economia vai melhorar e que o Sr. Presidente vai aumentar o Bolsa Família.

Todo o dia no fim da tarde vai até o mercadinho do Sr. Silveira, compra alguma coisa, mas, na verdade, vai mesmo pra puxar uma conversa e espantar um pouco a solidão. Foi lá que conheceu Leontina, a morena cor de cuia, que lhe encantou os olhos. Leontina tinha um sorriso até que bonito, cabelos negros e compridos, usava um perfume barato que lembrava cheiro de alfazema, e um jeito meio tímido que agradou Sebastião. Era mais nova que ele, claro, mas naquela hora, no mercadinho, um impulso lhe assombrou e ele fez um elogio delicado que Leontina gostou.

Conversaram ali mesmo, e Leontina aceitou tomar um chimarrão. Leontina, sem pai nem mãe, fugida da casa da sogra e da violência do marido, abandonara os filhos e estava sozinha na vida, dependendo de pouso na casa de uma conhecida. Seu Sebastião, sozinho também.

Leontina ainda jovem, apesar dos mais de 40 anos, ainda bonita aos olhos e ao desejo de Sebastião. Leontina trouxe todos os seus poucos pertences dentro de uma bolsa grande e desgastada, e trouxe também a vida, trouxe a companhia para o chimarrão pela manhã e a cama aquecida nas noites frias de Sebastião.

E assim viveram por uns 6 meses, Sebastião comprou um refrigerador novo, em 24 vezes, mas valeria a pena, afinal Leontina merecia beber a cerveja gelada que ela gostava tanto.

Mas a vida é uma sucessão de acasos, de encontros e desencontros, e Leontina encontrou João, um caminhoneiro que estava de passagem pela cidade e resolveu ir embora com ele, foi tentar a vida em outras estradas.

E essa é a história, diz Sebastião, para a fisioterapeuta que lhe atende em função de um grave problema nos joelhos, que agora quase o impedem de caminhar. Diz que depois que Leontina foi embora, está sendo ameaçado pelo vizinho e ex-amigo, Seu Silveira, dono do mercadinho.

Seu Silveira quer cobrar uma conta de um valor bastante alto, e que Sebastião diz que não é dele, e que não tem como pagar. Diz que essa conta quem fez foi Leontina, que ele não sabia dessas compras e que não tem recursos para pagar.

Comenta com a fisioterapeuta que não quer sair da sua casa de jeito nenhum, prefere morrer.

A fisioterapeuta, preocupada com Seu Sebastião, fez denúncia ao CRAS do território e ao CREAS. Em reunião de Rede para discutir o caso, a agente de saúde

do território acredita que ele deve arrumar dinheiro para pagar a conta, pois quis viver com uma mulher bem mais nova que ele; a assistente social do CRAS acha que o idoso deve ser abrigado, mesmo contra sua vontade, para se proteger das ameaças do vizinho e porque já é idoso e não pode correr o risco de morrer dessa forma, outra assistente social diz que vai verificar se o idoso tem cadastro único e se recebe algum benefício, assim, poderia pagar a tal conta.

A psicóloga do CREAS lembra que poderiam procurar os filhos de Sebastião, acionar a família extensa, a fim de que estes talvez possam cuidar do idoso.

Por fim, encaminham sua internação numa instituição de longa permanência para idosos. Em uma manhã fria e chuvosa a psicóloga, um agente de saúde, um enfermeiro e dois guardas municipais pisam no barro mole encharcado e abrem a frágil porta da velha cerca que delimita o terreno da casa.

Chegam diante da porta e batem nesta insistentemente. Gritam o nome de Sebastião algumas vezes. Estão a ponto de derrubar a fina porta de madeira quando vagarosamente ela é aberta e revela o frágil e caquético corpo de Sebastião, usando apenas bermudas, chinelo e um casaco puído pelo tempo.

No entanto, os olhos de Sebastião expressam toda a indignação que aquele momento enseja, e ele tenta enfrentar as indesejadas visitas. De mau humor, o velho senhor resmunga: “O que vocês querem aqui?!”. Sem aviso, um dos enfermeiros agarra com cuidado e firmeza o pálido e magro braço de Sebastião, os dedos da mão do enfermeiro sobram em meio ao membro varapau. Sebastião tenta se desvencilhar do contato, mas sua força não é suficiente, ergue os olhos para o enfermeiro em meio a medo e revolta, enquanto a psicóloga lhe explica com uma voz calma que ele será levado para um bom lugar, seguro, onde será cuidado.

Assistindo a cena, um dos guardas municipais lembra de seu velho pai, da morte anunciada e dos dias sombrios que passa no hospital ao lado dele, relutando com a ideia do descanso eterno. O guarda vai esperar no carro, não suporta aquela cena de horrores travestida de cuidado, e sente o peito apertado e dolorido, tanto quanto o braço esquelético de Sebastião na mão do enfermeiro.

Percebendo a arapuca, Sebastião amaldiçoa seus tutores com as mais baixas palavras, insulta antepassados de todos os presentes, profetiza desejos de morte, mas de nada adianta tamanha fervorosa discussão. Resignado, junta seus poucos pertences em uma sacola quase tão velha quanto ele, e marcha na direção do carro

da prefeitura sem importar-se com a lama onde afunda os pés mais e mais a cada novo passo.

Na rua, em volta do carro, a vizinhança se alvoroça e profere palavras de ordem, algumas de apoio aos técnicos da Prefeitura por sua preocupação e cuidado com Sebastião, outras de revolta pelo maltrato com aquele idoso que quer viver e morrer sozinho e em paz. Assistindo a tudo, Seu Silveira, dono do mercadinho, permanece imóvel, testemunhando a cena, absorto em seus pensamentos, lembrando que a dívida não será paga, mas angustiado frente a ideia de que o melhor para Sebastião está sendo feito. O carro da prefeitura se afasta, e Seu Silveira fecha a porta do bar, hoje não está se sentindo bem.

Nos meses que se seguiram a psicóloga visitou Sr. Sebastião no abrigo algumas vezes. Encontrou-o sempre sentado no refeitório com os olhos vidrados na janela. Ainda que demonstrasse certo abatimento, negando-se a falar com ela, a jovem psicóloga sempre sentia certo alívio ao encontrá-lo, pois imaginava que do contrário poderia estar morto, assassinado pelos credores ou simplesmente falecido de causas naturais por não ter alguém para cuidá-lo em sua pequena casa.

A psicóloga sabia da triste sina de Sebastião, mas acreditava que mesmo em meio a tanto tédio e desamparo, mais uma vida havia sido salva.

No entanto, quando deitava em sua cama, antes de dormir, certa aflição sempre assaltava suas memórias. Poderia ele ter tido uma vida mais digna com o risco da morte? Poderia a proteção da equipe do CRAS e do CREAS ser pior mesmo que a prisão final a sete palmos do chão em uma caixa de madeira barata no meio do campo santo? Qual a vida que valeria a pena ser vivida?

Em momento algum, os profissionais se questionam na reunião que decidiu os rumos do Sr. Sebastião, de que talvez fosse mais importante para ele viver sozinho em sua casa do que ser tutelado e ter resguardada sua sobrevivência. Afinal, ele já viveu tanto, passou por tantas coisas, construiu sua casa, sua pequena vida e prefere morrer a ter de depender de alguém, de alguma instituição depois de tanta luta para ser um homem só.

O que acontece entre nós que faz com que os modos de existência dos miseráveis, das vidas precárias, devam ser combatidos, governados, corrigidos?

Combatemos os modos de existência da pobreza, na mesma medida em que são estes modos de existência que nos fazem existir enquanto trabalhadores das políticas públicas?

Acreditamos nós que o Sr. Sebastião tem uma dívida moral e subjetiva conosco, enquanto somos nós que dele dependemos? Ao apresentar tal questão, endividamos e culpabilizamos tais profissionais, os quais já convivem com a precariedade e incompreensão do Estado e da Sociedade?

Como opera esse imperativo de “fazer viver” no contemporâneo, gerindo as vidas dentro de uma norma e de muitas dívidas, negando a possibilidade de outras formas de viver ou morrer?

1 INTRODUÇÃO

As perguntas sempre foram presentes na minha história. Ainda pequena, atordoava os adultos a minha volta, ocupados que estavam com suas vidas cheias de compromissos, com perguntas e mais perguntas que iam até a origem do universo. Os adultos então me enchiam de livros, e cedo fui tentar buscar neles as respostas que pouco encontrei, mas que foram me mostrando que outras tantas perguntas poderiam ser feitas.

Da infância curiosa até a “adultez” de hoje, as perguntas e desassossegos foram acontecendo de forma rizomática, onde as inquietações se encontravam com respostas sempre parciais, e que então se somavam a novas perguntas.

A intenção de compreender o mundo em que vivemos, esse mundo construído por nossos atos, pensamentos, sentimentos, condutas, escolhas, foi me acompanhando, me constituindo e construindo essa vida que sempre me toma, me assalta, às vezes me paralisa e também me movimenta.

A proposta desta dissertação de mestrado teve seu desenrolar a partir das minhas perguntas, das inquietações, dos desassossegos enquanto trabalhadora e gestora na política pública de assistência social há mais de 20 anos na Prefeitura da cidade de Novo Hamburgo no RS.

Minha intenção era compreender meu espaço de trabalho e de vida, respondendo às perguntas que a cada olhar para o campo, apareciam novas, apareciam diferentes, e contudo, se repetiam.

Nestes mais de 20 anos, locupletei meu currículo Lattes de cursos, seminários, encontros, congressos, grupos de estudo e supervisão. Nestas buscas aconteceu um encontro com a professora Tania Mara Galli Fonseca, no ano de 2005 no PPG da Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Esse encontro extremamente potente e acolhedor com a Professora Tania despertou o desejo pelo mestrado na Psicologia Social e Institucional. Sonho e desejo que foi adiado porque outro sonho se atravessou na minha história, e a maternidade se apresentou pela segunda vez na minha vida. Era então momento de esperar, para que um filho pudesse nascer e crescer.

Filhos crescidos, mas a busca de algumas outras respostas possíveis, e a ideia de gerar outros frutos continuava. Então em 2013 e 2014 fiz a especialização “Instituições em Análise”, promovida pelo Departamento de Pós-Graduação em

Psicologia Social e Institucional, da UFRGS. Na especialização, muitas das minhas questões ganharam luz e entendimento, mas ao contrário de respostas, outras tantas inquietações e desassossegos foram tomando conta do meu tempo e campo de trabalho.

A entrada no mestrado trouxe novas questões, novos encontros, novos autores, novos companheiros de caminhada, novas descobertas de possibilidades de ação no campo, a partir de velhas memórias e histórias.

O vivido de tantos anos tomou um novo lugar, passou a fazer parte desse novo trajeto, onde novas vivências e experiências foram sendo possíveis.

As inquietações acerca da tensão entre controle, tutela e promoção de direitos na assistência social foram se delineando aos poucos na escrita e no campo, e têm produzido alguns movimentos, pequenas rupturas no cotidiano de trabalho.

Nestes mais de 20 anos ocupei diversos espaços de trabalho na assistência social, mas desde sempre a militância pelos direitos humanos, por justiça e equidade social foi uma bandeira de luta e de trabalho cotidiano.

Meu percurso foi acontecendo entre o fazer da psicologia e a gestão da política, alternando essas possibilidades de ação, e somando uma e outra na maior parte do tempo.

Desde 2003 tenho trabalhado com crianças e adolescentes vítimas das mais diversas formas de violência, sempre na coordenação/gestão desses serviços¹, mas sobrepondo à minha carga horária de trabalho, também a escuta e o atendimento destes sujeitos a partir do lugar de psicóloga.

A escolha entre problematizar a assistência social e não diretamente as situações de violência, que seria outro campo possível de pesquisa, aconteceu em função deste percurso de muitos anos na gestão, que suscitou o desejo de compreender em quais tramas meu trabalho se localiza e produz efeitos.

Interessa-me situar e compreender a assistência social imbricada com suas complexidades ao longo do tempo em que vem sendo construída. Me interessa compreender esse governante da pobreza, que direciona, ao mesmo tempo que

1 Em dezembro de 2002 o município de NH assinou o Termo de Aceite do Governo Federal e passou a executar o Serviço Sentinela - Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em 2009 este serviço foi reordenado, passando a ser executado dentro do CREAS, conforme as diretrizes do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

produz, as ações dos trabalhadores do SUAS no atendimento dos usuários² da assistência, inclusive destes usuários vítimas de violência.

Em que redes, tramas e campos de ação estamos mergulhados e mergulhamos conosco os sujeitos usuários da assistência, e como operamos neste rizoma de práticas e de efeitos das práticas?

Como a assistência social, enquanto prática de governo, através de estratégias disciplinares e biopolíticas,³ participa dos processos de subjetivação contemporâneos? Como as práticas de governo da assistência, produzem sujeitos envidados?

A construção de algumas das respostas possíveis começou nos 2 anos da Especialização lato sensu Instituições em Análise, que culminou com a monografia sob o título: A Política Pública De Assistência Social: Uma Trama (Cunha, 2015) .

Desde a especialização, o estudo da política de assistência social vem me acompanhando, e esta dissertação continua me ajudando a pensar o trabalho, perfazendo os diversos trajetos entre a academia e as políticas públicas, compondo uma trama de novas potências a partir dos estudos teóricos, dos autores dos quais me aproximei e que agora me acompanham, e das práticas no cotidiano da vida dos sujeitos, sejam eles usuários, trabalhadores ou gestores.

Essa dissertação também acontece num momento bastante específico no Brasil. Um momento onde políticas públicas de direitos, garantidas pela Constituição Federal de 1988 e afirmadas na luta pela democracia após os anos de ditadura militar desde 1964, se veem ameaçadas. Portanto, para além dos questionamentos necessários, a defesa e a luta pela garantia destas políticas se torna legítima, urgente e indispensável.

Enquanto escrevo esta dissertação, sentimentos ambivalentes me invadem, e não posso furtar-me de dizê-los aqui, na medida em que, por um lado, pretendo apontar o enredamento da política de assistência social com as tramas do

2 Utilizo o termo “usuário” em função de que no SUAS, a população que acessa a política de assistência social é assim denominada. Nesta dissertação, cada vez que o termo usuário é utilizado, refere-se a todo/toda cidadão/cidadã brasileiro/ra, sem caráter discriminatório ou preconceituoso. Contudo, é importante refletir que simplesmente não utilizar o termo “usuário” em nossas pesquisas, ou nas leis e normativas, não retira o caráter de governo e tutela a que seus cidadãos estão submetidos, frente às estratégias disciplinares e biopolíticas contemporâneas.

3 “A maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças” (FOUCAULT, 2008, p.430).

assistencialismo, do capitalismo e do neoliberalismo em seus efeitos de cooptação da população pobre para manutenção do sistema de desigualdade social que vivemos, por outro lado, é necessário dizer do quanto acredito na importância da política de assistência social enquanto garantidora de acesso à direitos, e empoderamento dos cidadãos pobres com sua vida e suas escolhas possíveis.

Estamos atravessando momentos políticos, sociais e econômicos bastante difíceis. Vivemos o ano de 2016 sob o impeachment da presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff, e a tomada do poder presidencial pelo vice-presidente Michel Temer. A partir de então, presenciamos cotidianamente o desmonte a largos passos de políticas públicas que foram construídas por incansáveis lutas de militantes, trabalhadores, movimentos sociais e usuários.

O Estado brasileiro abraçou uma racionalidade neoliberal que se alastra no mundo contemporâneo, operada dentro das forças de um mercado econômico globalizado, e convivendo com lideranças políticas corruptas, conservadoras, reacionárias, imbuídas de discursos racistas, discriminatórios e preconceituosos. Neste cenário, atualmente uma série de escândalos de corrupção passaram a ser notícias quase diárias nos meios de comunicação no Brasil.

Desta forma, permanece legítimo e oportuno estudar para compreender como a política pública de assistência social vai operando enquanto garantidora de direitos sociais, na mesma medida em que produz sujeitos dentro de uma racionalidade neoliberal.

A assistência social viveu e vive ainda uma realidade bastante complexa, diante das desigualdades persistentes, da riqueza acumulada nas mãos de poucos, e se depara com novos reflexos da questão social, como o subemprego e o desemprego crescente, a desvalorização do trabalhador, altos índices de violência contra a mulher, idosos, crianças, pessoas doentes, em situação de rua, dentre outras tantas demandas.

Em contrapartida a tudo isso, convivemos com movimentos de resistência e de luta, através das manifestações e ocupações nas escolas estaduais e nas universidades federais em todo o país, num movimento de resistência ao golpe do impeachment e ao desmonte de políticas sociais e educacionais.

Uma conjuntura no mínimo desafiadora parece se impor, na medida em que continuamos acreditando em desbravar outros novos ciclos, outros processos de luta, outros espaços possíveis, outras posturas ético-políticas.

Nesta dissertação eu escrevo uma história, sabendo que existem infinitas outras. Escrevo uma história possível da assistência social no município de Novo Hamburgo, ficcionando a vida de Leontina, para problematizar minha própria trajetória enquanto trabalhadora da assistência. Meu objetivo foi tensionar o que sou capaz de pensar e produzir a partir das afetações que estes mais de 20 anos de trabalho produziram em mim. Não descrevo minhas experiências de trabalho, ao contrário, a partir do que me afetou nestas experiências, ficciono minhas memórias inventadas para dar corpo, através da Leontina, àquilo que quero aqui problematizar para pensar outros possíveis: memória ficcionada do que não vivi para poder pensar o que poderíamos ser.

Nesta dissertação, a fim de uma possível organização, no capítulo 2 - Memórias Inventadas: A Ficção e o Delírio Como Métodos descrevo a metodologia da ficção, utilizada para problematizar as minhas memórias de tantos anos de trabalho na assistência social. No capítulo 3 - Assistência Social e Religião, problematizo a assistência social, a partir dos seus imbricamentos com a religião e a caridade, demonstrando o quanto há uma série de linhas de variação as quais infiltram e capilarizam a lógica da misericórdia em meio às práticas da Assistência Social: a questão dos agenciamentos do Poder Pastoral com as Ciências de Governo são constituintes destas práticas e são visibilizadas em suas operações no SUAS. No capítulo 4 - Assistência social e trabalho, retomo, em um agenciamento com a religião, buscamos problematizar aqui o quanto o trabalho, em um híbrido econômico-moral opera como terapêutica na reforma dos sujeitos considerados vulneráveis na pobreza. A centralidade do trabalho como definidor do ser na sociedade ocidental e a sua tomada como signo de caráter são aqui articuladas com as práticas de governo da pobreza no SUAS. No Capítulo 5 - Gestão Da Pobreza, problematizo a questão da condução das condutas dos usuários, para pensar como essas estratégias disciplinares e biopolíticas operam governando a vida dos indivíduos pobres, onde tal operação subjetiva produz sujeitos endividados, em especial numa lógica onde direitos sociais atrelam-se à dívidas sociais, que devem ser pagas com comportamento adequado e normatizado. Por fim, nas Considerações Finais - Acerca E Além Do Governo Da Pobreza: Algumas Relações Entre A Vida Endividada E A Dura Cobrança Da Tanatopolítica, findo abrindo uma questão: ainda que o fazer viver tratado na dissertação seja certamente uma importante estratégia no governo da pobreza, em nosso contexto latino-

americano vemos também a brutal relevância da persistência do fazer morrer como modulação das vidas nas cidades brasileiras. Em uma linha de variação dos suplícios escravocratas e do Estado atuando com violentas repressões às resistências populares de escravizados e afins, vemos que para além de uma máquina do fazer viver, temos em nossas vidas uma máquina genocida que ceifa vidas de modo seletivo para gerir sua população e manter certo esplendor da ordem policial. Tal abertura final é um movimento de emergência proveniente de incômodos e reflexões operadas no decorrer da dissertação: não tenho a pretensão de dar conta deste tema aqui, mas sim fazer uma dobra de inquietude e questionamento sobre as problematizações do governo da pobreza aqui trabalhadas. Trata-se de uma linha que abre para novas memórias inventadas, para novas questões e porvires, destacando o caráter de incompletude e fragmentariedade próprios da perspectiva ética aqui assumida.

2 MEMÓRIAS INVENTADAS: A FICÇÃO E O DELÍRIO COMO MÉTODOS

Ficcionalizar a experiência da assistência social com Leontina, me permite escrever a própria história da assistência a partir de suas outras possibilidades: não se trata de narrar o que houve, mas sim de tensionar o campo de possibilidades do que poderia ser. A metodologia da ficção (COSTA, 2014) busca articular-se com o plano intensivo das condições de possibilidade da experiência e não com o campo extensivo das atualidades ocorridas. Assim, minhas histórias vividas nos 20 anos de trabalho na assistência adentram aqui apenas como construtoras de minhas condições de possibilidade de afetação, como parte do meu corpo e sua capacidade de inventar possíveis, posto que é por meio deste e seu bloco de perceptos e afectos (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que ficciono outras histórias possíveis as quais tensionam e problematizam minha própria trajetória. O que acompanhamos nestas páginas não é o que vivi como profissional da Assistência, não se tratam das histórias e pessoas com as quais me encontrei, mas sim o que sou capaz de pensar e produzir a partir das afetações que tais histórias e pessoas produziram em mim. São narrativas ficcionais produzidas pelas condições de narratibilidade existentes no meu corpo: vidas especulativas, mas reais, pois não são esta ou aquela vida, mas sim uma vida qualquer. Tratam-se de narrativas da infâmia (FONSECA et al., 2015) sem referentes estabelecidos: não falam de alguém atendido pela rede da assistência, mas sim de qualquer um que poderia ser por esta atendido. Não nos importa aqui o que houve “de fato” no plano das atualidades, não interessam os eventos ocorridos, os referentes estabelecidos, os tipos biopsicossociais existentes, pois nosso foco aqui são os efeitos de sentido, a torção do campo de possibilidades do dizer, ver e sentir, a problematização do possível: ficção como heterotopia crítica (COSTA, 2014).

A escrita da história da Leontina com seus gostos e desgostos, com suas angústias, com sua subjetividade governada e endividada, é também a escrita da minha história de trabalho nesta dissertação. Neste campo, Leontina e a pesquisadora/trabalhadora da assistência, se atravessam e se confundem. Eu também sou Leontina endividada na vida contemporânea. Leontina é uma figura estética (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que me permite utilizar o método da dramatização (DELEUZE, 2006) e expressar-deslocar os sentidos produzidos no agenciamento das muitas condições de possibilidade da minha experiência. Ao

escrever Leontina, problematizo minha prática, desloco meu regime do dizível e visível em meu cotidiano de trabalhadora e cidadã. Deste modo, a ficção não é aqui apenas uma forma de dar corpo à complexa trama de práticas e singularidades que operam as Políticas Públicas de Assistência Social no dia a dia. A ficção é também um exercício de uma escrita de mim que transforma minha potência do dizer ao acontecimentalizar (FOUCAULT, 2014) meus modos de subjetivação.

Leontina, mulher, mãe, trabalhadora, dona de casa, beneficiária do bolsa família e governada pela assistência, subjetivamente endividada. Eu, pesquisadora, trabalhadora, mulher, mãe, estudante, dona de casa governada pelos prazos, pelas tarefas, subjetivamente endividada. Do meu encontro com Leontina, pudemos nos aproximar subjetivamente, para que nossas possibilidades de ação, de discursos e práticas também possam ser outras.

Nesta dissertação, escolho escrever a partir de uma relação possível entre a ficção e a psicologia social, para produzir um campo de reflexão e de prática de assistência social no contemporâneo. Desloco, assim, o caráter representacional, neutro, classificatório e de submissão a um referente que se quer homogêneo, próprios dos saberes acadêmicos erigidos durante a modernidade ocidental. A ciência moderna opera no plano de coordenadas (DELEUZE; GUATTARI, 1992), na busca de generalizações e replicações, de controle e previsão, onde o mundo se torna nítido, transparente, homogêneo. “Ainda que seja fundamental ao homem produzir um saber capaz de previsão e controle, este modo de relação não dá conta de todos nossos problemas, de todas nossas questões e desafios existenciais” (COSTA, 2016, p. 9). Contudo, há espaço no mundo também para um outro saber, que quer permitir novas maneiras de pensar, multiplicar nossas maneiras de ser e de existir, de afetar e afetar-se na complexidade das existências.

Para este outro modo de produção do conhecimento, que ultrapassa a definição estrita da ciência, é que necessitamos das artes como aliadas do pensamento. Pensamento para produzir desvio, singularidade e complexidade. Um pensamento que não exija tanta clareza e precisão, tanto controle e previsão ao custo de generalizações e replicações que patrolam as sutilezas e complexidades do singular. Se o Plano de Coordenadas se guiava pela produção de mundos coerentes, sem sobreposições, ambiguidades, paradoxos, imprecisões, fragmentariedades, incoerências, etc., O plano das artes é denominado por Deleuze e Guattari (1992) como “Plano de Composições” (p. 213), pois aqui não importa a coerência interna que provê aos objetos do mundo limites e localizações claras e bem definidas. No Plano de composições nosso objetivo é a produção de novas afetações possíveis (COSTA, 2016, p.10).

A partir das problematizações e questionamentos da pesquisa, propomos uma "espécie de método delirante que não busca as verdades prontas, mas se enreda nas perguntas que acionam um emaranhado de operações conceituais e nos instrumentalizam para novas lógicas de ação" (FONSECA et al., 2010, p. 172). Neste sentido, a pesquisa, a partir de uma perspectiva cartográfica que se apóia em bases conceituais da Filosofia da Diferença, pode nos auxiliar ao criar redes entre conceitos e acontecimentos, bem como experimentar um plano de alteridade que liga pensamentos e afecção (FONSECA et al., 2010).

Tomamos a perspectiva cartográfica nesta dissertação, uma certa postura ética, ontológica e epistêmica de articulação com o mundo na qual concebemos a realidade como trama rizomática de relações, a qual percorremos sempre de modo fragmentar em uma trajetória de tensionamentos, problematizações, em busca da multiplicação de possíveis. Tal perspectiva se coaduna de modo estreito e imbricado com o uso da ficção como método, em especial quando consideramos o caráter inventivo e para além do juízo desta modulação da produção de conhecimento (FONSECA; COSTA, 2014; ROLNIK, 2011; FONSECA; KIRST, 2003). Queremos evidenciar aqui a perspectiva cartográfica como uma série de ferramentas metodológico-conceituais (abertas e flexíveis, sempre prontas a recriação) presentes nos autores da usualmente denominada Filosofia da Diferença (com especial destaque para Deleuze, Guattari, Deligny, Foucault, Espinosa, Nietzsche, etc.).

Propomos, um método de pesquisa que vai ao encontro de novos modos de pensar e olhar o mundo, apostando na desenvoltura do olhar e das práticas, operando com conceitos envoltos em complexidade e criação, longe de conceitos totalitários e modelos identitários. Aqui também, não falamos de neutralidade, "pois não apenas a direção da pesquisa está plenamente modulada pelo pesquisador cartógrafo, como também o próprio desenvolvimento do campo e suas efetuações estão profundamente implicados pela pesquisa" (FONSECA et al., 2010, p. 176).

Escrevemos, ou pesquisamos aquilo que não sabemos, ou aquilo que já não somos mais, pesquisamos aquilo que nos convoca e atormenta, e nesse jogo, pensamento e afecção se imbricam numa nova história, daquilo que já não somos mais e do que estamos nos tornando, tal qual uma invenção de mundos estranhos e abertos a fluxos nômades. "Uma pesquisa assim concebida, sem a pretensão de "descobrir" ou de "revelar" uma realidade ou um objeto dado, torna-se um poderoso,

mas desprezioso, método de produção/invenção de conhecimento" (FONSECA et al., 2010, p. 176).

Na tentativa de romper com um paradigma da simplicidade, que volta a atenção para o homogêneo, ou para a clareza das coisas, direcionamos o olhar para os interstícios, isto é, para um meio híbrido que promove uma nova discussão e um olhar sensível sobre a vida. Assim, ao invés de operar em uma lógica de síntese e análise, que divide o objeto para dele extrair suas ideias certas, apostamos nas complexas ligações que investem sujeito e objeto e transformam a ambos, uma vez que são traçadas outras conexões entre afetos e imagens. A partir desse modo de construção do olhar, a pesquisa também se volta para o intempestivo jogo dos sentidos e acontecimentos misturados, na tentativa de compor novas reflexões e mergulhos sobre os mundos que nos afetam (FONSECA et al., 2010, p.171).

A matéria da arte, da ficção, são nossos próprios blocos de perceptos e afectos (DELEUZE, 1992), ou seja, o campo de afetações e percepções possíveis que se constituíram no decorrer de nossas experiências e que permitem a problematização-variação destas em novas virtualidades. Não são nossas experiências mesmas, os fatos vividos ou escutados, mas são as virtualidades contidas nestes, seus delírios possíveis, aquilo que nunca aconteceu, mas poderia ter sido, mesmo que absurdo. Tomamos aqui, portanto, a dramatização de Leontina como dispositivo para problematizar e acontecimentalizar a trama de sensíveis, práticas, singularidades, experiências, afetos e percepções as quais constituem as políticas públicas: se trata de um percorrer parcial e de um tensionar crítico onde a ficção funciona como heterotopia do vivido (FOUCAULT, 1984)

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 2009, p. 415).

A história ficcional da Leontina nesta dissertação, não é uma história vivida, mas as percepções e afetações que me constituem neste trabalho: expressam as condições de possibilidade de experiência do meu corpo marcado pelas décadas de trabalho. São as percepções e afetações que me constituem, mas que aqui

aparecem como outro espaço, uma heterotopia de mim, algo que não sou nem nunca fui, a não ser como possibilidade. Uma heterotopia que produz um afastamento e um estranhamento, capaz de outros e novos efeitos nas práticas e discursos com os quais opero no campo, e que podem produzir novas afetações.

Neste sentido, não nos interessam estados de coisas existentes ou definições gerais, mas sim a palavra tomada como ação, como relação no mundo. A ficção nos permite imaginar mil mundos que não são, mas poderiam ser, permite reinventar nossa realidade, independente das coisas existentes, para torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao emaranhar suas tramas com novas possibilidades de relação no mundo. Em vez de isolarmos aos objetos em descrições formais que buscam a simplificação e verossimilhança, assumimos uma escrita perdulária que fala das potentes riquezas existentes e inexploradas no nosso encontro-mundo, dando forma aos acontecimentos e devires para além de uma identidade fechada, pronta, estanque (COSTA, 2014).

O uso da ficção como estratégia agenciada à problematização de um campo de pesquisa nos permite a complexificação do “objeto”, dar densidade às suas virtualidades que não cabem nos limites postos por sua representação atual: ultrapassar a descrição estrita do “dado” adentrando nos meandros fugidios dos acontecimentos e seu intrincado campo de possibilidades (COSTA, 2014, p. 558).

A própria escrita da dissertação se constitui aqui como campo empírico, servindo a deslocamentos e transformações nos meus regimes de dizibilidade, performatividade, visibilidade, etc., tornando-me capaz de outras palavras e fazeres hoje muito distintos dos de ontem.

Com a ficção passamos da mera descrição do já visto para problematização do visível, a qual nos permitirá a multiplicação das relações possíveis com o mundo, já que não estamos mais no campo do dado, mas sim da criação do devir e do virtual: para além dos preconceitos para com as invenções. No entanto, está é uma diferença estilística que não implica em decréscimo do rigor do pesquisador em suas relações com seu campo problemático, antes exige deste ainda mais empenho em dar corpo ao incorpóreo sem falsear-se a si no desvão de uma escrita sem consistência, que se perca nos ímpetus juvenis de criação ingênua (que se crê livre) e loucura sem método (diferença pura que tenta se isolar da repetição como modelo de diferir). (COSTA, 2014, p.559)

No que se refere especificamente às interferências promovidas entre os planos de coordenadas e composições (DELEUZE; GUATTARI, 1992), vemos a

possibilidade do método da dramatização (DELEUZE, 2006) em articular elementos formalizados do campo das políticas públicas de assistência (categorias, normas, cristalizações de relações de poder assimétricas, conceitos como os de governo, dívida, etc.) com singularidades sensíveis dos blocos de perceptos e afectos (condições de possibilidade das experiências): as práticas gerais e os conceitos analíticos são contagiados por uma miríade de singularidades tornando-se sensíveis e transversais ao geral ou particular, do mesmo modo que se demonstra a operação micropolítica dos conceitos e práticas gerais na trama de composições cotidianas.

A relevância da ficção está na sua potência de produzir novas relações que dêem corpo a problemáticas difíceis de serem apreendidas por meras descrições que se pretendem objetivas ou conceituações que se pretendem gerais. Para lidar com o território das possibilidades, dos afectos e sensações, a ficção tem como aliado sua libertação do juízo de verdadeiro e falso: ela discorre sobre um campo de possibilidades singulares e não de certezas gerais (COSTA, 2014)

Mais do que delimitar um objeto preciso, queremos apresentar um campo de afetações possíveis, a composição de uma nuvem de afectos e perceptos, que nos possibilite pensar nos efeitos, nas estratégias e não apenas na designação ou referência. "Permite ao pesquisador leveza e agilidade em dar corpo para as virtualidades e sutilezas do campo de pesquisa que ultrapassem a objetividade do estritamente dado" (COSTA, 2014, p. 561). Na tarefa de ficcionar buscamos complexificar, provocar desvios na mera descrição, possibilitando a criação de coisas que não "devem ser", mas que "podem ser".

O uso da ficção e da poética podem nos servir especialmente por sua capacidade em não fechar aos "objetos" em delimitações duras e totalizadoras, permitindo a ambigüidade, a obscuridade, o pensamento incoerente e inacabado, o que possibilita a criação de novas perspectivas, tornando ainda mais complexa nossa trama de articulação com o mundo. "Por muitas vezes apenas a ficção e a poética conseguem cerzir relações entre perspectivas heterogêneas sem igualá-las, apenas imbricando-as em uma realidade singular." (COSTA, 2014, p. 563). Desta forma, vamos criando realidades possíveis que se compõem em uma trama que nos permite preender ao mundo sem reduzi-lo em sua complexidade. Tramas produzidas pelos personagens e seus cotidianos apenas possíveis, novas perspectivas complexas e singulares sobre nosso objeto de pesquisa (COSTA, 2014).

A escrita ficcional ultrapassa a ideia de produzir um território homogêneo através de identificações, definições e conceitos gerais, para deslocar os sentidos da própria escrita acadêmica, não mais voltada apenas para as representações que serão apreendidas por um processo de reconhecimento, mas voltada para a produção de territórios heterogêneos de articulação, onde o sentido desta escrita acadêmica vai estar direcionado ao contágio, "a produção de afecções que provoquem o leitor a produzir novas experiências e problematizações sensíveis - inteligíveis a partir do encontro com o texto" (COSTA, 2014, p. 572).

Assim, a escrita desta dissertação vai acontecendo nas tramas e interstícios de construção e execução da própria política de assistência, na mesma medida em que a construção de Leontina neste texto, me permite operar as problematizações, não do exatamente vivido nestes anos de trabalho, mas tensionando o vivido para produzir novas possibilidades de experiências.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL E RELIGIÃO

Em algum local do hemisfério ocidental, em um tempo que não conseguimos delimitar em meio à mobília, vestuário e arquitetura eclesiásticas, ocorre uma reunião entre dois pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana - IECL, e um diácono da Igreja Católica, cuja a pauta é o número crescente de crianças abandonadas, perambulando pelas ruas. Discutem a necessidade de ampliarem sua capacidade de tutelar esses pequenos anjos de Deus, menos afortunados e tão necessitados da misericórdia da Igreja. As cidades cresceram e, com isso, multiplicaram-se os necessitados a mendigar pelas calçadas, sem que a capacidade de assistir da misericórdia cristã crescesse no mesmo ritmo.

A reunião acontece num anexo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. E quem chega para tal encontro, depara-se com a imponência e a beleza da igreja de quase 20 metros de altura, construída em estilo gótico, durante o século XIX. A igreja possui uma grande torre, as janelas compridas e estreitas, com vitrais coloridos, chamando a atenção de quem entra por aquelas portas imensas, que lembram os portões da catedral de Notre-Dame de Paris. Na sala que acompanha o estilo gótico, há uma grande mesa em formato oval, construída em madeira de carvalho, de tonalidade escura, originária do século XVIII na Alemanha, e 20 cadeiras também em madeira de carvalho, com assento em veludo bordô, que estão colocadas em volta da imensa mesa de reuniões. Nas paredes podem ser observadas algumas obras de arte sacra. A sala exala os odores do tempo, que misturados ao cheiro da madeira, provocam um certo inebriar nos presentes.

A reunião inicia e adentra na sala a copeira, Leontina, que serve chá, café e "*Streuselkuchen*"⁴ aos participantes, representantes do clero da cidade. A discussão está imersa no cheiro forte do café recém-passado, enquanto desliza pelos desígnios dos "*menores*" abandonados que dependem de tutela em tempo integral, e do custo oneroso deste tipo de trabalho, que precisa funcionar 24 horas por dia.

Leontina ouve o valor que cada criança individualmente custa para o abrigo, e fica muito nervosa, quase derramando o café sobre a mesa, e sendo repreendida pelo pastor, para que tome mais cuidado.

4 Cuca alemã - bolo de origem alemã, preparado com massa fermentada de pão, com cobertura de farofa crocante.

O clero da cidade continua a discussão, alheios a presença da copeira, sobre quais as pessoas que devem trabalhar nestes espaços, lembrando do nome de alguns diáconos, entre outros membros da comunidade que são pessoas com vocação para servir a Deus e ajudar o próximo. Um dos pastores lembra que “quem trata bem os pobres, empresta ao Senhor, e ele o recompensará.” Outro pastor refere que “bem-aventurado é quem trata com bondade os necessitados, e tratar com bondade os pobres é honrar a Deus.”

Se o leitor não está familiarizado com a área da assistência, pode até ter pensado que se tratava de uma cena de época, passada no século XIX, antes da tomada pelo Estado das políticas de assistência. Mas o leitor conhecedor desta área, já suspeitava, com certeza, de que a pomposa cena clerical poderia ser apenas uma reunião administrativa banal num município qualquer. O cruzamento entre os tempos que provoca tal engano, no entanto, não possui qualquer falsidade: há sim uma persistência dos séculos, que traz ao presente, a era na qual a misericórdia cristã dominava a assistência aos desvalidos.

Agora, com a chegada do representante do Conselho Tutelar e do Ministério Público, a tal reunião está completa.

Enquanto a reunião político-religiosa continua, Leontina está na cozinha, sentada com os braços apoiados sobre a mesa, tentando entender como ela precisa conseguir sustentar seus 5 filhos com seu salário mínimo, e no abrigo se gasta quase 3 vezes mais para uma só criança? Aquele valor de R\$ 3.543,30⁵ não lhe sai da cabeça.

A reunião entre os religiosos/gestores da assistência nos instiga a perguntar, como a misericórdia cristã, que dominava a assistência aos desvalidos no século XIX, continua no presente da política de assistência social? Como as crenças religiosas se engendram no atendimento à população usuária do SUAS? Em que medida os valores morais e religiosos estão pautando as ações dos trabalhadores da assistência?

Estamos em 2016 e nossa Constituição Federal⁶ diz que o estado é laico. Estado laico é Estado leigo, secular, que não professa nenhuma religião, mas aceita

5 Contrato de Gestão, nos termos previstos na Lei Municipal nº 1407/2006, com vistas à formação de parceria para administrar o Serviço de Acolhimento Institucional do Município de NH.

6 CF - artigo 19: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.”

a existência da crença em Deus, apesar de também respeitar o direito à total descrença religiosa. No Estado laico, o poder do Estado é oficialmente imparcial em relação às questões religiosas, não apoiando nem se opondo a nenhuma delas, entretanto evitando que qualquer religião exerça controle ou interfira em questões políticas.

Contudo, na reunião ficcional que inicia esse capítulo, acerca dos desígnios das crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento institucional, acontece justamente um encontro entre os religiosos da cidade, que ocupam posições de gestão na política pública de assistência social.

Portanto, de pronto percebemos que as práticas caritativas e de benemerência, ligadas a igreja desde o século XVIII, ainda hoje persistem na assistência, apesar da doutrina de direitos que vem sendo discutida e aos poucos implantada a partir da Constituição Federal de 1988.

As práticas de assistência são antigas na humanidade, considerando que uma assistência dirigida aos doentes, aos pobres, aos incapazes há muito está presente no ocidente, respaldada pela doutrina judaico-cristã que converteu a ajuda em caridade e benemerência, muito antes da assistência social surgir enquanto uma ação minimamente organizada do Estado.

Interessante apontar que já no início do século XVII, como refere Foucault (2008), já se podia encontrar textos que falavam de uma preocupação com a caridade e com se ocupar do pobres,

o Birô de Caridade vai se ocupar dos pobres, dos pobres válidos, é claro, aos quais dará um trabalho ou que forçará a aceitar um trabalho, [e] os pobres doentes e inválidos, a quem dará subvenções. Esse Birô de Caridade também se ocupará da saúde pública em tempos de epidemia e de contágio, mas em todos os tempos também. O Birô de Caridade se ocupará [também] dos acidentes, dos acidentes causados por incêndios, inundações, dilúvios e de tudo o que possa ser causa de empobrecimento, "que ponha as famílias em indigência e miséria". Tentar impedir esses acidentes, tentar repará-los e ajudar os que deles são vítimas (FOUCAULT, 2008, p. 430).

Com o início do capitalismo, o empobrecimento dos trabalhadores, os deslocamentos provocados pela ascensão do 3º Estado (Burguesia) ao domínio da máquina estatal na Revolução Francesa com sua concepção de Direitos do Homem e, a partir da posterior emergência do Estado de Bem Estar Social e da noção de Direitos Humanos no período das Guerras Mundiais, vimos as práticas de caridade

sendo apropriadas pelo Estado e moduladas segundo ciências do governo do Social. Contudo, tal apropriação sempre manteve uma intensa relação com igreja, seus valores e métodos.

A partir da segunda metade do século XVIII falamos da emergência de uma “questão social” propriamente dita, ou seja, uma problematização do social, que acontece na medida que certos disfuncionamentos de uma sociedade (órfãos, velhos, mendigos, loucos, etc.), não são mais regulados de uma maneira relativamente informal nesta mesma sociedade (SILVA, 2004). A invenção do social (Silva, 2004), ou uma primeira configuração do social começa a se delinear tendo como pano de fundo uma problemática formulada em torno do campo assistencial. Nesta perspectiva podemos compreender a criação de equipamentos (asilos, orfanatos, etc) que tinham como objetivo assistir certos grupos de indivíduos carentes, cujas necessidades não eram supridas dentro do tecido informal da sociedade. De acordo com Silva (2004), o Estado neste período passou a desenvolver um conjunto de práticas que possuíam uma função protetora, atendendo alguns segmentos da população carente, usando critérios para definir o que seja população carente, uma vez que não se atenderia todo o conjunto da população desfavorecida.

A partir do século XVIII, com os ideais da Revolução Francesa de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, e com o advento da República Democrática com o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, o Estado assegurará o cumprimento dos princípios de liberdade entre os indivíduos. O Estado passa a garantir o princípio do livre acesso ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, é obrigado a recusar a responsabilidade de assegurar trabalho para todos, sendo coerente com o princípio do liberalismo econômico, que pressupõe uma intervenção mínima do Estado no mercado econômico, abrindo espaço para a livre concorrência e para a lei da oferta e da procura (SILVA, 2004).

Ao longo do século XIX, a liberalização selvagem do mercado, imposta pelas novas regras do modo de produção capitalista, provocou uma desregulação da organização do trabalho. Em realidade, a principal característica dessa desregulação foi a apropriação das forças produtivas em novas relações de produção. Portanto, um dos elementos que precipitará a formulação do que daí por diante será chamado de questão social, é, seguramente, uma reorganização do mundo do trabalho (SILVA, 2004, p. 17).

Com a revolução industrial, uma outra configuração do social passou a aparecer, na esteira dessa fratura entre a ideia de igualdade para todos e o crescente capitalismo, que acarretava um aumento da riqueza proporcional a um aumento da miséria (SILVA, 2004). Neste sentido, o Estado passou primeiramente a se preocupar com os indivíduos que trabalhavam, em detrimento dos pobres e miseráveis sem trabalho, objetivando uma regulação dos corpos e das condutas destes trabalhadores para a promoção de sua força produtiva. Aos pobres e miseráveis restava a caridade, em especial das igrejas e entidades filantrópicas.

Na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores começam a reagir à exploração do seu trabalho, e com a classe operária exigindo seu reconhecimento enquanto “classe” por parte do empresariado e do Estado, começam a ser adotadas medidas de cunho social para dar conta desta problemática. Segundo Yazbek (2013), para a iniciante classe operária, são tomadas medidas estatais no campo da proteção social, mas para o trabalhador pobre sem carteira assinada, ou para o desempregado, restaram as obras sociais e filantrópicas e das igrejas, que se mantiveram responsáveis pela assistência aos mais pobres. Essas e outras aproximações entre a Igreja e o Estado no Brasil, os levaram a se apoiarem mutuamente. A Igreja oferecia suporte às políticas do Estado, e o Estado cooperava com os propósitos da Igreja Católica, preocupada com o restabelecimento dos cristãos (MONTENEGRO, 1972).

Com a formação dessa aliança, houve uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas, que foram importantes na formação de pessoal especializado para a realização do trabalho social nas “instituições assistenciais formais” que se iniciavam no Brasil (BULLA, 2003). Neste contexto, o Estado brasileiro buscou administrar e regular a questão social, contudo privilegiando os trabalhadores formais, possibilitando desta forma, condições para que as ações filantrópicas e da igreja se ocupassem do auxílio aos trabalhadores informais e aos pobres e miseráveis.

Portanto, o Estado de Bem-Estar Social, onde o Estado é organizador da política e da economia, defendendo o desenvolvimento do mercado econômico, porém encarregando-se, ao lado de sindicatos e empresas privadas, da promoção social da população, com o intuito de garantir serviços públicos e padrões mínimos de educação, saúde, habitação, e renda a todos os cidadãos, investindo contra os altos índices de desigualdade social, nunca chegou a ser realmente implementado

no Brasil. Ao contrário, o que percebemos é um Estado cada vez mais enfraquecido, não dispendo de recursos para investir no Estado de Bem-Estar Social, alterando e implantando leis que tem por objetivo retirar direitos que os cidadãos conquistaram a partir de lutas dos movimentos sociais e sindicatos no decorrer de décadas, e adotando cada vez mais o modelo neoliberal.

Trabalhando na assistência social, percebi ao longo dos anos, que governo municipal e entidades religiosas caminham juntas na execução dos programas e serviços de assistência. Atualmente, de um total de 25 entidades cadastradas no COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, 11 entidades são mantidas por diferentes igrejas, representando quase 50 por cento das entidades, e todas recebem alguma subvenção⁷ da prefeitura, atualmente em forma de contratos de gestão, a fim de executar serviços públicos. Estas 11 entidades atuam oferecendo desde serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, até tratamento para dependência química e acolhimento institucional (abrigo).

Da mesma forma que executam serviços de assistência, estas entidades participam dos conselhos municipais de controle social⁸, fazendo parte de comissões e deliberando sobre a política municipal de assistência social, e sobre políticas de direitos sociais. Desta forma, em muitos momentos, são os ideais de caridade, benemerência e benevolência que continuam pautando o trabalho da assistência social, em detrimento das ideias de acesso a direitos, de participação social e de lutas político-econômicas e sociais. Além disso, a participação destas entidades religiosas ou da sociedade civil organizada nos conselhos municipais, ao que parece, tem por objetivo conseguir recursos financeiros, públicos e/ou privados, em forma de subvenções sociais (com os quais mantém suas entidades e seus trabalhos assistenciais), do que efetivamente construir uma política pública de acesso a direitos e enfrentamento da desigualdade social no país.

⁷ As subvenções sociais estão previstas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 (art. 12 e art. 16) e na Instrução Normativa STN nº 01/97, sendo que é possível aos Estados e Municípios regularem a forma, os requisitos, bem como as sanções, a fim de também transferirem recursos a título de subvenções sociais.

⁸ Em NH na SICM (Secretaria Integrada dos Conselhos Municipais) existem 7 conselhos ligados às políticas públicas e às políticas de direitos: COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; COMJUVE - Conselho Municipal da Juventude; CMDCI - Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania do Idoso; COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CMPCD - Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa com Deficiência.

A composição dos representantes de entidades religiosas em cargos de gestão da política pública de assistência, pode colocar como forma de execução da política o assistencialismo, a caridade, a benemerência, o auxílio aos pobres, e em especial, o controle dos recursos financeiros para execução da política, circulando sempre nas mãos dos mesmos, sem enfrentamento ético-político-econômico-social da pobreza.

Neste contexto, os atravessamentos entre a religião e a política de assistência social são inúmeros, desde uma completa “terceirização” dos serviços para as entidades religiosas, como é o caso do Serviço de Acolhimento⁹ atualmente em NH, até ações bastante específicas, baseadas em preceitos e julgamentos morais e religiosos nas ações cotidianas dos profissionais.

Segundo Kreher (2016), muitas políticas públicas foram implementadas na confluência entre Estado e Igreja, pois se tornou prática comum, a contratação de pessoas jurídicas, tais como associações e fundações vinculadas às entidades religiosas, que, ao receberem um determinado valor financeiro, se encarregam de administrá-lo, dando conta dos gastos necessários com estrutura, materiais, contratação de pessoal, assim como do desenvolvimento das atividades que envolvem diretamente o público usuário da assistência. Esse arranjo, além de autorizado pela Constituição Federal de 1988, “se encontra também legitimado social e culturalmente, visto que, em especial, a Igreja Católica desempenha historicamente forte papel caritativo no governo das populações tidas como miseráveis e/ou fragilizadas socioeconomicamente” (KREHER, 2016, p. 49).

Muitos trabalhadores da assistência, imbuídos da ideia de “ajuda ao próximo” e atravessados por suas próprias crenças religiosas, trazem para o fazer profissional, o entendimento religioso da “culpa individual” dos usuários por suas mazelas, por sua condição de pobreza e dependência. Partem do pressuposto de que a política pública hoje oferece transferência de renda, cursos de qualificação, e espaço para planejar sua “nova vida” junto aos grupos e técnicos dos CRAS e CREAS, sendo então, uma escolha do usuário não aderir aos serviços da política, e permanecer na situação de miserabilidade e vulnerabilidade.

9 A ABEFI, através da pactuação dos contratos de gestão com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, administra desde abril de 2013 as seguintes Casas de Acolhimento: Anjo da Guarda, Bom Pastor, Albergue Municipal e Lar do Menino, e desde junho de 2012 o Abrigo João e Maria.

Essa culpa individual dos usuários por sua dependência, acomodação e falta de perspectivas, na maioria das vezes é vista como uma inadequação, ou um desajuste pessoal, ou uma falta de vontade para o trabalho árduo, afinal as possibilidades estão sendo oferecidas pela política de assistência para todos que dela necessitarem. *"Se as famílias não aproveitam essas oportunidades, os técnicos não podem fazer nada, a culpa é das famílias."*

Quantas vezes Leontina escutou a assistente social falando que as doações são distribuídas conforme o comportamento e o merecimento de cada família, afinal *"tem aqueles que ganham da assistência e não dão valor, botam tudo fora, usam as roupas que ganham e em vez de lavar e cuidar, jogam no lixo, ou ainda, trocam o que recebem de doação por cachaça no bar da esquina"*. Aqui nos encontramos com os preceitos do luteranismo e muitos outros cristianismos desde a reforma protestante: a ideia de trabalho enquanto uma vocação de todos os cristãos, e uma forma de, com o suor do trabalho árduo e dignificante, conseguir uma vida melhor na Terra, ou então, encontrar o reino dos céus e a vida eterna no pós-morte.

A história do trabalho social das igrejas foi se modificando ao longo dos anos, mas a ideia de um pastor que cuida do seu rebanho é antiga, e pode ser vista, por exemplo, no trabalho dos diáconos, que, criados pela igreja, tinham o papel de visitar os assistidos e ajudar em suas necessidades (LOCKMANN, 2013). Os diáconos trabalhavam com o pastor em funções pastorais e litúrgicas, e entre suas funções estavam visitar os enfermos, os pobres, os indigentes, as viúvas, os órfãos e os prisioneiros. Nessas visitas eles ofereciam aos necessitados a ajuda da igreja. *"Há, nessa época, um tipo muito específico de manifestação da verdade, uma verdade religiosa que se utilizava da fé cristã para agir sobre a vida dos sujeitos aqui na terra"* (LOCKMANN, 2013, p. 184)

Sobre este jeito específico de agir sobre as pessoas, Foucault (2008) vai dizer que, entre o século XVI até o fim do século XVIII, vemos desenvolver-se toda uma arte de governar, uma arte de governar a si mesmo, de governar as almas e as condutas, uma preocupação em como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, a qual incorporou importantes elementos do poder pastoral em uma governamentalidade pastoral alinhada com a modernidade e seus constructos de Estado e Ciência. O poder pastoral (FOUCAULT, 2008) seria a capacidade de determinados indivíduos exercerem um tipo de poder sobre os outros na condição de pastores. O objetivo do

poder pastoral era a condução dos indivíduos e a salvação eterna. Assim, o poder pastoral se ocupava tanto do cuidado de toda a comunidade quanto da vida particular de cada indivíduo, conduzindo as condutas dos sujeitos. O poder pastoral se exerce sobre uma comunidade, e busca a salvação desse rebanho, ou seja, conduz os indivíduos na Terra, rumo a sua salvação pessoal. E o bom pastor é aquele que dirige e cuida de cada pessoa da comunidade individualmente, ao mesmo tempo em que cuida de todos.

Era aquela arte pela qual se ensinavam as pessoas a governar os outros, ou pela qual se ensinavam os outros a se deixar governar por alguns. Esse jogo do governo de uns pelos outros, do governo cotidiano, do governo pastoral, foi isso que foi entendido durante quinze séculos como sendo a ciência por excelência, a arte de todas as artes, o saber de todos os saberes (FOUCAULT, 2008, p. 200).

Segundo Kreher (2016), o fundamental para o exercício desse poder era a necessidade de saber o que se passava na mente das pessoas, seus segredos, seus pensamentos, importava saber o que faziam, como faziam, porque faziam e o que pensavam e sentiam, para então, poder conduzi-las melhor. Na época do poder pastoral como estratégia de governamento da população, instituiu-se também a prática da confissão, como forma de conduzir as condutas dos indivíduos.

A partir dos séculos XI e XII vemos desenvolver-se e tornar-se obrigatória a prática da confissão, (...) isto é, a existência de um tribunal permanente diante do qual cada fiel deve se apresentar regularmente. Vemos aparecer e desenvolver-se a crença no purgatório, isto é, um sistema modulado de pena, provisório em relação ao qual a justiça, enfim, o pastorado pode desempenhar certo papel. E esse papel vai estar precisamente no aparecimento do sistema das indulgências, isto é, na possibilidade de o pastor, na possibilidade de a Igreja atenuar em certa medida e mediante certo número de condições, essencialmente condições financeiras, as penas previstas (FOUCAULT, 2008, p.268).

O poder pastoral, entre os séculos era principalmente uma estratégia de condução das condutas para que os homens construíssem sua salvação. Contudo, a partir do século XVIII, que foi palco de acontecimentos importantes, como a revolução industrial, o desenvolvimento da medicina, do Estado Moderno e o início do capitalismo, produziram-se grandes mudanças na sociedade, inclusive com o grande aumento da população. Estas mudanças vão apontar condições de possibilidades para certo deslocamento do poder pastoral para um poder disciplinar

(ainda que o primeiro continue existindo), e de certa “pobreza útil”¹⁰ para uma pobreza enquanto problema social, não perdendo sua utilidade, mas tendo formalizados e normatizados os meios de torná-la torná-la mais útil ainda, disciplinada.

Neste cenário, a assistência de exclusivo cunho caritativo (LOCKMANN, 2013) não se constituiu mais como uma prática social capaz de dar conta dos novos problemas produzidos pelos pobres, doentes e desvalidos. Portanto era necessário criar formas de governo que permitissem uma condução pastoral, mas também uma condução política e biológica da população, o que foi possível com a emergência dos discursos médicos higienistas, pedagógicos, psicológicos, da assistência social, jurídicos, etc., a partir de meados do século XIX e início do século XX. Neste sentido, o sacerdócio do poder pastoral muda das mãos dos párocos para as mãos dos médicos, psicólogos, pedagogos, conselheiros tutelares, assistentes sociais, entre outros herdeiros desta prática de governo da população.

De acordo com Lockmann (2013), durante quase 3 séculos após a colonização do Brasil, as santas casas de misericórdia foram as únicas instituições que se responsabilizaram pelas ações sociais, pois ajudavam pobres e indigentes, recolhiam esmolas para os necessitados, forneciam dotes aos órfãos, ofereciam refeições e abrigo, forneciam caixões para enterros, visitavam presos, rezavam missas a quem pagava por isso, e também recolhiam e batizavam as crianças deixadas na Roda dos Expostos. As Santas Casas de Misericórdia foram os primeiros equipamentos que se ocuparam do acolhimento aos pobres no Brasil. Estas primeiras organizações filantrópicas tinham a compreensão da assistência como um gesto de benevolência e caridade para com o outro.

Contudo, na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores começam a reagir à exploração de seu trabalho operada pelo capitalismo, começa a aparecer a “questão social”, ou seja, inicia-se um processo de empobrecimento desse proletariado, constituído por uma população miserável, migrante, fragilizada

10 Os pobres da cidade eram pessoas que realizavam incumbências, levavam cartas, se encarregavam de despejar o lixo, apanhar móveis velhos, trapos, panos velhos e retirá-los da cidade, redistribuí-los, vendê-los, etc. Eles faziam parte da instrumentalização da vida urbana. Na época, as casas não eram numeradas, não havia serviço postal e quem conhecia a cidade, quem detinha o saber urbano em sua meticulosidade, quem assegurava várias funções fundamentais da cidade, como o transporte de água e a eliminação de dejetos, era o pobre. Na medida em que faziam parte da paisagem urbana, como os esgotos e a canalização, os pobres não podiam ser postos em questão, não podiam ser vistos como um perigo. No nível em que se colocavam, eles eram bastante úteis (FOUCAULT, 1979, p. 94).

em seus vínculos pessoais e sociais (YAZBEK, 2013). O capitalismo, pelas suas dinâmicas e contradições, com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, cria algumas condições de possibilidades para o surgimento das práticas assistenciais de benemerência, que foram aos poucos, apropriadas pelo Estado. As práticas de caridade, até então desenvolvidas pela igreja, foram sendo ocupadas pelo Estado, que foi direcionando essas práticas para o próprio Estado e para a sociedade civil, mas sempre com alguma aproximação com a igreja.

Podemos pensar então, que as articulações entre Estado e Religião, contribuíram para a produção de práticas de governamento da população pobre. Lockmann (2013) aponta que, no Brasil, na época posterior a independência em 1822, a educação de crianças pobres, associada às ordens religiosas, tinha por principal objetivo o ensinamento de um trabalho aos pobres, doutrinando as crianças, dentro de preceitos morais e religiosos, ensinando as primeiras letras, e o ofício da costura às meninas acolhidas. Desta forma percebemos a articulação entre religião e trabalho, e a intenção da igreja de ensinar um ofício às crianças pobres para que pudessem logo trabalhar, mas sem questionar a exploração do trabalho. O trabalho já aparece neste momento como "solução" para a pobreza. Ainda de acordo com Kreher, "em última instância o que essa política cristã almejava era a manutenção da ordem e das estruturas sociais, sob as quais, historicamente exercia incisivo governo" (KREHER, 2016, p. 35).

No Brasil, na Era Vargas (momento nacional de afirmação de um Estado Moderno com seu aparelho voltado ao governo do "social"), "teve lugar uma rearticulação do setor público com o privado, fortalecendo as práticas de filantropia, o que viabilizou uma reorganização da Igreja Católica no que diz respeito à sua participação no campo de ação social e assistencial" (KREHER, 2016, p. 42).

A igreja e o Estado se uniram para resguardar a ordem e a disciplina social, ficando também a cargo da Igreja Católica a tarefa de harmonizar a disputa de classes, na tentativa de manter o controle sobre os trabalhadores explorados e sobre os pobres (SOUZA et al., 2015). A igreja também tinha o papel de ordenar as relações sociais, a partir de costumes cristãos, exigindo da classe burguesa o auxílio comunitário, criando movimentos católicos de ajuda aos necessitados. E era por meio da crença na salvação eterna, difundida pela igreja, que se podia exercer o poder sobre as condutas dos homens. Neste sentido, Foucault aponta que:

(...) na medida em que os homens estão mais preocupados com a sua salvação no outro mundo do que com isso que se passa aqui embaixo; na medida em que querem verdadeiramente serem salvos, eles permanecem tranquilos e é mais fácil governá-los. (...) quanto mais os homens estão preocupados com a sua salvação no além, mais é fácil aqui embaixo governá-los (FOUCAULT, 2010, p. 58).

A Igreja Católica também esteve presente no início da profissionalização do Serviço Social, que era uma profissão formada apenas por mulheres, e que se valia da filantropia existente, tendo uma atuação doutrinária e assistencial (SOUZA et al., 2015). A profissão naquele momento percebia o indivíduo como único culpado pela situação de pobreza que se encontrava, e buscava-se por meio do trabalho a superação das dificuldades materiais. Não havia a preocupação de analisar a sociedade e as relações entre os homens, pois as questões eram tratadas no contexto da moralidade, na busca do ajustamento do homem conforme preceitos das doutrinas da Igreja.

As profissionais da assistência social tinham o objetivo de promover a adaptação e a transformação desses grupos vulneráveis, pois o que se enxergava, era a necessidade de intervir na formação moral, intelectual e social das famílias, numa tentativa de reformar o homem, de ajustá-lo e reeducá-lo. As condições de moradia, as precariedades das condições sanitárias, por exemplo, eram consideradas problemas de desestruturação familiar. A situação de vulnerabilidade vivida pelos pobres, era vista pelos assistentes sociais como uma patologia, uma deformidade na sua formação moral, era dessa maneira que se dava o julgamento, sobrepondo as reais causas da miséria. Assim nesse contexto, a ação dos(as) Assistentes Sociais passa a ter o objetivo de fazer o ajustamento sem levar em conta a correlação de forças existentes na sociedade (SOUZA et al., 2015).

Portanto, o atendimento da assistência social para esses segmentos empobrecidos da sociedade e fora do mercado de trabalho, segundo Yazbek (2013), baseou-se, e ainda parece basear-se, numa lógica de benemerência, ou seja, dependente de critérios de mérito, baseada num julgamento moral, sustentada numa ideia de responsabilização individual por sua situação social, e ainda caracterizada pela insuficiência e precariedade de recursos públicos. Importante ressaltar ainda que a caridade e a benemerência, nunca tiveram a pretensão de acabar com a pobreza, mas viver dela: "era preciso manter a existência dos pobres e desamparados para que se pudesse viver da pobreza, ou seja, viver das vantagens

(terrenas e espirituais) que ela era capaz de conceder àqueles que contribuía para amenizá-la, mas, jamais, para exterminá-la" (LOCKMANN, 2013, p.188).

Enquanto os novos velhos pastores conversavam sobre o governo da pobreza, mais especificamente sobre o abrigo de jovens retirados de suas famílias, naquele salão paroquial que reverberava tempos diversos, Leontina se angustiava raivosa, sentada cabisbaixa na mesa da cozinha, dorso inclinado, cabeça pendida com os olhos perdidos nos movimentos de suas mãos espremendo uma contra a outra sobre o colo.

Quem via tanta passividade não adivinhava a turbulência de suas ideias: "Como podem! Retiraram meus filhos para que eu pudesse trabalhar e ter dinheiro para cuidar deles, mas se me dessem o dinheiro que eles gastam para cuidar de um só dos moleques eu já conseguia me erguer e ficar com todos os 5 na nossa casa! Não pode ser... vou ir falar com eles, que desaforo! Tirar os filhos de uma mãe e gastar essa fortuna! Meu deus do céu!".

Sabidamente Leontina não se levantou da cozinha até a sala principal para debater os paradoxos entre direitos civis e sociais na estrutura do Estado brasileiro. Afinal, ela tinha de manter seu emprego para persistir na esperança de um dia levar os filhos de volta para casa. Ainda que o impulso de dizê-lo lhe assaltava a mente: "me dá aí o que vocês gastam com um só dos guris que eu me arrango e libero mais 5 vagas no abrigo!". Leontina ponderou que outras crianças precisavam mesmo do abrigo, mas que ela queria e podia cuidar dos seus filhos, lhe faltavam apenas condições financeiras para creche, escola, comida, roupa. Em meio à sua raiva, teve vontade de destruir tudo: abrigo, CREAS, CRAS, afinal, lá estava cheio de gente ganhando dinheiro enquanto o povo atendido ganhava esmolas.

Mas logo se lembrou da ocasião em que a psicóloga do CREAS ajudou-a a livrar-se do traste do ex-marido que lhe batia, e pensou que era bom ter um lugar assim... A dúvida deixou suspensos seus juízos. Sem mais saber o que fazer e o que pensar, Leontina resolveu se resignar e foi buscar a louça suja na mesa dos gestores da assistência sem deixar escapar um só assovio da tempestade de ideias que assolava sua cabeça. Para eles, parecia "apenas" uma copeira, nem imaginavam que ali estava uma das vidas governadas em meio aos índices e estatísticas debatidas naquela manhã. Eles queriam salvar Leontina e muitas outras da danação de miséria e violência, mas quem salvaria Leontina e seus filhos da própria salvação que lhes fora reservada?

4 ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de equipe de um serviço da política de Assistência Social (CRAS ou CREAS), composto por coordenação, assistentes sociais, psicólogos, advogado, pedagogo, educadores e estagiários. A reunião transcorre num clima alegre, entre assuntos do cotidiano do trabalho, questões administrativas e piadas que dão um clima mais ameno as situações discutidas no serviço, sempre marcadas por violência e miséria. Na mesa central, onde todos sentam à volta, há cafezinho, chá, chimarrão e algumas bolachinhas e doces, sempre trazidos por alguns colegas.

Uma colega apresenta um caso para discutir com a equipe, a fim de pensar em encaminhamentos que possam ajudar neste momento. O caso é o de Leontina, que estava casada com Joacir há mais de 15 anos, separou-se por causa das inúmeras situações de violência doméstica, causadas principalmente pelo uso constante de drogas, em especial álcool e crack, que o marido vem fazendo há bastante tempo, e recusando-se a qualquer tratamento. Viviam na casa da sogra. Como todos os parentes de Leontina são do interior do Estado, ela não tinha para onde ir com os 5 filhos. Leontina então fugiu de casa, abandonou os filhos e o marido, foi morar de favor com uma conhecida, e acabou vivendo com Sr. Sebastião, um idoso pobre e viúvo, com quem teve um relacionamento de pouco mais de 6 meses. Então conheceu João, um jovem e sedutor caminhoneiro: resolveu ir embora com ele para São Paulo, tentar a vida e quem sabe sentir-se livre das amarras que lhe impedem os movimentos de ousadia. Em São Paulo, sem trabalho, sem moradia, sem família, sem amigos, Leontina foi parar nas ruas da maior cidade do país. Conseguiu uma passagem com ajuda da assistente social do Centro POP¹¹: depois de quase um ano, voltou para perto dos filhos.

Então, acabaram todos, Leontina e os filhos, sendo acolhidos no abrigo municipal. Um dos filhos, Jurandir, com 16 anos, há tempos havia assumido o controle da casa, utilizando-se do trabalho junto ao tráfico de drogas para sustentar a família. Nos últimos tempos, antes da fuga de Leontina, vinha usando de violência física contra o pai nas vezes em que este ameaçava a família, tornando os conflitos familiares insustentáveis.

Depois de muita discussão, de levantar os possíveis espaços da "Rede" em que Leontina e sua família poderiam receber atendimento, é consenso entre os

11 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua.

técnicos que o mais importante agora é Leontina se organizar, e ela tem um determinado tempo para isso. E se organizar, significa que Leontina tem que "arrumar um trabalho" para que ela possa assumir o sustento de sua família. O filho mais velho, Jurandir (16 anos), deve ser encaminhado para fazer a carteira de trabalho e buscar emprego, enquanto Jussara (14 anos), deve ser encaminhada para um curso de iniciação profissional.

Afinal, a única maneira de se resolver o problema da violência familiar, e do uso de drogas, seria se afastarem do marido/pai das crianças e conseguir trabalho para pagar aluguel, e para sobreviver. Todos na família devem trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Os filhos menores, Jonas de 10 anos, Jaciara de 8 anos devem ir para escola e para o SCFV¹², e Joaquina de 2 anos, deve frequentar a creche em turno integral.

Ocorre que Leontina é semianalfabeta e praticamente nunca trabalhou na vida. Algumas vezes saía para "catar" pela vila onde morava, a fim de obter uns trocados para comprar emergencialmente alguma comida para os filhos. E Jurandir entende que já tem um trabalho, posto que pretende continuar sendo o "dono da boca" de tráfico onde morava.

Lourdes, arteterapeuta que participa da reunião, ainda questiona, mas que tipo de trabalho Leontina vai conseguir? Vocês a contratariam como faxineira na casa de vocês? Todos se olham e faz-se um silêncio sem respostas pela sala.

Leontina é um personagem fictício, mas poderia muito bem ser qualquer uma das mulheres chefes de família, das mais de 22.000 famílias cadastradas no Cadastro Único (CAD-SUAS)¹³ da cidade de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

12 SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ligado ao CRAS.

13 O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é um sistema de coleta de dados e caracterização sócio-econômica criado para identificar todas famílias com perfil dos programas sociais do governo federal. Sua base de dados pode também ser utilizada pelos estados e municípios, sendo considerado um poderoso instrumento capaz de subsidiar a formulação de políticas sociais, uma vez que possibilita uma análise das principais necessidades das famílias cadastradas. Para tanto, o cadastro contém informações sobre todo o núcleo familiar (como escolaridade, renda, situação ocupacional etc.), bem como do domicílio (localização, infra-estrutura, acessibilidade aos serviços públicos etc.). São cadastradas todas as famílias com renda bruta *per capita* de até ½ salário-mínimo. Somente aquelas que se encontram dentro do perfil do Bolsa Família são selecionadas de forma impessoal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para inserção no programa. Prioriza-se, para a entrada de uma família na folha de pagamento, àquelas de menor renda mensal por pessoa e com maior número de filhos. (www.mds.gov.br)

Poderia também ser qualquer uma das mulheres, das mais 13 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família¹⁴ no Brasil atualmente, a um custo de 26 bilhões ao governo federal em 2015. Em contrapartida ao dinheiro gasto com o PBF, o governo federal pagou 251 bilhões de juros aos credores da união, no mesmo período, ou seja, quase 10 vezes mais.¹⁵

Leontina é uma das milhares de mulheres brasileiras, descendente de escravizados, com uma vida marcada pela precariedade, pela exploração, pela miséria, pela falta de serviços básicos como saneamento, moradia, com pouco acesso às políticas públicas de saúde e educação.

Mas nada disso importa neste momento, pois queremos que Leontina trabalhe! Trabalhe! Tenha um trabalho! Não dependa do governo! Não se acomode, *"como fazem aqueles que vivem do Bolsa Família"*!

No entanto, por que Leontina deveria necessariamente trabalhar? Porque pressupomos que tal atividade diária de realização de atividades conforme um contrato, seria benéfica para a saúde e a moral de Leontina? Será que acreditamos não se tratar apenas de sustento, mas que ter autonomia financeira através do trabalho, será a única base para a construção da própria vida?

Porque jamais reconhecemos a bem-sucedida carreira de Jurandir: iniciado no tráfico ainda aviãozinho, rapidamente galgou postos no organograma graças às suas muitas habilidades nas letras, nos números e com as pessoas? Que trabalho é esse que se quer, e que serve de tratamento na visão da rede de assistência social? Como essa terapêutica através dos vínculos trabalhistas passou a fazer parte do repertório de nosso sistema? Que trabalho é esse que queremos e que não existe para os miseráveis semi-analfabetos, como Leontina? Como podemos pensar toda uma vida, toda uma família, toda uma história, toda uma complexidade de relações, de afetos, toda uma complexidade de vivências, traduzida em "arrumar trabalho"?

Parece difícil para nossa sociedade ocidental, pensar uma vida que não esteja pautada no laborocentrismo. Pierre Clastres (1979) descreve o impacto dos

14 O **Bolsa Família** objetiva garantir a segurança alimentar por meio da distribuição de renda. É um programa de transferência direta de renda na forma de um pagamento mensal às famílias pobres e extremamente pobres e tem como critério de inclusão a averiguação da renda bruta *per capita* familiar. O pagamento é realizado por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social – NIS. O programa está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), sendo gerido de forma compartilhada entre governo federal, estados e municípios e executado no âmbito local. (www.mds.gov.br)

15 <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1583320-gasto-de-r-251-bi-com-juros-pagaria-uma-decada-de-bolsa-familia.shtml>>.

machados de metal na sociedade indígena, referindo que os índios perceberam que com o machado de metal, trazido pelos portugueses, poderiam realizar o mesmo trabalho em dez vezes menos tempo, e por isso desejaram o machado dos homens brancos, para produzir a mesma coisa num tempo mais curto, mas não para produzir mais.

Nesta lógica dos índios, podemos pensar que outras racionalidades de modos de viver são possíveis. Os ameríndios (CLASTRES, 1979), mantinham uma sociedade do lazer e da abundância, numa recusa ao trabalho enquanto gerador de exploração e acúmulo de bens, não centrando sua existência no pilar trabalhista. A incompreensão europeia logo tachou os indígenas de preguiçosos, sendo este um dos seus muitos pecados que deveriam ser redimidos pelo processo civilizatório.

Parece então, que Leontina se mantém pecadora, afastada da única ocupação que dá sentido e organiza a vida no ocidente: atividade laboral cotidiana, que lhe oferta um pequeno salário ao final de 30 dias. Leontina parece ter dificuldades para entender que, no tempo presente, trabalho e religião devem fazer parte da vida das pessoas. Será?

Muitas perguntas, inquietações, estranhamentos, dúvidas, incompreensão e angústias, me fazem tentar olhar e compreender minimamente o que se passa nesse cotidiano de atendimentos às famílias usuárias do SUAS.

A assistência social sempre operou por um viés do trabalho como sendo, senão a única, a mais importante forma de sair da condição de pobreza. O trabalho assistencial, ou as ações sociais, tinham por objetivo encaminhar os pobres ao trabalho, preferencialmente a um trabalho formal (com carteira de trabalho assinada). Afinal, catar papelão e outros resíduos recicláveis, fazer faxina, cortar grama e limpar jardim, são apenas "bicos", que "não garantem o sustento de uma família e não garantem os benefícios que um trabalhador tem". Entretanto, muito pior que "fazer bicos", são os que se atrelam a atividades ilegais, como o tráfico de drogas ou a venda de produtos contrabandeados, pois tais atividades seriam ainda mais lesivas do que reestruturantes de suas vidas.

Leontina, é uma usuária da política de assistência social na medida em que permaneceu alguns dias no abrigo, foi acolhida no CRAS e no CREAS, seus filhos adolescentes terão acesso a algum curso profissionalizante, e os pequenos estarão na escola e no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos). Mas esse acesso gratuito de Leontina aos benefícios oferecidos pela política pública tem

um preço a ser pago. Preço esse que tem a ver com participar dos atendimentos nos serviços (CRAS e CREAS), seguir as orientações dos técnicos sociais e "arrumar o cabelo, a casa e um trabalho". Apenas após sua inserção no mercado de trabalho se evidenciaria que realmente é capaz de se organizar e gerenciar sua vida e que o "trabalho dos técnicos da assistência social deu certo", pois Leontina conseguiu superar a situação de pobreza e desestruturação.

A assistente social está empenhada em conseguir uma vaga de serviços gerais para Leontina, e em busca dessa vaga, vai conversar com o pastor, dirigente da entidade assistencial que tem parceria com a Prefeitura. Parece que Leontina finalmente vai conseguir um trabalho com carteira assinada. Contudo, na maioria das vezes não é bem assim que acontece, e pessoas como Leontina ficam anos e anos vinculadas aos serviços da assistência social, sem nunca dar conta de suas vidas, sempre devendo algo, e demandando trabalho técnico, num circuito infinito.

Confrontam-se como falhas, menores ou faltosas diante das demandas dos técnicos que apenas querem auxiliá-las. Veem-se como insuficientes diante do que se esperava delas, diante daquilo que lhes foi exigido para que fossem auxiliadas. Deste modo, beneficiadas e beneficiados costumam experienciar uma culpa/dívida perante os representantes do sistema único de assistência social, tal qual a culpa que os bons cristãos vivem no interior dos confessionários.

Talvez esse culto ao trabalho, além de estar relacionado com os exercícios disciplinares em busca do incremento da capacidade de produção e obediência (FOUCAULT, 1987), possa também ser pensado em seu atravessamento religioso, em especial, um atravessamento ligado ao luteranismo, o que significa dizer que, os fiéis à doutrina de Martinho Lutero, entendem e acreditam no trabalho como uma vocação, uma missão dada por Deus, um chamado de Deus a todos os homens. Lutero, a partir de sua doutrina, conferiu um valor religioso ao trabalho, e passou a exigir de todo cristão luterano, esse senso de dever e de disciplina ao trabalho. E a partir de Lutero, outras religiões protestantes também passaram a pregar o trabalho "árido, honesto, disciplinado" como uma forma do cidadão provar sua religiosidade, dedicando-se ao trabalho produtivo, que tem um fim em si mesmo, e que "enobrece a alma". Ao contrário de épocas anteriores, onde o trabalho era visto apenas como algo necessário, aliás, um mal necessário, um castigo de Deus à humanidade como nos diz o velho testamento, uma lembrança da mácula das necessidades animais em nossa alma.

Segundo Max Weber (1999), a religião protestante contribuiu para formar o trabalhador moderno. As crenças religiosas do luteranismo e protestantismo em geral modificaram a visão religiosa que se tinha da riqueza. Ela (a riqueza), a partir daquele momento, pelo acúmulo de capital que aconteceria através do trabalho, passou a ser considerada como uma comprovação da honestidade e idoneidade religiosa do indivíduo. E o cumprimento dos deveres intramundanos passaram a ser vistos como "a única via de agradar a Deus em todas as situações, que esta e somente esta é a vontade de Deus, e por isso toda profissão lícita simplesmente vale muito e vale igual perante Deus" (WEBER, 1999, p. 51).

Segundo Zuccheti (2003), a partir do luteranismo, rompe-se a ideia do trabalho artesanal, e o trabalho passa a ter um valor enquanto vocação do homem, e um direcionamento ao bem comum.

é a ideia de um dever profissional que está colocado, com vistas à organização racional do trabalho em torno da empresa, a qual o trabalhador deverá se adaptar. O trabalho ganha, então, o sentido de vocação, com um fim em si mesmo, como um valor com qualidades éticas voltadas ao bem comum condizentes com o capitalismo, no qual a influência da educação religiosa, que estimula a concentração mental e o sentimento de obrigação, torna-se essencial na combinação do trabalho com a produção econômica. Rompe-se, desta forma, com os conceitos de trabalho tradicional, especialmente o trabalho artesanal, manual e o círculo de fregueses, modo de vida, etc. (ZUCCHETTI, 2003, p 96-97).

Portanto, podemos pensar que existiu e que ainda existe em Novo Hamburgo, assim como no resto do mundo ocidental constituído pelas ressonâncias da reforma protestante e do capitalismo, uma ligação muito forte entre as crenças religiosas do trabalho como um valor, e os investimentos sociais, tanto governamentais, como da sociedade civil e das igrejas. Tais parcerias buscam trabalhar em prol da população pobre, atendendo a vocação destes profissionais em ajudar aos outros, e acreditando que proporcionando formação, qualificação profissional e trabalho para esta população, ela dará conta de, individualmente, superar a pobreza e a precariedade de suas vidas, otimizando não apenas sua condição econômica, mas psíquica, social e moral.

Desta forma, tem-se de um lado uma sucessão de profissionais que estão seguindo sua vocação de trabalhar em prol da ajuda aos outros, através de profissões como o serviço social, a educação, a psicologia, a enfermagem. E, do outro lado, se tem os pobres, em especial a juventude pobre, que precisa ser

ajudada a encontrar sua vocação, de alguma maneira através de cursos profissionalizantes, que vão prepará-los para o trabalho. Trabalho aqui é meio e fim da terapêutica sócio-psico-assistencial.

Contudo é interessante pensar que a "vocação dos pobres" é sempre trabalhar como marceneiro, costureira, auxiliar administrativo, mecânico, caixa de supermercado, ou seja, sempre em posições subalternas na escala social: apela-se aqui mais uma vez à humildade como valor que guia na direção da obediência, em uma clara ressonância entre o Poder Pastoral (FOUCAULT, 2008) e o Regime Disciplinar (FOUCAULT, 1987). É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar nos céus, assim, os humildes devem agradecer a possibilidade de impetrarem uma louvação mais digna e áurea do que a performada pelos privilegiados. Em nenhum momento se propõe ou questiona a impossibilidade de um plano de carreira que preparasse para medicina, direito, engenharia ou alguma outra profissão detentora de status na sociedade.

Muito menos se vê a possibilidade de pensar a construção de vidas que não sejam centradas e salvas pelas práticas laborocêntricas. Não vemos, por exemplo, a busca de organização de laços de solidariedade que não passem pela geração de renda ou projetos de vida que não sejam sustentados na trama de endividamento-produção das relações de consumo-trabalho. Pelo contrário, as vidas que perseveram por esses atalhos não centrados no trabalho são prontamente tachadas de precárias, vulneráveis, desorganizadas ou até mesmo indevidas moralmente, tal como os portugueses fizeram aos ameríndios na não centralidade do trabalho na organização social e em sua pouca afeição ao acúmulo de bens (CLASTRES, 2013).

Diante deste cenário, Benelli e Costa-Rosa (2011), referem que o objetivo do atendimento da política de assistência social, seria moldar o caráter, formatar e produzir indivíduos sujeitados, dóceis, e úteis, além promover a iniciação profissional, capacitá-los e inseri-los no mercado de trabalho. A intenção parece ser produzir bons empregados, pois não se imagina que sujeitos das classes populares possam vir a ser donos do seu próprio trabalho, nem se espera que eles possam inventar outras formas criativas de produzir seu viver. Tampouco parece ser possível pensar numa vida que não estivesse centrada nas questões de trabalho.

Todos estes projetos e programas com objetivo de "atender" e "proporcionar cidadania" à população pobre (carente, necessitada, miserável), de acordo com Benelli e Costa-Rosa (2011), poderiam ser traduzidos na produção de indivíduos

trabalhadores e consumidores, sabedores dos seus direitos, mas sem problematizar seus deveres e suas condições de vida. Na verdade, sem problematizar como suas vidas foram se transformando no que são hoje, a partir da sociedade em que vivem. O que se espera dos usuários da assistência social seria uma espécie de resignação com suas precárias condições de vida, "porque a vida é assim mesmo", ou "porque Deus quer" (vocação), sem problematizar que a vida foi sendo construída assim pela própria história do mundo moderno e pós-moderno, e pelas relações de produção-consumo capitalistas. Ao mesmo tempo lhes é "oferecida" a ideia de que o trabalho formal seria a única maneira de enfrentar a pobreza, e sair dela por esforço próprio e força de vontade. Assim se prescreve a adaptação às normas e leis, às regras da vida social, formatando indivíduos sujeitados ao lugar que lhes cabe na conjuntura social.

Neste sentido, a função de muitas entidades assistenciais parece estar centrada numa espécie de "ortopedia do comportamento" (BENELLI; COSTA-ROSA, 2011), por meio da qual se busca produzir determinados efeitos no caráter, na conduta e nos hábitos dos usuários. Proteção, prevenção, caridade, controle, produção de indivíduos dóceis e úteis, que, apesar da situação de vida absolutamente desfavorável, não ingressarão na criminalidade, nem no uso de drogas, nem em qualquer espécie de "rebelião social".

É interessante pensar que a partir desta forte ligação entre religião e trabalho, outras atividades como o esporte, as artes plásticas, a música, o teatro, o artesanato, a ajuda mútua, os projetos coletivos e colaborativos, raramente aparecem como uma outra via para o "desenvolvimento humano e social": quando muito são relegadas ao status de ocupações menores com a finalidade de ocupar o vazio de atividades-convivência que poderia permitir a entrada no mundo do crime e/ou drogas. A questão da formação do trabalhador (anatomopolítica) e promoção da produtividade da nação (biopolítica) se articulam pelo Pastorado do Trabalho: "uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles, e a cada passo da sua existência" (FOUCAULT, 2008, p. 219). Práticas de formação e vigília dos corpos dóceis se coadunam aos cálculos populacionais e seus índices de longevidade, produtividade, etc. nas ações das tramas da assistência social. Podemos perceber que essas ideias da prescrição do trabalho enquanto formador do caráter, e da forma correta de se conduzir no trabalho, remetem às práticas do poder pastoral referidas acima, ou seja, um poder

de cuidado, que é ao mesmo tempo um poder individualizante e totalitário, pois o pastor dirige todo o rebanho, mas só pode dirigi-lo bem na medida em que cuida de cada ovelha individualmente, zelando por todos e por cada um. Mas desde a Modernidade Disciplinar poderíamos trocar a máxima “Deus Salva”, por seu deslocamento no capital industrial: “o trabalho salva”.

Conforme Foucault (2008) o poder pastoral promete a salvação eterna dos indivíduos, quanto mais caridosas forem suas ações aqui na Terra, estabelecendo condutas para aqueles que desejam a salvação de suas almas. Condutas essas tanto para quem recebe a ajuda, quanto para aquele que oferece ajuda. A salvação no cristianismo está inicialmente atrelada ao governo pastoral dos homens. Contudo, independente da habilidade ou do mérito do pastor, no cristianismo não é ele quem salva, pois Deus é o salvador, e o papel do pastor é administrar, sem a certeza da salvação, as trajetórias do mérito e do demérito das suas ovelhas (FOUCAULT, 2008). Desta forma, o pastorado cristão cria uma forma de exame perpétuo, incluindo a prática da confissão, que nos julga o tempo todo dizendo quem somos, a fim de que alcancemos a salvação na vida eterna:

vai instaurar um tipo de relação de obediência individual, exaustiva, total e permanente. (...) o pastorado cristão inova absolutamente ao implantar uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e de outros pela qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual se exercerá a obediência, será assegurada a relação de obediência integral, e através do qual passará justamente a economia dos méritos e deméritos (FOUCAULT, 2008, p. 242).

Neste sentido, incorporando a prática da confissão ao poder pastoral, começou-se a produzir uma verdade sobre o sujeito, que operou e produziu a própria sujeição deste à esta verdade produzida: revelação da verdade secreta do sujeito produzida em uma leitura minuciosa e atenta dos seus pensamentos, afetos, comportamentos por parte de um especialista (qualquer semelhança com as muitas entrevistas e conversas dos usuários com técnicos do SUAS não é mera coincidência). A partir dos séculos XVI e XVII, a pastoral cristã continuou sendo o pano de fundo desse processo de governo, mas foi se deslocando da pastoral dos indivíduos e das comunidades, para o desenvolvimento das artes de governar a população (FOUCAULT, 2008): da moral divina para a ciência da produção, da

confissão austera ao trabalho vigiado, da escatologia de João Evangelista para o progresso de Auguste Comte.

Mas, quando a necessidade exige, a razão de Estado se toma golpe de Estado e, nesse momento, é violenta. Violenta significa que ela é obrigada a sacrificar, a amputar, a prejudicar, ela é levada a ser injusta e mortífera. É o princípio, diametralmente oposto, como vocês sabem, ao tema pastoral de que a salvação de cada um é a salvação de todos, e a salvação de todos é a salvação de cada um, Daí em diante, vamos ter uma razão de Estado cuja pastoral será uma pastoral da opção, uma pastoral da exclusão, uma pastoral do sacrifício de alguns ao todo, de alguns ao Estado (FOUCAULT, 2008, p.352).

No governo da população, a Razão de Estado (FOUCAULT, 2008), por meio de uma concepção de Ciência Política e Ciência Econômica, se desenvolve e se agencia com as antigas técnicas de pastorado cristão, agora laicizadas. Essas técnicas pastorais agenciadas com a Razão de Estado, outorgam uma nova capilaridade ao governo do Estado, que permite o surgimento das polícias, já numa lógica da biopolítica.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de "polícia" o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças (FOUCAULT, 2008, p.421).

Então percebemos que essa noção de salvação do poder pastoral se desloca ao longo dos séculos, e com a emergência da modernidade, vemos uma noção de salvação articulada com a anatomopolítica e com a biopolítica na afirmação do esplendor da ordem e produtividade de um Estado Nação industrial. Nesse deslocamento a salvação se laicifica, e podemos ver a ciência moderna tomando o lugar de Deus, enquanto figura neutra, verdadeira e justa, que determina o comportamento dos sujeitos que desejam ser salvos, como por exemplo o médico que dita as normas para a boa saúde, que levará o sujeito a uma vida feliz, organizada, plena, já aqui na Terra.

Contudo, na ciência moderna, médicos, advogados, pedagogos, psicólogos não são colocados e não se colocam na mesma posição de "humildade" afirmada pelo pastorado cristão. Ao contrário, a ciência moderna se constrói enquanto autoridade sobre o sujeito, uma autoridade científica, judiciária, etc, que produz e

exercita a submissão deste sujeito a toda essa construção técnica da ciência. Falamos ainda do cultivo da obediência (logo, se afastam das práticas de liberdade da antiguidade grega), mas não mais em nome da destruição do “eu” em uma estética da humildade, pois agora afirmamos modelos universais do humano nos esquadros da ciência. Portanto, na modernidade disciplinar, a salvação será encontrada na persistência da vida biológica e na boa saúde física e moral desde parâmetros normativos das ciências: o bom cidadão, o bom trabalhador, o bom pai, mãe e filho, todos sempre desde um rígido molde padrão que permite inteligibilizar as condutas adequadas. Tal qual na linha de montagem industrial, tal tecnologia de subjetivação produz padrões em larga escala: estudantes, homens, mulheres, criminosos, loucos, velhos, doentes, chefes, trabalhadores, etc.

Já na contemporaneidade vemos somarem-se a tais tecnologias de subjetivação outras modulações próprias de uma sociedade baseada nas relações de consumo e espetáculo. Os moldes se esfumam em modulações, o determinismo se distende em probabilidades e emergências, aquilo que era viver mais (sobreviver) se torna mais-valia de uma vida consumida que promete plenitude, bem estar, realização, felicidade, etc. O trabalhador padrão e seu soldo padrão mensal veem-se feitos fluxo em uma sociedade pós-salarial baseada em metas, bonificações entre outras formas de articular pagamento e flutuação das vendas: do salário padrão que remunera a regularidade de conduta, vamos na direção do ultrapassamento e redimensionamento de metas a exigir constante incremento de performance.

Mas, mesmo diante de tantas novidades, a ideia do trabalho como vocação e salvação, em especial para classe média e baixa, também continua presente no contemporâneo, uma ideia de que o trabalho salva, não apenas aos jovens levados para o mercado de trabalho, mas também àqueles profissionais da assistência que se dedicaram com afinco na tarefa de não deixar uma só ovelha para trás. Trabalho que salva a um só tempo o usuário vulnerável e o profissional precarizado, pois, por meio do trabalho como chamado ao bom caráter, ambos poderão vencer as vicissitudes de suas situações: viver e/ou trabalhar sem as condições adequadas para tanto. Aparentemente apenas somamos novos caracteres à moral do trabalho: empreendedorismo, pró-atividade, polivalência, criatividade, etc.

A questão da centralidade do trabalho, e do trabalho como valor, pode também ser pensada a partir da legislação nacional que regula a assistência, e seus

modos de operar a divisão que se fez e se faz entre trabalhadores e não-trabalhadores.

Os trabalhadores formais, a partir da constituição de 1937 no Brasil, alcançaram um certo status e a garantia de uma série de direitos, inclusive previdenciários, que foi negada aos trabalhadores informais e aos desempregados. A Constituição de 1937 criou uma divisão entre uma previdência para os trabalhadores formais que “são transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato, e os informais que são enquadrados como pobres, dependentes das instituições sociais, dispersos em atenções individualizadas e não organizadas” (MESTRINER, 2001, p. 105). Desta forma, os trabalhadores formais garantem alguns direitos importantes, apesar de toda a exploração a que são submetidos.

A Política Social Estatal no Brasil, começa a surgir, então, a partir de ações sociais que se desenvolveram na sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, buscando uma forma de "gestão social" dos problemas decorrentes da exploração da força de trabalho pelo capital, que vão desde as péssimas condições de trabalho, até o desemprego absoluto (YAZBEK, 2013). O Estado brasileiro adotou, a partir daquele período, uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e promulgando uma legislação trabalhista que correspondia às necessidades do trabalhador e em conformidade com o processo de industrialização que estava em pleno desenvolvimento (BULLA, 2003).

Foram muito importantes para a proteção ao trabalhador (...) as medidas de Política Social assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954. Entre essas medidas podem ser citadas a instituição do salário-mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do “menor”, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais (BULLA, 2003, p. 7).

Neste período, os grandes gastos do Estado com a política social deram origem à concepção de "Estado de Bem-Estar Social" que, segundo Bulla (2003) na realidade nunca chegou a ser totalmente implantado no Brasil. Para a iniciante classe operária brasileira, as ações no campo da proteção social se definiram como parte de um acordo entre as classes sociais, inclusive para garantir o aumento da produção industrial. Contudo, para o trabalhador pobre sem carteira assinada, ou

para o desempregado, restavam as obras sociais e filantrópicas que se mantinham responsáveis pela assistência aos mais pobres, com atendimento fragmentado por segmentos populacionais atendidos, com caráter controlador e assistencialista (YAZBEK, 2013). O Estado brasileiro procurou administrar a questão social, no entanto privilegiando os trabalhadores formais, o que propiciou condições para que as ações filantrópicas e da igreja acabassem se desenvolvendo tendo como objetivo o atendimento aos trabalhadores informais, e aos pobres em geral.

Entretanto, a partir da constituição de 1988, de acordo com Zucchetti (2003), o trabalho como valor retorna, de alguma maneira, pela via da problematização do direito ao trabalho, como uma forma de inclusão social, onde a centralidade do trabalho passa pela possibilidade de integração social que ele possibilita. As ações sociais e mesmo as ações governamentais de assistência social tinham e ainda têm, grande ênfase na ideia de que os trabalhadores informais e os pobres em geral, pudessem ser "ajudados" e "encaminhados", a fim de recuperar o emprego perdido, ou se preparar para "alçar vôo" e alcançar esse famoso trabalho/emprego formal.

No entanto, como vimos acima, a noção de labor inscrita nas políticas de assistência sempre foi uma concepção de trabalho industrial, formalizado e estritamente manual, que necessita de funções muito operacionais nas esteiras de produção dentro das fábricas. Ocorre que estas funções foram, com a revolução tecnológica, sendo substituídas por máquinas computadorizadas que fazem todo o trabalho mecânico e repetitivo na esteira de produção, necessitando de profissionais com conhecimento desta tecnologia, mas em número infinitamente menor do que nas fábricas do século passado. Do mesmo modo, o trabalho de uma forma geral se modificou completamente. A ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, que agora pede aos trabalhadores que sejam ágeis e estejam abertos a mudanças (SENNETT, 2009). Então, estamos preparando a população pobre e analfabeta para qual trabalho mesmo? Mesmo sem considerar o laborocentrismo moralista presente em muitos governamentos que alçam o trabalho a salvação, não estaríamos, ao implementar tais políticas, aplicando prescrições que nem ao menos conseguem realmente produzir a tão esperada autonomia financeira pelo trabalho? Afinal, que trabalho é esse?

A precarização do trabalho a partir do neoliberalismo, vem se alastrando pelo Brasil desde a década de 90 do século passado, e se traduz na perda de direitos sociais e trabalhistas, como a expansão do trabalho parcial e temporário, as

terceirizações, trabalho itinerante, exigência de multifuncionalidade, sobrecarga de trabalho pela falta de delimitação entre trabalho e vida, e responsabilização individual pela produção e pelo empreendedorismo (MORENO FILHO, 2014). O trabalho envolve várias dimensões de nossa existência, e há um acoplamento entre trabalho e vida na atualidade. O trabalho, para a grande maioria das pessoas, “é um sofrimento necessário para ganhar a vida, quer dizer, um mal necessário para sobrevivência e para a satisfação imediata de nossas vontades de consumo.” (MORENO FILHO, 2014).

O trabalho atual pede flexibilidade, agilidade, capacidade de adaptação a constantes mudanças, e prevê novas formas de controle e de aceleração dos processos de trabalho, com objetivo de resultados imediatos, tudo isso diminuindo ao máximo as regulamentações que protegem o trabalhador. Trata-se de um mundo de trabalho que vê sumir, pouco a pouco, não apenas as antigas colocações nas fábricas e empresas, mas até mesmo a carteira assinada e a CLT¹⁶ (Consolidação das Leis do Trabalho): "freelancer", Microempresas Individuais, Terceirizações, trabalho autônomo, etc., são algumas das novas configurações dos modos de trabalhar em nosso tempo¹⁷.

Contudo, sabemos que nem todos trabalham e que a grande maioria dos trabalhadores não consegue satisfazer suas vontades consumistas devido a sua escassa remuneração (MORENO FILHO, 2014). Nesse contexto, a crise do trabalho está gerando uma legião de desempregados, uma vez que o capital precisa cada vez menos de trabalho de produção material, e que este vem sendo substituído pelo capital humano, pelo “imaterial”, pelo trabalho complexo, imensurável. Segundo Gorz (2005, p. 25), "essa é a visão neoliberal do futuro do trabalho: abolição do regime salarial, auto-emprego generalizado, subsunção de toda pessoa, de

16 A Consolidação das Leis do Trabalho regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural, e de relações individuais ou coletivas. Ela foi decretada no governo de Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1943. Essa legislação visa proteger o trabalhador, regular as relações de trabalho e criar o direito processual do trabalho. A CLT se propôs a coibir relações abusivas de trabalho, que antes eram comuns: não havia leis que regulassem horários, condições de trabalho, nem de benefícios. A CLT foi uma conquista dos trabalhadores, pois garante condições mínimas de trabalho. Se hoje ainda existem situações de trabalho que se equivalem à escravidão, antes da CLT a maioria dos serviços era prestada em condições análogas a de sujeição.

17 Em curso no Brasil, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista propostas pelo governo interino de Michel Temer, retiram direitos dos trabalhadores, ampliam os benefícios aos grandes empresários e ampliam os ganhos do sistema financeiro nacional e internacional. Tratam-se de um golpe nos trabalhadores, que são quem mais precisa de suporte e proteção do Estado. O resultado dessas reformas será a precariedade do mercado de trabalho, a violação de direitos sociais, e o aumento da violência.

toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará inteiramente." Ignora-se a precariedade, a descontinuidade, os azares que podem acometer qualquer trabalho, tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho independente (GORZ, 2005). Assim, as medidas voltadas a uma terapêutica social pelo trabalho não apenas reproduzem modelos societários de modo impensado e adaptacionista, como também se defrontam com o fato de serem inócuas em nosso novo ecossistema laboral.

Portanto, vivemos tempos de trabalho imaterial e flexível para aqueles que conseguiram se adaptar às novas exigências do mercado, tempos de trabalho precarizado, ou de desemprego para aqueles que não conseguiram desenvolver o auto-empresendedorismo. A fragilização total das ligações socioeconômicas de um número muito grande de indivíduos em relação à sociedade, gera uma desfiliação destes indivíduos dos processos econômicos de produção e conseqüentemente de consumo (CASTEL, 1998). De acordo com Brandão (2002), Robert Castel define 4 zonas nas quais os indivíduos podem estar distribuídos:

A primeira corresponde à "integração". Nesta o agente social possui as garantias de um trabalho permanente e ainda está imiscuído em relações sociais sólidas. Na segunda, a zona da "vulnerabilidade", o indivíduo atravessa uma situação na qual é ameaçado pela precariedade do trabalho e tem seus laços sociais enfraquecidos. Na terceira, que seria a "zona da assistência", é a esfera pública que evita o desligamento do indivíduo atingido pela precarização e pelo enfraquecimento dos laços familiares. Por último a zona de desfiliação é ocupada por aqueles que não somente estão em desemprego, mas que também perderam as relações que haviam sido produzidas no mundo do trabalho, no bairro, na vizinhança próxima, etc. (p.148).

Ao que parece, a assistência social atende sua população, na maioria das vezes incluídas na terceira ou na quarta zona (CASTEL, 1998), mas imaginando ser uma questão de responsabilidade individual dos sujeitos, acessar esta zona de integração social, onde se exige uma série de competências para as quais essa população não teve condições de ingresso, nem oportunidades de acesso. Nesse contexto de vulnerabilidade, precarização e promoção do empreendedorismo, porque não reconhecemos, por exemplo, a bem-sucedida carreira de Jurandir, filho de Dona Leontina, no tráfico como uma forma de trabalho e de sustento?

Ainda no fundamental, Jurandir se diferenciava dos demais colegas como um aluno disciplinado e com facilidade para aprender as letras e os números. Sério, deixava passar peladas de rua em vésperas de provas e trabalhos. Desde pequeno brincava de tráfico com seus amigos, formando a organização de uma boca com

todos os profissionais necessários: patrão (coordenador geral de todas operações administrativas e de segurança), gerente-geral (coordena gerentes de boca, faz contabilidade e cuida da logística geral), gerente de boca (gerente responsável por uma localidade e/ou produto específico), soldado (segurança), doleiro (responsável por enrolar os papalotes e buchas), aviãozinho (leva o produto aos vapores e recolhe os lucros), vapor (vendedor do varejo), olheiro (vigia as movimentações da polícia e rivais nos arredores da boca).

Certa feita, quando assistia a uma pelada na quadra da comunidade, um amigo da escola veio com um homem mais velho e os apresentou: “é esse aí o Jurandir, ele trabalha no relógio, é cdf, de confiança”. O homem mais velho lhe ofertou um emprego como ajudante do gerente de boca, ia começar como aviãozinho e ganhar 400 reais por semana. Jurandir ganharia mais do que a própria mãe, logo pensou que seria uma boa forma de ajudá-la e permitir que ela não tivesse mais de trabalhar de doméstica, passando o dia todo na rua, das 5h às 21h, suportando os tantos destratos dos quais ela se queixava durante as jantas minguadas, na maioria das vezes sem carne, só com caldo dos ossos comprados no açougue vizinho. Se Jurandir trabalhasse de empacotador ou carregador em um supermercado das imediações, não ganharia nem metade do que a função no tráfico lhe ofertava. Além do mais, assumindo a posição de vapor com eficiência, poderia em um ou dois anos assumir como gerente de boca, pois tinha as qualificações necessárias para tanto. E assim ocorreu, em menos de um ano o gerente de boca foi morto e Jurandir recebeu a promoção das mãos do gerente-geral.

Jurandir sabia que corria riscos nas mãos dos policiais e “dos contra”, pois ambos sempre poderiam irromper pela porta do casebre onde ele ficava a fazer contas e escrever relatórios para o gerente-geral. No entanto, o alto posto no organograma da firma, os seguranças fortemente armados e a própria pistola na cintura lhe davam ares de invulnerabilidade e respeitabilidade perante a comunidade. Se antes muitas vezes passava invisível pela multidão do dia a dia, agora lhe desferiam cumprimentos amistosos e olhares de desejo ou inveja. Passara de um “zé ninguém” cdf que baixava a cabeça diante de tudo e todos, para um membro respeitável da comunidade, exemplo de coragem, correção e galhardia para muitos. Sua própria mãe, Leontina, ainda que muitas carraspanas tenha passado no início, tentando demovê-lo desta escolha profissional, findou não apenas por aceitar mas até mesmo admirar o filho bem-sucedido e carinhoso que sustentava o lar.

O envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade, muitas vezes se apresenta como uma possibilidade de reconhecimento social, numa vida e numa sociedade que praticamente não oferecem outras formas de acesso e pertencimento social. No ato criminoso, o adolescente garantiria seu heroísmo às avessas, sua notoriedade. Jean Genet (apud FERREIRA; VISCOVI, 2014), que fora uma criança criminosa, radicaliza ao nos tensionar com a seguinte proposição: o crime assume, em nossa comunidade, a função de garantir ao criminoso seu reconhecimento social, pois com este o infrator constrói um território na periculosidade, no sucesso financeiro, nos atos beneméritos para com sua comunidade. Não se trata da velha patologização onde é a transgressão da lei que fornece um lugar ao sujeito criminoso, muito pelo contrário, tal infração é um detalhe em meio à complexa trama de relações socioeconômicas constituída comunitariamente em tais empreendimentos ilegais. O crime assume, em nossa sociedade, a função de garantir ao criminoso sua virilidade, pois a partir do crime, é aberta a possibilidade de conquistar uma potência que concretiza o status de herói ao criminoso. Assim, Genet denuncia que nossa vontade humanista de conceder indulgência às crianças criminosas, negando-lhes a periculosidade conquistada a duras penas, é uma maneira de negar-lhes a inscrição social de criminosos, lavrada graças a muita labuta. É uma forma de não reconhecer a concretude de sua posição, independentemente da nossa discordância com esta, lendo-a como ilusão ou equívoco da vontade, aliciamento, alienação, colocando-os em uma posição de vítimas passivas de um sistema cruel, e introduzindo punições flexíveis que se apresentam como reeducação e ressocialização. É uma maneira de exigir-lhes docilidade e mantê-los transgredindo para, desta forma, garantir o mecanismo que mantém à sociedade como instituição justa, onde podem existir os culpados e os não-culpados (GENET apud FERREIRA; VISCOVI, 2014). Não podemos aceitar o trabalho de Jurandir, pois isso desvelaria a hipocrisia da nossa promessa de futuro para todos. No mundo do tráfico os conflitos da competição capitalista perdem a abstração de guerras fiscais e práticas de preços predatórias, para ganhar a cruzeza concreta de balas e corpos estendidos na calçada. Todos sabem que onde um ganha, outro perde: não se doura a pílula em abstrações da economia, vive-se a barbárie e injustiças da competição na carne e no sangue.

Sentada cabisbaixa na cozinha após recolher a louça do cafezinho, Dona Leontina mastigava os dentes com indignação ao lembrar do dia no qual a equipe do

CREAS tinha sido bastante clara com relação ao seu futuro: “não Leontina, enquanto o Jurandir estiver no tráfico e morando contigo não poderemos pensar no retorno dos teus filhos para sua casa”. Havia sido profetizada pela assistência, Leontina tinha de encontrar um emprego honesto para estruturar sua vida, organizar sua casa e, então, somente depois disso, poderia ser mãe novamente em seu lar. “Mas o que me pagam aqui nesta diocese mal dá para me alimentar e manter meu teto, como vou cuidar de cinco filhos com essa miséria?! Como vou cuidá-los sem vaga na creche e sem poder pagar uma amiga para cuidá-los?! Por que simplesmente não me dão o dinheiro que gastam para abrigar meus filhos! Eu poderia me dedicar só a cuidar deles...”.

Leontina levanta seu rosto de repente e seca as lágrimas de raiva e tristeza em um gesto rápido, escutara o chamado de seu nome na sala da reunião uma vez mais. Sorrindo com muito esforço, se colocou ao lado dos que a bem pouco amaldiçoava. Pediram-lhe uma jarra de suco e copos. Enquanto ia servindo um por um calmamente, escutava deles:

– “Os profissionais do abrigo estão reclamando dos salários, e estamos tendo muitas despesas com as demissões, pois a cada pouco um deles troca o abrigo por alguns trocados a mais em outro trabalho”

– “Era só o que faltava, será que eles não compreendem a situação de aperto na qual nos encontramos? Realmente não se fazem mais profissionais como antigamente”

– “De fato, esses que estão lá, não possuem vocação, não escutaram o chamado para atender ao próximo”

– “Acho que temos de ter mais atenção nas próximas seleções, pois precisamos perceber aqueles que possuem vocação e exercem sua função por que amam e não porque querem ganhar dinheiro com isso”.

Leontina diminuiu o ritmo e fez seus gestos com movimentos mais lentos para poder escutar mais da conversa.

– “Temos de dar uma capacitação, uma palestra, alguma coisa para que eles compreendam que a real função deles é antes de tudo um sacerdócio do amor ao próximo e não uma mera profissão qualquer. Nem todos são capazes disso, os que não forem, vão ter que sair! Eles têm de entender que a função deles é nobre e está muito acima de uma cifra, de um salário”

– “Exato! Se fosse para trabalhar por dinheiro, que procurem outra profissão! Essa não é para qualquer um, exige amor, dedicação e sacrifício pelo próximo. Sem vocação, sem escutar o chamado de Deus para ajudar o próximo, não se pode ser um bom profissional da assistência!”

Leontina já voltava para a cozinha com a jarra vazia enquanto matutava sobre o que escutara a pouco. “Será possível...?”, pensava ela, “Como se pode trabalhar sem ganhar seu sustento?”. Já ouvira vez ou outra o povo do Abrigo e do CREAS reclamando dos seus salários e das condições de trabalho. Ela nunca tinha pensado neles como pessoas vulneráveis. Agora compreendia melhor a cara feia de alguns profissionais quando lhe atendiam. “Mas como podiam gastar tanto com cada criança no Abrigo se pagam mal os funcionários e a casa não é nenhuma maravilha?!”.

Leontina ficou a pensar que aquele povo religioso tinha mania de santo e que para eles, tanto ela quanto as pessoas que trabalhavam no abrigo tinham que se dar em sacrifício. “Mas em nome de que?”. Sem saber a resposta, Leontina foi lavar a louça para desanuviar as ideias.

5 GESTÃO DA POBREZA

Voltamos alguns meses no tempo. Leontina está aguardando alguém em uma sala. O pequeno cômodo tinha o ar denso de paredes que escutaram muitos segredos. Muitas foram as que ali desvelaram seus pecados diante dos ouvidos doutos que podiam auxiliar em aliviar o fardo de uma vida, mas que também podiam recordar da falta perante o compromisso assumido com uma entidade maior que a tudo e todos auxiliava, e que também podia punir.

– Oi minha filha, me conte as suas dores.

– Tem nada não, vai tudo bem...

– Tu sabes que tens de contar tudo para mim para que eu possa te ajudar.

– Mas tem nada não, mesmo, to fazendo tudo direitinho!

– Então quer dizer que não fizeste mais nada errado neste último mês, esperas que eu acredite nisso? Mudaste da água para o vinho? Ou melhor, do vinho para a água no teu caso. Francamente, não é a mim que tu enganas, eu apenas quero te ajudar com tua vida.

– ...eu sei, mas...

– Se não me contares, saberei por outros e pode ser pior para ti, sabes que tudo que eu quero é te ajudar, mas não posso fazer se tu mesma não te ajudares.

– Ai, mas tenho tanta vergonha de falar da minha vida... é difícil me abrir assim...

– Bom, então vou te perguntando. E aí, já consegui trabalho, como tu tá te virando sem teu marido?

– Pois é, faz falta, né, o dinheiro.....as crianças até que sentem falta dele, mas o Jurandir nem fala do pai.....

– e tu, sente falta dele?

– é, eu sinto falta às vezes, porque quando ele não usa aquelas porcarias e não bebia ele era bom.....e as crianças, elas tinham um respeito por ele....

– tinham respeito ou medo? Porque ele batia nas crianças também, não só em ti...

– acho que eram os dois, mas as crianças até gostavam dele também, quando ele não tava bêbado, ou cheirado...

– pois é, mas agora a vida segue, né, tu conseguiste te separar dele...e tu já tá trabalhando? Conseguiu alguma faxina? Alguma coisa para fazer?

- Ainda não, eu fui na AME¹⁸, onde a senhora me mandou, mas eles pediram umas coisas que eu não sei bem, não entendi direito.....tem que levar um papel com os outros empregos...
- Ah, deve ser o currículo que eles te pediram....tu não tem né?! Eu vou ver se posso fazer um aqui pra te ajudar, daí te entrego semana que vem e tu leva lá.....
- a moça lá da portaria me disse que estão precisando de alguém para limpeza e pra fazer café ali naquela igreja, aquela aqui perto....depois eu vou lá ver....
- isso, Leontina, tu tem que te mexer, ir atrás do trabalho, não pode esperar bater na tua porta, que nem príncipe encantado....mas e as crianças, então, como estão? Estão indo direitinho na aula, tu tá acordando cedo pra levar eles, né? Tu sabes que eles não podem ir sozinhos.
- Mas a escola é perto, e tem a nenê.....não posso sair e deixar ela sozinha....e tenho pena de acordar ela tão cedo, sair às vezes com chuva....ela é tão pequena, agora que vai fazer dois aninhos....
- É complicado, eu sei...mas tu não tem uma vizinha, pra te ajudar?
- Eu não gosto de tá incomodando os outros.
- Eu sei, mas tu vê, tu não tá trabalhando, então, pelo menos na escola tu tem que ir levar as crianças, tem que participar da vida escolar deles...
- é que toda vez que eu vou na escola, aquelas mulheres querem conversar comigo....falar dos bilhetes, mas eu não sei ler os bilhetes e a Jaciara já tá no 3º ano, mas ainda não sabe ler também
- Mas é bom conversar Leontina, e tu tem que ir pra saber como estão os teus filhos na escola. E a creche? Já conseguiu vaga pra nenê?
- não, não tem vaga, lá eles só tão pegando acima de 3 anos.
- é verdade, eu já sabia disso, que não está tendo vaga pros bem pequenos...mas eu vou ligar pra uma conhecida minha lá na secretaria de educação, vê se dou um jeito, aí semana que vem eu te digo se consegui alguma coisa.
- Tá bom

18 Agência Municipal de Emprego - Criada em 19 de março de 1999 e atualmente conveniada ao SINE – Sistema Nacional de Emprego – do Ministério do Trabalho, a AME - Agência Municipal de Emprego de Novo Hamburgo – atende pessoas visando, sobretudo, proporcionar o encontro entre as necessidades de preenchimento de vagas ofertadas por empresas e a necessidade do trabalhador em encontrar seu emprego.

<<https://ame.novohamburgo.rs.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>.

– não esqueça que as crianças não podem faltar na escola, senão tu perde o bolsa família, e tu não pode perder, né, esse dinheiro é que tá te ajudando, até tu conseguir um trabalho fixo. E lá no CRAS, tu tá conseguindo pegar o rancho? Eu já liguei pra lá.

– Sim, uma vez por mês eu pego, mas eu tenho que ir na reunião, aí eu vou na reunião deles, lá no CRAS, e daí eu ganho o rancho. As vezes eu saio correndo da reunião deles, pra não me atrasar pra pegar as crianças no projeto, porque acaba às 15h....antes era até as 17h, agora não tem mais.....

– é, eu sei, é economia do dinheiro público, não tem dinheiro pra fazer concurso e contratar educadores....mas é isso mesmo, tu tem que ir na reunião, faz bem pra ti, tu conversa com outras mães, vê que não é só tu que tem problemas...

– sim

– e no posto de saúde, tu foi fazer a pesagem da nenê, e as vacinas, estão em dia? Tu sabe que tu tem que ir, senão também podes perder o Bolsa família....

– sim, eu sei, eu vou ir essa semana, é que esses dias choveu muito....

– Olha, Leontina, essa semana ainda quero ir na tua casa fazer uma visita, ver como estão as coisas, se tu tá conseguindo te organizar, se tá tudo direitinho, o quarto das crianças, as roupas no armário novo que eu consegui pra ti lá com a 1ª Dama, a louça lavada, tá? Porque na outra vez que fui lá, tava tudo meio bagunçado, né? E como tu não tá trabalhando ainda, dá tempo de fazer as coisas em casa, né?

– Sim.

– então tá bom, até mais.

A psicóloga que atende Leontina não gosta muito de fazer visita domiciliar, acha que esse é um trabalho para a colega assistente social, mas agora inventaram essa nova moda de técnico de referência dos casos, e ela tem que fazer o trabalho dos outros. Chega à casa de Leontina e são quase 10h da manhã, bate palmas no portão, enquanto pensa que só faltava Leontina ainda dormir. Mas Leontina aparece, e convida a psicóloga para entrar.

A casa tem aquele cheiro de fogão a lenha que deixa a psicóloga enjoada e ela pensa que a visita terá que ser rápida, e apressada já vai perguntando pela limpeza da casa, olhando o quarto das crianças, vendo se tem comida nos armários, perguntando se estão na escola e por onde anda Jurandir, alertando Leontina que se ele continuar no tráfico, as coisas vão se complicar, e a juíza vai querer abrigar os pequenos, pois não podem conviver nesse ambiente de risco. Enquanto isso,

Leontina lhe oferece um café, e ela responde rapidamente que não precisa, que está de dieta.

A psicóloga observa várias mochilas cheias de alguma coisa, penduradas na parede do quarto, uma ao lado da outra, coloridas. Conta rapidamente, são 9 mochilas, dispostas 3 em cada fileira e coluna, quase formando um quadro na parede de pintura gasta, e pergunta para Leontina o que aquilo significa. Leontina responde que foi a forma de organizar as roupas da família e as que ganha de doação, já que só tem um guarda-roupa, e também de guardar as roupas de inverno quando é verão, e vice-versa. A psicóloga se surpreende com a engenhosidade de Leontina. Mas foi uma visita rápida, e agenda com Leontina um novo horário para a próxima semana, para conversarem melhor, desta vez no CREAS.

Quando a visita termina, Leontina senta no pequeno sofá velho e começa a olhar em volta sua pequena casa, paga com Aluguel Social que está ganhando temporariamente da Prefeitura. Na casa, podem-se ver os porta-retratos pregados pelas paredes de madeira, com fotos dos filhos, de alguns parentes, da mãe falecida e do pai que ela não vê há mais de ano, e uma lágrima de saudade emocionada escorre pelo seu rosto. Na estante que abriga a televisão, estão todos os seus bibelôs, alguns enfeites, um açucareiro que pertenceu à sua mãe, lembranças de natal da escola dos filhos, pequenos tesouros que Leontina expõe aos visitantes e a si mesma, lembranças dos poucos momentos de alegria, e também os que sobraram depois de todas as brigas com o marido.

Olha pela casa e vê os poucos brinquedos das crianças espalhados pelos cantos e amontoados na velha caixa de madeira de feira, que ela forrou com uma colcha usada que ganhou no CRAS.

Pensa que é todo o dia a mesma coisa, faz comida, arruma a casa, procura trabalho, vai na escola das crianças, vai no CRAS, vai no Posto de saúde, lava roupa, guarda os brinquedos, dá banho na nenê, dorme e já está na hora de começar tudo de novo, e se sente cansada, mas sabe que essa é a vida. Pensa que é por isso que Deus fez a vida e a morte, porque um dia precisamos descansar pra sempre, adormecer num sono eterno.

Leontina sente que não é ela que governa sua vida, mas que sua vida a governa, governo de uma vida impingida, compulsória, dada pelas necessidades apresentadas como essenciais. Leontina vive uma vida gerenciada pelos espaços onde circula, e está o tempo todo dando explicações sobre seu corpo, sua saúde,

seus filhos, seu trabalho, sua moradia, seu dinheiro. Leontina está cansada desse controle todo, e sabe que não é uma mulher livre, e às vezes pensa em largar tudo e sair caminhando pelo mundo, sem destino, sem direção, só caminhando pelas ruas das cidades.

Na sociedade onde Leontina vive ainda se mantém instituições e práticas calcadas no regime disciplinar, contudo, cada vez mais vivemos um tempo de práticas e regimes da sociedade de controle.¹⁹ Segundo Lavergne (2012), ainda se produzem processos disciplinares no campo da assistência social contemporânea, “e o que se pode chamar de **gestão social da miséria** se articula também com novas tecnologias que, além de reconfigurarem as práticas assistencialistas, produzem novas subjetividades e novos modos de subjetivação” (p.331) (grifo meu).

No presente, apesar de convivermos com técnicas disciplinares, passamos também a constituir estratégias engendradas num controle a céu aberto, que desenvolve estratégias cada vez menos visíveis, e cada vez mais sutis. A sociedade de controle desenvolve estratégias onde a pobreza passa também a ser controlada e gerenciada com todo um aparato, que também é estatal, a fim de que tudo se mantenha na mais perfeita ordem capitalista, todos consumindo tudo, o tempo todo, cada sujeito dentro do lugar social que ocupa.

No presente, também o Estado gerencia a vida de grupos distintos, sendo uma de suas funções “oferecer cidadania” através de diversos serviços organizados em diferentes políticas públicas de saúde, educação, habitação, assistência social, etc. A política de assistência social, a partir da CF de 1988, adquiriu o caráter constitucional de política pública no âmbito da Seguridade Social, e passou a ser um direito para todos aqueles que dela necessitam, e não uma benemerência do Estado, da igreja ou da sociedade civil.

A LOAS de 1993 (YAZBEK, 2013), inovou ao impor à assistência social seu caráter de direito não contributivo, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Como política de Estado passa a ser uma estratégia importante no combate à

19 "São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. "Controle" é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado" (DELEUZE, Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle, 1990)

pobreza, à discriminação e à dependência econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira.

Contudo, ao mesmo tempo, percebemos na LOAS que, a idéia das “proteções sociais” ainda focam nas situações de "incapacidade" ou "fragilidade" para o trabalho (criança, adolescente, mãe, mulher, idosos, deficientes, população de rua, etc.) sendo, de certo modo, uma continuação das proteções beneméritas de misericórdia do início do século. Assim, ainda que esta lei traga a perspectiva dos direitos e não da caridade, não vemos, pelo menos neste primeiro momento, a definição das práticas de assistência social como afirmação do empoderamento dos sujeitos, mas sim, ainda como o imperativo da tutela e controle dos frágeis e vulneráveis.

A implementação do SUAS traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, e estabelece como diretrizes estruturantes da gestão do SUAS: a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; a descentralização político-administrativa e o comando único das ações em cada esfera de governo; o financiamento partilhado entre a União, os Estados, o DF e os Municípios; a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; o controle social e a participação popular.

Dentro desse panorama, talvez o programa de maior impacto na assistência social até então, é o Programa Bolsa Família. O PBF unificou diversos programas de transferência de renda (alguns com condicionalidades, outros não) até então existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.²⁰ Entretanto, sem desconsiderar a importância do PBF no Brasil para o enfrentamento da pobreza extrema, o bolsa família nunca foi um programa para enfrentamento real da desigualdade social. Em especial no sul do Brasil, o PBF é considerado pelas famílias beneficiárias, uma ajuda, um plus no orçamento familiar, que na maioria dos casos ainda é garantido pelo trabalho, na maior parte das vezes informal, ou garantido pelo trabalho ligado ao tráfico.

Segundo o relatório “Perfil da pobreza: norte e nordeste rurais”²¹, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, fruto de uma parceria entre

20 Em 2001: Programa Bolsa Escola (BES), vinculado ao Ministério de Educação; • 2001: Programa Bolsa Alimentação (BAL), vinculado ao Ministério da Saúde; • 2002: Programa Auxílio Gás, gerido pelo Ministério de Minas e Energia; • 2003: Programa Cartão Alimentação: estratégia denominada “Fome Zero”. O Cartão Alimentação era gerido pelo hoje extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA.

21 http://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB50PT_Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf

o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Brasil, a pobreza e a extrema pobreza vêm diminuindo de modo expressivo nos últimos dez anos (2004-2013). Contudo, a redução da pobreza não acompanhou as alterações em seus principais aspectos ou perfis. Em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões. Ou seja, a pobreza e a extrema pobreza reduziram, mas continuam sendo mais presentes no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste. O relatório aponta o que trabalhadores do SUAS veem na prática, uma transferência financeira que atua, em especial, no enfrentamento da pobreza extrema, da morte por desnutrição, etc..., mas em nenhum momento enfrenta problemas estruturais com relação a desigualdade socioeconômica no Brasil.

O PBF, para além da “ajuda financeira”, colocou famílias pobres num sistema de controle e condicionalidades, que antes do programa não existiam, passando a gerenciar de forma mais efetiva, a vida da população pobre e miserável. Portanto, a tensão existente entre proteção/promoção dos direitos e controle ainda persiste no SUAS, pois para acessar a política de assistência social e os direitos “oferecidos” por ela, a família deve obrigatoriamente registrar-se em um Cadastro Único (CAD-SUAS) com informações sobre todos os aspectos da vida de todos os membros de uma determinada família, desde escolarização, profissionalização, moradia, renda per capita, dados epidemiológicos de saúde, etc, cujo objetivo é “saber/poder” para planejar novas políticas públicas. De posse dos dados do Cadastro Único, o governo federal decide, por exemplo, se aquela família poderá se beneficiar com os recursos do PBF - Programa Bolsa Família²², que a partir de então colocará esta mesma família no rol de indivíduos com acesso aos bens de consumo e possibilidade de endividamento financeiro.

De acordo com Lavergne (2012), a família indigente, marginalizada, constitui o foco privilegiado do Programa Bolsa Família cujo primeiro objetivo consiste em

22 O Bolsa Família objetiva garantir a segurança alimentar por meio da distribuição de renda. É um programa de transferência direta de renda na forma de um pagamento mensal às famílias pobres e extremamente pobres e tem como critério de inclusão a averiguação da renda bruta *per capita* familiar. O pagamento é realizado por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social – NIS. O programa está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), sendo gerido de forma compartilhada entre governo federal, estados e municípios e executado no âmbito local. (www.mds.gov.br)

“fazê-la viver” por meio da transferência de renda mensal. O programa é especialmente dirigido às mulheres, crianças e adolescentes, incentivando a educação e o controle da saúde. A esses dois eixos de intervenção se sobrepõe a integração dos membros da família em ações ou programas de assistência social, geralmente centrados sobre a geração de renda. O Estado toma a família como seu ponto de incidência privilegiado nessa vasta e densa nebulosa que constitui a população dos indigentes e marginalizados. A família é pressionada para assumir certo número de condicionalidades, sob pena de perder os benefícios mensais do programa, sendo as condicionalidades usadas para estimular e controlar seus membros numa espécie de pobreza monitorada.

Com a inscrição da família no Cadastro Único (CadÚnico), se obtém um mapa da população pobre e marginalizada, pois segundo Lavergne (2012):

Sabe-se do nome, da localização, da composição, dos recursos, da “raça” ou “etnia” e das suas condições de vida. Da massa indefinida dos marginalizados passa-se a conjuntos populacionais fixados à família, ao espaço, ao tempo e aos registros estatísticos. Por intermédio das famílias, cada município pode nomear a miséria pelo próprio nome dos seus componentes. Pelo menos três outros pontos de fixação e de normalização ainda participam desse empreendimento de mapeamento dos sujeitos marginalizados ou de rastreabilidade dos efeitos dos programas socioassistencialistas: a escola, o posto de saúde e o centro de assistência social. Pelo jogo das condicionalidades, esses lugares participam da fixação dos membros da família e instilam formas de subjetivação em adequação com o universo simbólico com o qual a sociedade de controle almeja incidir na conduta dos beneficiários do PBF (LAVERGNE, 2012, p. 334).

O sistema de condicionalidades do PBF se refere à obrigatoriedade do exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional e de saúde para as gestantes; cumprimento do calendário de vacinação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento para crianças até 7 anos de idade; frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes até 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos (BUENO, 2009). Em 2008, outra portaria que também dispõe sobre a gestão das condicionalidades, estabeleceu a exigência de 85% de frequência em ações socioeducativas de convivência e fortalecimento de vínculos, para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade em risco ou retirados de trabalho infantil.

Além do cadastro único, atualmente existe o SICON²³ – Sistema de Condicionalidades dos Beneficiários do Programa Bolsa Família, e existem outros tantos sistemas de controle, tanto das frequências, como dos recursos financeiros, assim como das vulnerabilidades e dos territórios de vulnerabilidades, chegando ao ponto de ser possível ao gestor municipal, acessar a base de dados da SAGI/MDS - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS (onde esses dados estão armazenados), e ver a rua do seu município onde moram as famílias mais vulneráveis, qual o tipo de vulnerabilidade de cada território, podendo intervir diretamente em cada comunidade. Essas estratégias estão postas a partir da chamada Vigilância Socioassistencial.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS, de 12 de dezembro de 2012, no seu artigo 1º afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos.

A Vigilância Socioassistencial, segundo a NOB/SUAS, é um serviço que vai agir diretamente na gestão da política, atuando no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer as formas de vulnerabilidade social da população e do território, planejando ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência. Para isso, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política, assim como para a redução das vulnerabilidades.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos

23 O SICON é o sistema de condicionalidades que tem o propósito de apoiar a gestão intersetorial local do PBF. O SICON integra as informações dos vários sistemas do PBF, tais como Cadastro Único, Sistema de Benefícios ao Cidadão, Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, os quais estão relacionados aos processos de cadastro, gestão de benefícios e acompanhamento das condicionalidades. O SICON permite que as informações das famílias sejam visualizadas sob várias perspectivas, possibilitando que a identificação e o tratamento das vulnerabilidades sejam realizados em conjunto pela rede de implementação do PBF.

produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, p. 09).

No SUAS, a identificação dos distintos graus de vulnerabilidade dos diferentes territórios é fundamental para que se possa planejar e priorizar as ações voltadas aos territórios mais vulneráveis. Contudo, também se pretende desenvolver métodos e meios para identificar quais famílias se encontram em maior vulnerabilidade no interior de cada território, conhecendo as singularidades das famílias e, reconhecendo os distintos graus de vulnerabilidades destas famílias que habitam um mesmo território.

Entretanto, na prática do trabalho do SUAS, a vigilância parece ser uma das atividades mais difíceis a ser implantada, em especial porque a assistência, por seu forte viés caritativo, manteve-se ao longo dos anos, longe das estatísticas, especialmente no que diz respeito a produzi-las. Contudo, o SUAS traz novidades, e a estatística parece ser uma delas, pois, a partir da vigilância socioassistencial, podemos pensar numa lógica de controle atrelada aos mapas de dados de vulnerabilidade e de outros índices, que permitem ultrapassar a lógica individualizada próxima da anatomopolítica disciplinar (apesar desta ainda estar presente no governo da pobreza) na condução das condutas dos usuários do PBF, para uma gestão efetivamente biopolítica a partir dos índices e estatísticas desta população.

Podemos ver, por exemplo, a porcentagem do total de crianças que frequentam à escola em certo território, em vez de focar apenas na frequência deste ou daquele indivíduo. Da mesma forma, é possível verificar quantas gestantes ou nutrízes residem num determinado território, ao mesmo tempo em que é possível saber qual delas não está com a caderneta de vacinação em dia. Ou seja, podemos focar nos comportamentos de determinada população em termos estatísticos, ao mesmo tempo que focamos nos indivíduos.

Importante lembrar que a noção de território/meio já se fazia presente nos saberes médico e urbanístico da primeira metade do século XVIII, em especial nas práticas emergentes da medicina urbana e dos primeiros urbanistas (MARTINS; PEIXOTO JR., 2009). Neste sentido, o território/meio poderia favorecer ou dificultar os processos de vida da população, através de fenômenos naturais como o ar, a

água, a temperatura, a umidade, etc., e também através de fenômenos artificiais como as aglomerações de pessoas, o tipo de alimentação, a higiene, etc.

O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que (...) vai-se procurar atingir, precisamente, uma população (FOUCAULT, 2008, p.28).

A partir da noção de meio (FOUCAULT, 2008), passa a existir, também, uma ideia de governo deste território/meio, como um governo complexo, constituído pelos vetores de força constituídos pelas relações possíveis (probabilísticas) entre homens, coisas, ambiente, clima, etc., assim, se intervêm sobre o campo de possibilidades de promoção-prevenção de certas modulações das relações populacionais e não sobre os eventos/ocorrências individuais. Assim, o dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008) se utiliza do conceito de meio, próprio das ciências biológicas, para incorporar os mais diversos elementos "territoriais"²⁴ à governamentalidade biopolítica.

Essas coisas de que o governo deve se encarregar (...) são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte (FOUCAULT, 2008, p.128-129).

Evidentemente, é importante ressaltar que com tal cadastro e tais sistemas de controle produzem-se uma série de outros índices e de dados populacionais para

²⁴ Referimos aqui a noção de territorialidade própria das políticas públicas do SUAS e SUS, não à noção de território nacional trabalhada com esta denominação por Foucault: enquanto a primeira se coaduna à definição de meio, a segunda estabelece um espaço delimitado geograficamente, mas sem necessariamente vetorializá-lo em um arranjo probabilístico de forças voltado ao cálculo da promoção-prevenção de certos fluxos, pois a noção de território-nação é parte, incluída, como vetor no conceito de meio.

além das condicionalidades, os quais também servem para configurar esse outro objeto das políticas públicas, o território enquanto territorialização. Com o mapa geral oferecido pelos cadastros e pelos índices de controle, se consegue dar forma e corpo ao território/territorialização, o que por sua vez, possibilita ao Estado intervir neste mesmo território/territorialização, mas de forma diferente, a partir de uma governamentalidade efetivamente biopolítica, capaz de prescindir das práticas individualizantes próprias da lógica disciplinar e/ou caritativa.

Na política de assistência social, a territorialização é compreendida como:

O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (PNAS, 2014, p.91).

A partir da noção de território/meio, entendido como um constructo que permite transformar riquezas, aglomerados de pessoas, acidentes geográficos, eventos climáticos, etc. em campos vetoriais de probabilidades de ação-produção, e com o advento da noção de população, Foucault (2008) vai dizer que a forma de governamentalidade do Estado será uma regulação desta população.

Vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso, em outras palavras, gerir e não mais regulamentar. Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais. Vai ser preciso portanto enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que urna intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos a população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade (FOUCAULT, 2008, p.474).

Nesse contexto social e político apontado por Foucault, que remete ao século XVIII, está em jogo uma nova configuração das relações de poder, onde ao Estado cabe gerir a vida da população no que diz respeito, entre outras coisas, à saúde e à

segurança dessa população. Esses novos elementos decorrentes da população são os domínios que se abrem à intervenção política e científica, e que vão se juntar aos objetos e domínios próprios do poder disciplinar (FONSECA, 2012). Com o aparecimento da biopolítica, saberes como a demografia, a estatística, a medicina, a sociologia e as políticas de controle da população se juntam aos saberes e tecnologias que caracterizam o poder disciplinar. O poder sobre a vida se complementa, portanto, a partir do momento em que as técnicas disciplinares que agem sobre o indivíduo-corpo se juntam ao poder regulador que incide sobre os processos criados ao nível da população. A relação entre essas técnicas é de complementação, sobreposição e interação (FONSECA, 2012).

(...) essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extrai-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes (FOUCAULT, 2000, p. 293-294).

A partir desse momento, o Estado começa a se imbuir de construir políticas de intervenção com o objetivo de controlar e regular os problemas referentes à população e as cidades. Problemas estes referentes à higienização das cidades via políticas sanitárias, organização dos espaços públicos, construção de vias públicas de acesso, regulamentação e criação de cemitérios, combate às epidemias, etc. (FOUCAULT, 2008). Para buscar resolver esses problemas, técnicas de poder são inventadas e postas em funcionamento, como por exemplo, a intervenção na sexualidade dos indivíduos para controlar as taxas de natalidade, a higienização das cidades e das casas para prevenir doenças e epidemias, etc. Ou seja, a saúde e a doença dos indivíduos, tornou-se objeto de controle do Estado, com a tomada da responsabilidade da vida, pelo poder (FONSECA, 2012).

Diante dessas práticas de poder, os doentes tendem a perder “o direito sobre seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrerem como quiserem” (FOUCAULT apud FONSECA, 2012, p.83).

Desta forma, o Estado começa a intervir na vida da população, a partir de diversas formas de regulação, e também mantendo sempre a segregação entre ricos e pobres. A oferta de auxílio/assistência do Estado aos desvalidos, exige destes, como contrapartida, a submissão a um sistema de condicionalidades e vigilâncias. No Brasil, o PBF é um exemplo desta forma de governo que, ao mesmo tempo em que oferece um valor mensal a fim de manter sua população pobre minimamente acima dos índices de pobreza absoluta, mantém o controle desta população, em especial, um controle das condutas para que a classe pobre permaneça pobre, mas vivendo, consumindo mesmo que infimamente, e numa relação de obediência e nenhuma rebelião às formas de vida impostas pelo capital. Como afirma Foucault, a Lei do Pobres, já no século XIX, apontava essa forma de governo que oferece saúde a quem não pode custeá-la, e ao mesmo tempo que utiliza essa benesse, continua segregando e protegendo os ricos dos supostos perigos que a classe pobre poderia trazer.

A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve, por isso mesmo, se submeter a vários controles médicos. Com a *Lei dos Pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a idéia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre (FOUCAULT, 1979, p. 95).

Vemos, assim, na política de assistência social, um misto de tecnologias de relações de poder Pastoral, Anatomopolítica Disciplinar, Biopolítica de Segurança e Sociedade de Controle. Neste sentido, no imbricamento da Sociedade Disciplinar com as dinâmicas da Sociedade de Controle (em íntima relação com a Segurança foucaultiana pela lógica da abertura probabilística e articulação com os desejos), temos uma intensificação e uma generalização da lógica disciplinar, agora livre dos muros que circunscreviam seu espaço (HARDT apud ARAÚJO, 2007).

Leontina acordou num sobressalto acreditando estar atrasada, olhou rapidamente o horário no celular e viu que ainda são 5 horas da manhã. Respirou com certo alívio, e virou para o lado tentando dormir novamente, mas o sono foi embora como um cavalo a galope. Sem conseguir mais dormir, os pensamentos invadem a mente de Leontina, e sua vida vai passando tal qual comercial de televisão, as cenas se misturando freneticamente, as imagens dançando num ritmo ligeiro. Primeiro lembra das crianças brincando e correndo à sua volta, depois da violência do ex-marido chegando bêbado, a sogra invadindo sua casa, os parceiros do tráfico sempre à sua porta atrás de Jurandir. Tenta não pensar mas não consegue controlar as ideias. Pensa que talvez deveria morar no interior, numa cidadezinha pequena onde as coisas são mais calmas e a vida segue em outro ritmo, onde não tem tanta violência. Mas como ir embora? Os filhos no abrigo lhe prendem neste chão árido, neste barraco alugado, nesta vila de poucos amigos.

Leontina levanta pra preparar o café amargo, e sabe que hoje é dia de sua peregrinação pelos serviços onde sua família circula, dia de correria, dia de pagar suas dívidas. Pensa que pelo menos conseguiu colocar vários compromissos num mesmo dia da semana, também não pode ficar faltando o trabalho para correr aqui e ali nos lugares onde lhe mandam ir.

Leontina vai cedo ao CREAS conversar com a assistente social, e de lá vai até o abrigo visitar as crianças, e ainda bem que pode almoçar com eles. A tarde precisa ir no CAPS-AD²⁵, a psicóloga que trabalha lá ligou para Leontina dizendo que Joacir, o ex-marido, está em tratamento e quer se reaproximar dos filhos, então a família deve apoiar e participar do tratamento, sendo que ela terá que ir nas entrevistas e no grupo de familiares nas segundas-feiras à noite.

“Só me faltava essa, pensa Leontina, essa psicóloga deve ser louca isso sim, eu não vou andar por aí à noite. Agora me aparece mais um lugar pra eu ouvir e dizer a mesma coisa, devem achar que eu sou um papagaio e que não tenho nada pra fazer da vida. Mas hoje vou lá só pra dizer pra essa outra psicóloga que não vou mais, Joacir que vá achar outro jeito de parar de beber, ele que vá correr como eu, ele que vá no abrigo ver os filhos. Chega. Essa semana até no Forum eu tive que ir de novo, falar com a assistente social, não sei porque tanto querem falar comigo, já me separei do Joacir, consegui Aluguel Social na Secretaria de Habitação, consegui

25 CAPS-AD: Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas, é um serviço da Política de Saúde Mental do SUS - Sistema Único de Saúde.

trabalho, ando pra lá e pra cá no CRAS, no CREAS, no Fórum, no CT, no Abrigo, agora até no CAPS-AD vou ter que ir,” e morre de raiva de tudo e todos, ruminando pelo caminho até chegar no destino de mais um atendimento da Rede.

Para chegar no Caps-AD Leontina precisa passar na frente do prédio onde funciona o CT (Conselho Tutelar), e Leontina têm vertigens cada vez que passa por ali, perdeu as contas de quantas vezes se sentiu humilhada por acharem que ela não cuidava bem dos filhos. Desvia o caminho, troca de calçada, e fica imaginando ser vista por algum conselheiro que vai lhe agarrar pelo braço e lhe puxar para dentro de uma sala apertada, sem janelas, de onde nunca mais poderá sair, sente-se desfalecendo sem ar para respirar, quando ouve um buzinaço: “quer morrer maluca”, e se dá conta que estava atravessando a rua, quase sendo atropelada pelos carros.

A assistente social que atendeu Leontina ainda a pouco, que lhe deu as inúmeras orientações de sempre, a fim de ter os filhos em casa novamente, e lhe encaminhou para a Defensoria Pública para que mais uma vez veja como está sua situação processual no Juizado da Infância e Juventude, agora está sozinha na sala.

Quando Leontina sai, a assistente social busca um café e vai relatar no prontuário da usuária o atendimento de hoje. Acostumou-se a fazer estes relatos em seguida aos atendimentos, a fim de não acumular trabalho e ver-se livre desta demanda, em meio a tantas outras do seu dia a dia.

Enquanto escreve, os pensamentos voam e ela lembra do porque escolheu fazer a faculdade de serviço social: queria ajudar os outros, queria um curso rápido e menos dispendioso, um curso que poderia fazer EAD (ensino à distância) enquanto trabalhava como técnica de enfermagem, queria um trabalho que pudesse fazer sentada, sem se cansar muito afinal a correria do hospital estava acabando com sua saúde.

Agora está sentada na sala de atendimento e sente-se cansada do mesmo jeito, sempre endividada em meio a prontuários, relatórios, ofícios ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, visitas domiciliares, reuniões de equipe, reuniões de discussão de casos, reuniões de Rede de atendimento, capacitações permanentes. Pensa que se estivesse trabalhando num cargo na gestão, talvez não tivesse tanto trabalho, e ainda teria um adicional no salário, precisa pensar numa forma de chegar na gestão, conversar com as pessoas certas, talvez um padrinho político.

Nos seus devaneios, a assistente social lembra ainda que precisa dar conta dos 2 filhos adolescentes que não querem sair da frente do computador, e da culpa que sente por deixá-los entretidos nos jogos digitais e na internet, enquanto ela descansa um pouco a cabeça na frente da novela. Pensa no marido estressado que trabalha como representante comercial e vive viajando, deixando-a sobrecarregada com as tarefas da casa, da escola e da educação dos filhos, com as contas a pagar no início de cada mês, e sente-se sobrecarregada, endividada de coisas a fazer, e que nunca dá conta. Suspira enraivecida pensando que ainda falta muito para as férias no final do ano e mais tempo ainda para a aposentadoria. Bebe o último gole do café amargo, agora está visivelmente irritada, termina de escrever as orientações que deu à Leontina, e sai pra esquentar o almoço. A tarde vai ser longa.

A assistente social e Leontina, ambas capturadas pelas redes de endividamento, inclusão e circulação. Não existe “fora do jogo” em nossos tempos neoliberais, e Leontina vive nas entranhas do seu corpo esse jogo, compelida e endividada, circulando infinitamente nas redes de atendimento e inclusão. Inclusão dos filhos na escola, inclusão da família nas redes de prevenção de saúde, de Leontina no trabalho e em cursos de geração de renda, dos adolescentes em cursos de capacitação profissional. Inclusão e circulação nas redes de atendimento e condução das condutas: nos CRAS, no CREAS, nos CAPS (CAPS, CAPS-AD, CAPSi), nos serviços de atendimento psicológico nas clínicas-escola das universidades, nos atendimentos psiquiátricos, nos núcleos de apoio pedagógico, nos serviços ofertados pelas ONG’s subvencionadas pelo poder público, nas fazendas/comunidades terapêuticas, nos serviços de convivência de entidades religiosas e filantrópicas, entre outras. Inclusão e circulação no sistema de garantia de direitos: Conselho Tutelar, Ministério Público, e Poder Judiciário (Vara da Infância e Juventude, Vara de Família). Inclusão e circulação no sistema de segurança e responsabilização: Delegacia de Polícia Civil, Brigada Militar, Guarda Municipal, Ministério Público, e Poder Judiciário.

O controle na sociedade contemporânea acontece nos equipamentos a céu aberto espalhados pelo tecido social, acontece, por exemplo, por inclusão e circulação da população nos serviços ofertados pelas políticas públicas e pelo

sistema de garantia de direitos, através de números de acesso: cartão NIS²⁶, cartão NIT²⁷, cartão SUS²⁸, sistema de numeração dos processos judiciais²⁹.

A partir do momento que determinado cidadão acessa um serviço do Estado, ele automaticamente recebe um número, uma senha de acesso. Ao acessar a política de assistência social no CRAS, por exemplo, o usuário cadastra-se no CadÚnico, independentemente se vai receber ou não o Bolsa Família. Uma vez cadastrado, será verificada a situação familiar e as possíveis vulnerabilidades que os indivíduos desta família apresentam, segundo critérios técnicos (muitos deles estabelecidos pelas ciências humanas como a psicologia positivista que culpabiliza os sujeitos individualmente por suas mazelas) explicitados nos manuais do MDS.

Encontradas situações vulneráveis, a família será acompanhada, independentemente de sua vontade, e se resistir a este acompanhamento será categorizada como uma “família refratária”, que “não adere” aos serviços oferecidos pelo Estado.

Aceitando o acompanhamento, a família deverá comparecer no CRAS, ou no CREAS, ou nos 2 serviços, conforme a situação vulnerável apresentada, e participar (as vezes submeter-se) dos atendimentos particularizados e/ou dos grupos (atividades estas que variam conforme a instituição). No decorrer destes atendimentos, a família vai sendo inserida em novos serviços, a partir das novas demandas apresentadas numa espécie de investigação que se faz acerca da forma de vida de cada família, e que deve ir sendo aos poucos anotada no Prontuário SUAS.³⁰

26 **Número de Identificação Social** é ganho quando o cidadão brasileiro ingressa em algum Programa Social, seja o bolsa família ou FGTS, emitiu sua Carteira de Trabalho, tornou-se contribuinte do INSS ou iniciou sua vida como trabalhador de iniciativa privada ou pública. <<http://www.caixa-pis.com>>.

27 **Número de Identificação do Trabalhador** - equivale ao PIS/PASEP e recolhe o valor necessário para o INSS, além de garantir acesso aos vários benefícios de programas de assistência como Aposentadoria, Salário Maternidade, Salário Família e Pensão. Ele é dado apenas para os contribuintes que forem: Individuais; Facultativos; Autônomos; Empregados domésticos; Seguradores Especiais. <<http://www.caixa-pis.com>>.

28 O Cartão Nacional de Saúde é um instrumento que possibilita a vinculação dos procedimentos executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ao usuário, ao profissional que os realizou e também à unidade de saúde onde foram realizados. Para tanto, é necessária a construção de cadastros de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde. A partir desses cadastros, os usuários do SUS e os profissionais de saúde recebem um número nacional de identificação.

29 Numeração padronizada pela RESOLUÇÃO Nº 65, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

30 O Prontuário SUAS tem como objetivo oferecer aos profissionais dos CRAS e dos CREAS um instrumento que auxilie e oriente a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos. Ao introduzir um parâmetro nacional para o registro de informações pelos profissionais, o Prontuário SUAS cria condições para a produção de dados e

Nesta investigação e análise das supostas demandas das famílias, é bastante comum os encaminhamentos para a rede de saúde mental, seja por dependência de álcool ou outras drogas ilícitas, ou por transtornos mentais. Desta forma, além de comparecer ao atendimento oferecido pela assistente social ou pela psicóloga do CRAS semanalmente, a família também deverá comparecer ao CAPS onde terá uma consulta, receberá medicamentos e poderá participar de grupos ou atividades de convivência.

Da mesma maneira, também é muito comum o encaminhamento das crianças e adolescentes para o CAPS infantil, uma vez que comportamentos diversos como agitação, enurese, brigas na escola, dificuldades de aprendizagem, entre outros, são normalmente entendidos como sintomas de que a criança³¹ seja necessariamente portadora de alguma doença psíquica ou neurológica (às vezes a criança de fato é portadora de sofrimento psíquico, mas não sempre). Então se faz presente a necessidade de que sejam avaliadas em termos de transtornos psíquicos, neurológicos, psiquiátricos, retardo mental, etc., conduzindo a família a levar seus filhos para atendimento na Rede de saúde mental. Para acessar a Rede de saúde é necessário que a família apresente o cartão SUS³² (um número para cada indivíduo da família), que em geral as crianças já obtêm ao nascer, uma vez que para acessar as vacinas obrigatórias, é necessário tal cartão e atualmente nenhuma criança acessa a rede de educação (infantil ou fundamental) sem a carteira de vacinação atualizada.

Até este ponto, já podemos observar a família circulando em diversos atendimentos entre CRAS, CREAS, CAPS, CAPS-AD, CAPSi, além da Casa de Vacinas e UBS (Unidade básica de saúde). Ademais, a criança também deve obrigatoriamente frequentar a escola, sendo a educação básica obrigatória e gratuita

estatísticas mais consistentes, tornando possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados pelos CRAS e CREAS, assim como sobre a incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social. <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index3.php>>.

31 Quando escrevo criança neste texto, leia-se “crianças e adolescentes” (0-18 anos), conforme Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

32 O Cartão Nacional de Saúde é um instrumento que possibilita a vinculação dos procedimentos executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ao usuário, ao profissional que os realizou e também à unidade de saúde onde foram realizados. Para tanto, é necessária a construção de cadastros de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde. A partir desses cadastros, os usuários do SUS e os profissionais de saúde recebem um número nacional de identificação. <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sgep/cartao-nacional-de-saude>>.

dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio, conforme a LEI Nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

Caso a criança apresente um comportamento sexualizado, ou tenha sido vítima de abuso sexual ou violência física, por exemplo, outras Redes surgem e se estabelecem, e a criança e sua família passam a circular nos serviços da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente, e nos Serviços do Sistema de Garantia de Direitos, sendo a criança "escutada" no Conselho Tutelar (às vezes por mais de um conselheiro, e pela psicóloga do CT se este órgão contar com o trabalho de uma); escutada por uma inspetora na delegacia de polícia civil; também será periciada no Posto Médico-Legal (IML); avaliada pelo CREAS; além de talvez já ter sido "escutada" pela professora ou pela diretora da escola onde estuda. Após a denúncia, aliás muito tempo depois, a família será chamada para depor em audiência na Vara Crime a fim de responsabilizar a autor do suposto abuso sexual. A criança poderá passar por avaliação no Judiciário (psicológica, psiquiátrica e/ou social), ou ainda passar pelo controverso Depoimento sem Dano, atualmente denominado Depoimento Especial, a partir da Lei n. 13.431, sancionada no dia 4 de abril de 2017, e que vem sendo implantado aos poucos em algumas comarcas judiciais no Brasil.

Uma vez que crianças e adolescentes tenham sido vítimas de qualquer forma de violência (física, psicológica ou sexual), negligência, ou abandono, elas terão suas vidas resguardadas pelo Juizado da Infância e Juventude, através de um processo judicial denominado de Medida de Proteção, que pode perdurar até que aquela criança complete a maioridade aos 18 anos. Diferentemente dos processos judiciais em outras Varas, que devem ter início, meio e fim com a sentença do juiz, na Vara da Infância e Juventude, uma Medida de Proteção pode acompanhar a criança (e conseqüentemente sua família) até a maioridade.

Da mesma forma, adolescentes que cometem atos infracionais são incluídos na rede de justiça e responsabilização, através da entrada no SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo³³, podendo permanecer nele até os 21 anos, e em alguns casos, partir do SINASE para o sistema penitenciário adulto.

33 Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Existem muitas outras redes possíveis nas quais os usuários circulam seus endividamentos: alternando o acesso a direitos sociais, a saúde, a educação, etc., com controle, condução das condutas e dívidas sociais, uma vez que, na medida que acessam os serviços, existe um padrão de comportamento a ser atingido, ou seja, uma espécie de dívida social a ser paga com comportamento adequado. Desta forma, existe uma circulação da dívida entre os diferentes serviços públicos, que determina que o usuário esteja sempre circulando, correndo entre um e outro serviço da Rede de políticas públicas, sem jamais sanar seus débitos com o Estado, contribuindo assim para um permanente controle desta população.

Como dito antes, tais débitos são modulados em tecnologias disciplinares, pastorais, biopolíticas e de controle. As sociedades disciplinares tinham duas marcas importantes, a assinatura que indicava o indivíduo, e o número de matrícula que indicava sua posição numa massa de indivíduos. Nas sociedades de controle (DELEUZE, 1992), com suas estratégias cada vez menos visíveis, e cada vez mais sutis e imateriais, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma senha. O controle é feito de senhas que marcam o acesso à informação. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, índices, mercados ou bancos de dados (HARDT apud ARAÚJO, 2007).

Com a explosão da *web* (COSTA, 2004), no início dos anos 90, muitos *sites* começaram a utilizar a declaração do perfil dos usuários para uma série de operações: oferta de produtos, de notícias, etc. A partir disso, o desenvolvimento desta tecnologia permitiu mapear os perfis de usuários da *web*, acompanhando suas atividades e aprendendo sobre seus hábitos, acompanhando seus registros financeiros, registros médicos, registros de comunicação, registros de viagens, etc. Desta forma, o rastreamento das informações foi possível, e com ele a construção de padrões e associações entre os dados dos indivíduos de uma determinada população, que por sua vez, proporcionou uma mudança nos métodos de controle e de consumo (COSTA apud CUNHA, 2014).

Teremos a disposição, um conjunto de tecnologias trabalhando juntas para assegurar que alguém ou alguma rede sempre saiba onde você está, o que você está procurando, e a onde você precisa chegar. Pense nisso, diz ele, como um Big Brother consentido – um irmão mais velho com bom senso de direção. Os indivíduos não sendo mais que pontos localizáveis numa série de redes que se entrecruzam (COSTA, 2004, p. 167).

O indivíduo, agora partido em fragmentos, fracionado em inúmeros bancos de dados e de informações intercambiáveis, capazes de extrair de uma pessoa os fragmentos de informação sobre sua existência, passa ser o *divíduo* (DELEUZE, 1992).

O que interessa nesse fracionamento não é só a entrada destas fatias enquanto instâncias controláveis por parte do aparelho de Estado. Mais além de um incremento de eficiência por parte deste, busca-se não mais distribuir este divíduo em múltiplas camadas, mas distribuir suas vontades e desejos em bancos de dados que interessam ao capital. Não tanto o que esse divíduo é, mas o que ele pode consumir, o que pode desejar. Não importa mais quais características que podem defini-lo, mas apenas seu potencial de produção intelectual e endividamento, sua fração computável pelo controle e modulada como consumidor pelo capital (RIVERO, 2011, p.207).

Nestes sistemas de captura, controle e utilização dos dados dos divíduos (DELEUZE, 1992), também os usuários da assistência vão aos poucos sendo incluídos, na medida que o CADÚnico é hoje utilizado também para financiamentos habitacionais, acesso ao crédito, acesso a Carteira Nacional de Habilitação, etc. No contemporâneo, somamos à disciplina dos corpos do indivíduo, o controle dos dados fragmentados de uma massa (divíduo), através de uma lógica probabilística que vai nortear as intervenções e regulações.

Na assistência social, tais sistemas de captura e controle de dados permitem, por um lado, a produção de uma biopolítica de condução da pobreza, mas por outro também se imbricam em uma nova variação da antiga anatomopolítica individualizante, produzindo outra espécie de individualização "a céu aberto", própria das dinâmicas da Sociedade de Controle.

A dimensão biopolítica destes dados começa a ser operada a partir das orientações da PNAS de 2004, em especial com a implantação da Vigilância Socioassistencial no MDS. Contudo, tal operação biopolítica dos dados para controle e condução das condutas da pobreza, parece ser executada apenas por esferas da alta gestão no MDS, uma vez que nos municípios, essa vigilância socioassistencial é ainda muito incipiente e precária, em geral realizada por trabalhadores sem formação em ciências sociais ou equivalente, que se debatem em criar modelos de relatórios capazes de capturar dados e administrá-los em prol da política. Em alguns momentos, em meio a coleta desordenada de dados e com a precária formação técnica, a vigilância pode receber dados com os quais não consegue operar, ou

dados que não são indicadores de desenvolvimento da política, e acabar trabalhando numa lógica de controle das ações dos trabalhadores do SUAS. Desta forma, a vigilância que começa a ser implantada nos municípios, está ainda pautada em administrar os resultados do trabalho técnico nos CRAS e CREAS, como por exemplo, planificar o número de pessoas que acessam o serviço, o número de atendimentos por mês, perfil dos usuários, tipo de vulnerabilidade e risco que os usuários apresentam. Pelo menos a nível municipal, são poucas as estratégias biopolíticas para gerenciamento destas situações de vulnerabilidade e risco.

Todavia, as dinâmicas de trabalho técnico dentro dos CRAS e CREAS ainda são pautadas principalmente por ações preponderantemente individualizadoras, produzidas através de uma racionalidade de controle e orientação das condutas dos usuários, operando através da culpa moral e do endividamento subjetivo.

Existem diversos sistemas que produzem dados específicos da política de assistência, onde é o técnico social - psicólogo ou assistente social, que acompanha as famílias no CRAS ou CREAS, que vai acessar tais sistemas: SICON, SIBEC (Sistema de Benefícios do Cidadão)³⁴, SISC (Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)³⁵, etc, e vai “autorizar” a família a ter o benefício suspenso, bloqueado, ou cancelado, conforme os critérios do MDS e os critérios do próprio técnico. Um controle das condutas, um poder sobre a vida do outro. Um controle das condutas e um poder sobre a pobreza, muitas vezes completamente atravessado por julgamentos morais, definindo a priori o bom cidadão que deve e pode ter acesso aos benefícios, e aquele que não cumpre as condicionalidades, as orientações dos técnicos, não organiza sua vida para, individualmente, sair da situação de vulnerabilidade. Contudo, esse acesso dos trabalhadores da ponta no SUAS aos sistemas de dados está ainda pautado

34 O Sistema é a ferramenta responsável pela administração dos benefícios financeiros do PBF que permite ao usuário realizar consultas e manutenções de benefícios, além da visualização de relatórios a respeito da situação geral dos benefícios em um estado ou município e demais conteúdos relacionados a operacionalização da administração de benefícios.

35 É uma ferramenta de gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio da qual será realizado o acompanhamento e monitoramento do serviço executado pelos municípios, assim como a apuração dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal. O SISC funcionará em integração com os bancos de dados do [CadÚnico](#) e do [CadSuas](#). As informações referentes aos dados de identificação pessoal e endereço, serão extraídas do CadÚnico, quando da vinculação de um usuário ao SISC. As informações referentes a CRAS e profissionais serão extraídas do banco de dados do [CadSuas](#). No SISC, será(ão) assinalada(s), a(s) situação(ões) prioritária(as) do usuário do SCFV, os quais estarão reunidos em grupos, organizados por faixas etárias.

simplesmente pela inserção de dados nos sistemas, e controle do uso do benefício financeiro (Bolsa Família), não existindo um frequente uso destes em uma operação ao nível da dimensão biopolítica³⁶.

Contudo, também é interessante apontar as estratégias que alguns usuários da assistência social desenvolvem a fim de ludibriar o sistema de condicionalidades e controle. Muitos não revelam sua real situação de moradia, de salário, de número de membros da família, uma vez que o cadastro é auto-declaratório. Desta forma, sabedores dos critérios de acesso, e de que é necessário uma renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para ter acesso aos benefícios (Bolsa Família, BPC), os usuários, de alguma forma, tentam manipular as informações, a fim de serem selecionados pelo sistema, ingressarem na política de assistência e terem acesso ao benefício.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família, que atinge as camadas mais vulneráveis da população pobre, se constituem em uma espécie de 'máquina' que articula proteção e promoção de direitos, ao mesmo tempo em que aciona mecanismos de controle e punição próprios do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987), pois segundo Bueno (2009), a impossibilidade que este público tem em cumprir o que lhe é exigido para que permaneça no programa, ressalta a incoerência da exigência das condicionalidades. As condicionalidades em geral, dizem respeito a uma nova organização familiar (tendo como referência a conduta da classe média branca), o que significa que o responsável familiar deve obter um trabalho, preferencialmente com carteira assinada, aliás trabalho este que praticamente não existe para uma pessoa pobre, na maioria das vezes tendo estado na escola por pouco tempo e engrossando o contingente do que hoje se chama de analfabetos funcionais.

Além do emprego, precisa uma série de outras "senhas", como por exemplo, manter as crianças na escola e ajudar com os temas escolares (não importa se a mãe, por exemplo, for analfabeta e não compreender nada do mundo escolar). Também é esperado desta família, em especial da mãe, que mantenha as consultas médicas e a carteira de vacinação em dia, não importando se na unidade básica de saúde da vila onde ela mora, distribuem 10 fichas por dia, e para consegui-las, ela tem que deixar as crianças dormindo sozinhas em casa às 4h da manhã. E para

³⁶ Estes sistemas de controle de dados, atualmente, são mais utilizados em uma tecnologia do endividamento na lógica do controle, do que na objetivação de um meio para o planejamento-intervenção das políticas do SUAS, enquanto estratégia biopolítica.

“ajudar” a família a se organizar, devem manter o acompanhamento semanal com a assistente social ou com a psicóloga do CRAS, participar do grupo de acompanhamento do PBF, e ingressar em algum curso profissionalizante.

Na execução da política de assistência social, o técnico social exerce um saber/poder, ou seja, uma produção efetiva na condução de condutas dos usuários, para decidir quem ganha e quem continua ganhando o benefício, considerando que os indivíduos precisam participar de todo este “aparato de controle”, oferecido de acordo com critérios planejados e estabelecidos pelo governo federal, para se manterem cidadãos com acesso à “Bolsa Família” e em última instância, ao consumo e ao endividamento.

Podemos ressaltar que o cadastro único, somado à verba do bolsa família, e às condicionalidades do programa, acabam servindo para modular as condutas dos sujeitos, através de estratégias de controle e biopolíticas³⁷, que engendram uma entrada dos indivíduos no sistema de endividamento. Endividamento financeiro real em crediários, endividamento moral diante das exigências e condicionalidades impostas pelo benefício, e endividamento subjetivo que culpabiliza os pobres por sua condição, e os coloca diante do imperativo cultural de produzir mais valia de “felicidade” pela inclusão e pelo consumo, em uma vida sempre aquém do que poderia ser.

Ao conceder subsídios financeiros mínimos para satisfazer o desejo de consumir e, assim, manter os seus beneficiários no jogo do mercado, o PBF provoca a ideia de que, a quem tiver vontade de empreender, permanece a possibilidade de mudar seu destino (LAVERGNE, 2012). Desta forma, se induz, sobre o desejo e a motivação do beneficiário, a ideia de que participar de atividades oferecidas por entidades governamentais, não governamentais ou privadas, com vistas à elaboração de projetos pessoais ou comunitários de geração de renda, é possível ascender profissionalmente e financeiramente, tornando o indivíduo, até então marginalizado, “empreendedor de si mesmo”, responsável por si, inserido no jogo do consumo e do mercado, mesmo que somente na sua comunidade de pertencimento. Contudo, além de promover uma cidadania incompleta, os programas sociais que

37 Há uma dimensão biopolítica no nível da Vigilância Socio-assistencial e, neste caso, voltado por hora, em especial, para o controle dividual (meio biopolítico) dos técnicos da ponta/território. No campo/território, por sua vez, tal cadastro finda por atualizar-se como prática de endividamento individualizador. No entanto, percebe-se o crescimento e intensificação das práticas biopolíticas, assim, possivelmente veremos tais modulações biopolíticas também no planejamento-execução das políticas em um futuro breve.

determinam condicionalidades se tornam perversos pelo fato de estarem vinculados a serviços públicos precários, o que demonstra uma inversão de responsabilidades:

enquanto os pobres devem prestar conta de suas carências, procurando resolvê-las para que acessem um direito, os governos não cumprem com suas obrigações no que diz respeito à oferta de serviços públicos universais e de qualidade. A redução da evasão e infrequência escolar, por exemplo, deveria ser pensada a partir da garantia de serviços públicos de qualidade. Ao contrário disso, os programas condicionados quando conseguem ampliar o acesso educacional a determinados segmentos, não modificam a situação do aproveitamento escolar, questão central que vem determinando a formação cada vez mais crescente de uma legião de analfabetos funcionais (BUENO, 2009, p. 41).

É uma obviedade que as pessoas em situação de vulnerabilidade social devem ter a garantia de sair desta condição. A maneira como isso se dará, com certeza não se resume a um ou outro programa, ainda que eles sejam importantes em seu conjunto (BUENO, 2009). Contudo, há que se considerar a necessidade de garantir o acesso a uma renda básica (que não deveria exigir condições) e junto a isso, implementar diversas políticas públicas, que juntas possam responder a garantia de acesso a serviços públicos de qualidade.

Portanto, o PBF se situa no campo de uma certa ambivalência, pois por um lado se impõe como um importante instrumento de garantia e acesso a direitos, mas por outro também se constitui como um mecanismo de controle da população pobre, por meio da imposição de condicionalidades. Não podemos negar os benefícios do programa, e não cabe um julgamento moral do PBF como algo positivo ou negativo, inclusive porque essas famílias beneficiárias têm certo acesso a direitos e determinada inclusão social, até então inacessível.

Trabalhar em prol de uma melhora na distribuição de renda no Brasil, que tem a oitava maior desigualdade social do mundo entre 128 países que tiveram essa variável avaliada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, ainda é um desafio gigantesco, pois segundo Bueno (2009) a transferência de renda "deve se pautar na ideia de permitir que todas as pessoas tenham o direito de participar da riqueza social de um país, da qual todos de alguma forma são responsáveis." (p.44)

Conforme nos coloca Lavergne (2012),

O que esperar de subsídios mensais que, de tão ínfimos, evocam a esmola, e de programas assistencialistas complementares que levam a crer que a única saída se encontra na responsabilização de si mesmo e na incorporação de uma forma de subjetividade que se reduz ao "se vire e o

céu ajudará”? Em outras palavras, como um biopoder sobretudo preocupado com a gestão da miséria — poder *sobre* a vida — poderia se transformar noutra vertente da biopolítica? (LAVERGNE, 2012, p.341).

Podemos pensar que as políticas sociais, além de objetivarem o enfrentamento e a diminuição da pobreza, também pretendem inserir todos os indivíduos nas redes de consumo, tornando-os produtivos a fim de manter em movimento a máquina do mercado econômico, uma vez que sua principal regra é a inclusão de todos, ou seja, não existe ninguém fora do jogo neoliberal.

Neste jogo inclusivo, por exemplo, os usuários do PBF também foram compelidos a entrar nas redes de consumo-endividamento, através da estratégia adotada pelo governo Lula quando da crise mundial em 2008-2009. Entre as medidas adotadas pelo governo estavam: incremento de crédito para as classes C e D, diminuição de impostos da linha branca de eletrodomésticos, garantia de manutenção do PBF, lançamento do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) gerando muitos empregos de forma imediata, lançamento do crédito Minha Casa Melhor³⁸, etc. Todas estas ações aconteceram em prol do aquecimento das redes consumo com objetivo de alavancar a economia, inserindo uma massa de indivíduos nas dinâmicas do endividamento-consumo. Naquele período, o próprio presidente Lula referia em entrevistas na mídia que era preciso encorajar os empresários a aumentarem a produção, encorajar o comércio a continuar parcelando as vendas em mais vezes e a juros mais baixos, e encorajar os trabalhadores a consumirem, o que por sua vez manteria a economia aquecida, com lucros no comércio e na indústria, o que por fim, manteria o emprego dos trabalhadores.

a sociedade contemporânea tem como característica principal a cultura do consumo, na qual as pessoas associam felicidade e *status* com o ato de adquirir bens e serviços. Elas usam as mercadorias de forma a criar vínculos e estabelecer distinções sociais, e no contexto mais individual há os prazeres emocionais do consumo, os sonhos e desejos celebrados no imaginário cultural consumista, e para isso, além da renda, o grande viabilizador do consumo é o crédito, mas compromete a renda de quem o toma, conduzindo-o a uma situação de endividamento (BARROS; OLIVEIRA PINTO, 2014).

38 É um crédito especial para todas as famílias que conquistaram sua casa ou apartamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. São até R\$ 5 mil para comprar até 14 produtos diferentes, entre móveis e eletrodomésticos, e pagar em até 48 vezes.

<https://minhacasamelhor.com.br/cartilha_minhaCasaMelhor.pdf>.

O Estado controla os diversos segmentos da população por meio dos mais variados dispositivos (cadastro único, sistema de condicionalidades, bolsa família, financiamento habitacional, programas de crédito estudantil, campanha de vacinação, frequência escolar, Minha Casa Minha Vida, programa Minha Casa Melhor, etc), onde essa “cidadania condicionada” passa a ser transformada em cifras, em dados estatísticos e a ter um equivalente com o “consumo”, repetindo a lógica capitalística: cidadania e liberdade são reduzidas à possibilidade de consumo.

O Estado, atravessado por uma racionalidade neoliberal e em conexão com a grande mídia, opera de forma a incluir também a população desfavorecida na lógica do controle e do consumo, como estratégia de manutenção desse aparelho de produção do capital, compondo subjetividades produzidas por essa grande máquina de “subjetivação capitalística” (GUATTARI, 1986). Na sociedade de controle, o marketing, através da grande mídia, é o instrumento de controle social, um controle que é de curto prazo e de mudança rápida, mas também contínuo e ilimitado. O homem não é mais o homem confinado na escola, hospício, fábrica, prisão, etc., mas acima de tudo é o homem endividado: preso nas tramas da propaganda e dos cadastros (DELEUZE, 1992). A mídia inclusive assume um papel central na produção de subjetividade na sociedade de controle. São subjetividades desterritorializadas em fluxo contínuo (BAUMAN, 2001), contudo são subjetividades

que mudam conforme as modas: ser um homem ou uma mulher diferente a cada estação. No entanto, essas subjetividades se referem ao bom homem e à boa mulher do capitalismo global (CARVALHO, 2014, p.258).

Nesta lógica de produção de subjetividades, as políticas sociais pretendem governar todas as camadas da população, “incluindo-as nas redes de consumo e garantindo espaços de participação no mercado, para que possam contribuir minimamente para o funcionamento do jogo econômico” (LOCKMANN, 2013, p.32). Neste contexto, os corpos dóceis da disciplina vão sendo substituídos e, ao mesmo tempo, se somando, às subjetividades consumistas e endividadas da sociedade de controle (DELEUZE, 1992).

A sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação

permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto (COSTA, 2004, p. 161).

O consumo desponta "como dispositivo de controle social e se estabelece através da lógica do endividamento, como uma moratória eterna, que leva o indivíduo a um consumo sem fim, como, também, a uma forma de estar dentro" (TAVARES, 2015, p. 3). Na sociedade de controle, o mercado mundial opera sob a lógica de um capitalismo globalizado, onde o único modo de ação na vida humana parece ser o modo desenvolvido pela lógica econômica.

O objetivo central da governamentalidade neoliberal é a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do homo economicus, uma forma específica de subjetividade com raízes históricas no liberalismo clássico. Contudo, enquanto o liberalismo situa o "homem econômico" como um "homem de troca", o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em todos os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de "capital humano" e assim tornarem-se "empreendedores de si". O homo economicus neoliberal é um "átomo" de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses. Aqueles que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmos (HAMANN, 2012, p.101).

Na sociedade de controle, ou na sociedade de consumo, criam-se mercados e demandas, onde "o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. E, por intermédio de um consumo frenético, e da facilidade de contrair dívidas, passa a dar valor ao consumo como forma de inserção e pertencimento psicossocial" (TAVARES, 2015, p. 4).

Deleuze (1992) destaca o aparecimento de novos dispositivos de controle, através da lógica de rede. Se na disciplina o capitalismo era dirigido para a produção, no controle é dirigido para o consumo. A partir de uma nova configuração, na sociedade de consumo todos vigiam todos, o controle é contínuo, simultâneo e descentralizado, com amplas redes de poder e domínio (DELEUZE apud PONTES; TAVARES, 2015). O consumo enquanto dispositivo de controle, passa a representar uma forma de pertencimento e garante aos indivíduos a possibilidade de afirmar a sua própria existência na sociedade. Contudo, esse consumo se estabelece através da lógica do endividamento, como uma moratória eterna, que leva o indivíduo a um consumo sem fim. "Os corpos domesticados e adestrados da disciplina dão lugar as

almas consumistas e endividadas na sociedade de controle" (PONTES; TAVARES, 2015).

As igrejas neopentecostais também abraçaram a racionalidade da sociedade de consumo, e diante dos serviços de crédito fácil, dos apelos do consumo para uma vida materialmente feliz, passaram a pregar e a difundir a Teologia da Prosperidade (MARIANO, 1996). Segundo a Teologia da Prosperidade, os cristãos são sócios de Deus e estão destinados a serem prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em tudo aquilo que fizerem, desde que tenham fé com total convicção, não se deixem levar pelas tentações do diabo, e decretem em voz alta a posse de tudo isso. A aquisição de bens, a saúde, a riqueza, a vida sem grandes problemas ou aflições, são provas da fé e da espiritualidade dos fiéis, e pobreza significa falta de fé e culpa do próprio sujeito.

Os homens são destinados à prosperidade, à saúde, à vitória, à felicidade. Para alcançar tais bênçãos, garantir a salvação e afastar os demônios de sua vida, basta o cristão ter fé incondicional em Deus, exigir seus direitos em voz alta e em nome de Jesus e ser obediente a ele acima de tudo no pagamento dos dízimos (MARIANO, 1996, p.33).

Da mesma forma que os neopentecostais colocam o sucesso de uma vida nas mãos dos cristãos e de sua fé individualmente, o PBF se coaduna com as ideias contemporâneas de que, a quem individualmente tiver vontade de empreender, haverá a possibilidade de mudar seu destino. Ambas as situações, o neopentecostalismo e o programa bolsa família, operando numa racionalidade neoliberal, atrelando esforço individual, consumo e felicidade.

As ideias de motivação individual, força de vontade, empreendedorismo de si e pró-atividade próprias da racionalidade neoliberal, são formas de endividamento moral e subjetivo referentes a contemporaneidade, e frente as quais todos estamos capturados. Diante de um imperativo genérico (seja empreendedor a fim de obter sucesso) no qual não subsiste um modelo de comportamento, mas sim um critério de avaliação (sucesso financeiro ostentado pelo consumo contínuo), todos são culpados por sua falta (de fé, de motivação, de empreendedorismo, de pró-atividade) até que consigam provar o contrário por meio do sucesso atrelado ao consumo.

Quando, em uma igreja neopentecostal vemos o pastor afirmando que se houver fé firme e intensa, os objetivos de sucesso, prosperidade, saúde e felicidade serão alcançados, e que, os que ainda não obtiveram tais resultados estão

demonstrando falta de intensidade e verdade em sua fé, vemo-nos colocados diante de um modelo que reproduz as dinâmicas de endividamento moral e subjetivo do contemporâneo.

Do mesmo modo, aos usuários da política de assistência social, espera-se que, ao terem mínimo acesso à escola, a cursos de iniciação profissional, aos grupos de acompanhamento nos CRAS, e ao próprio Bolsa Família, possam individualmente buscar trabalho a fim de melhorar suas condições de vida, ou empreender em alguma atividade que lhes garanta sucesso na empreitada de cuidar e sustentar uma família e inclui-se minimamente nas redes de consumo.

Em nenhum momento questiona-se que o benefício financeiro do PBF equivale, poderia-se dizer, a uma espécie de “esmola oficial do governo”, da mesma forma que as oportunidades oferecidas pelas políticas de educação e trabalho são, na maioria da vezes, políticas precarizadas e aquém das necessidades dos usuários.

Acerca do neoliberalismo e suas novas formas de governo, os filósofos Antonio Negri e Michael Hardt apontam o endividado e mais três figuras subjetivas produzidas a partir das transformações sociais, políticas e econômicas operadas por ele: o mediatizado, o securitizado e o representado.

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o endividado. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o mediatizado. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o securitizado. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o representado (HARDT; NEGRI, 2014, p.21).

No contemporâneo, a figura do **endividado** nos mostra que "ter dívidas está se tornando a condição geral da vida social" (p. 22), uma vez que é quase impossível encontrar alguém sem alguma espécie de dívida, seja um financiamento para comprar a casa própria ou o carro, ou o crédito educativo para pagar a faculdade, ou ainda mobiliar uma casa, ou mesmo pagar pelos bens de consumo mais elementares como água e luz, e nos tempos atuais, a internet. O efeito da dívida é colocar a vida para trabalhar, esperando quitá-las, e contrair novas dívidas, para poder pagar e continuar consumindo. A dívida se perpetua indefinidamente como forma de controle e de manutenção do consumo frenético. *“O endividado é uma consciência desventurada que transforma a culpa numa forma de vida”*. Uma

forma de vida que interessa somente a quem mais lucra com a lógica do credor/devedor, ou seja, os bancos e as instituições financeiras (HARDT; NEGRI, 2014).

O capitalista acumula riqueza basicamente por meio da renda, não do lucro; de modo mais frequente, essa renda assume a forma financeira, sendo garantida por meio de instrumentos financeiros. É quando a dívida entra em cena, como uma arma para manter e controlar a relação de produção e exploração. Hoje, a exploração se baseia principalmente não na troca (igual ou desigual), mas na dívida, ou seja, no fato de que 99% da população está sujeita – deve trabalho, deve dinheiro, deve obediência – ao 1% restante (NEGRI; HARDT, 2014, p.24-25).

As demais figuras subjetivas apontadas por Antonio Negri e Michael Hardt (2014), podem também ser observadas e relacionadas nas tramas que capturam também os usuários da assistência social. O mediatizado em função de que, para usufruir dos benefícios da política, os usuários têm de integrar-se e entregar todas as informações de sua vida e intimidade aos sistemas de bancos de dados e de controle política de assistência social. O securitizado, na medida em que, a assistência participa das políticas de segurança ao tentar modular as reabilitações dos jovens em conflito com a lei, e de se apresentarem como políticas de prevenção à criminalidade (ao reprimi-la, buscam promover uma vinculação destes sujeitos à sociedade por meio de escolarização e trabalho). Da mesma maneira, os usuários da política de assistência sentem-se amedrontados cotidianamente pela repressão e pela violência policial. Neste sentido, cria-se um ciclo, onde os ricos/classe média têm medo da criminalidade dos pobres, e para enfrentar esse medo acionam programas de reabilitação da criminalidade e forte repressão policial. A repressão policial provoca sentimentos ambivalentes de medo e raiva na população pobre, que muitas vezes revida em ações delituosas, gerando novamente medo, reabilitação e repressão. Interessante apontar também, que a criminalidade praticada pelos ricos, no Brasil, permite ampla defesa e possibilidade de responder em liberdade, além de praticamente inexistir programas de repressão policial voltado aos delitos cometidos por este segmento da população.

O representado, em função de que os usuários acabam delegando a gestão de suas vidas aos profissionais da rede de socioassistencial, do mesmo modo que nós delegamos passivamente os desígnios da nação, da economia, etc, a quem na maioria das vezes não nos representa de forma alguma.

O endividado parece ser a figura subjetiva que mais intensamente opera nos usuários da assistência, tanto na medida do endividamento econômico que as políticas de transferência de renda potencializaram, inserindo estes cidadãos nas redes de crédito e consumo, quanto no endividamento moral que submete os usuários aos juízos implementados pelas equipes de trabalhadores do SUAS acerca da sua (in)capacidade de governar a si e a sua família, como também submete-os ao endividamento subjetivo perante os profissionais que tanto se dedicam a dar conta de resolver seus casos em uma ação muitas vezes benemérita pela qual devem estar gratos.

Conforme destaca Lockmann (2013), é possível compreender as políticas sociais enquanto estratégias de governo da população empobrecida, “pensadas e organizadas no interior de uma racionalidade neoliberal, que pretende incluir a todos nos jogos de mercado, diminuindo assim, o risco social produzido por essas camadas da população e constituindo sujeitos produtivos, responsáveis por sua autogestão” (p.33).

Dentro do escopo das políticas públicas, os programas de transferência de renda condicionada, em especial o Bolsa Família, impõe uma série de condicionalidades vinculadas a eles, e chama à atenção a ideia do investimento em educação, capacitação e qualificação profissional. São programas como o Projovem, Brasil jovem, Jovem aprendiz, PRONATEC, além da educação básica que hoje começa aos 6 anos, e do programa Brasil Carinhoso para crianças de 0 a 6 anos. De acordo com Lockmann (2013), todo um aparato governamental, onde:

cada vez mais, e cada vez mais cedo, os sujeitos pobres da população brasileira veem suas condutas direcionadas para que invistam em si mesmos, para que façam investimentos educacionais, produzindo uma espécie de qualificação do seu capital humano que lhes permita jogar o jogo do mercado, participando, mesmo que em posições diferenciadas, da lógica competitiva, imposta pelo neoliberalismo. Trata-se de fazer com que cada um desses sujeitos se torne um empresário de si mesmo, ou seja, o *Homo economicus* do neoliberalismo.

Tais programas de transferência de renda condicionada, ao mesmo tempo que não permitem que os sujeitos fiquem excluídos do jogo do mercado, nunca podem oferecer um padrão de vida tal que deixe seus beneficiários vivendo relativamente bem, a ponto de se manterem nessa condição para o resto de suas vidas. A população dos desvalidos parece viver num ciclo vicioso, sempre em

movimento, numa espécie de paradoxo, onde não é possível viver fora do mercado, nem completamente dentro dele, onde o acesso aos benefícios está condicionado a uma dívida social a ser paga com comportamento que nunca é completamente adequado.

Portanto, percebemos uma forma específica de gestão da vida dos desvalidos, a partir de uma governamentalidade neoliberal que opera na contemporaneidade, e que coloca em funcionamento determinadas práticas e estratégias de governo da população. E podemos pensar que essas estratégias de governo, operacionalizadas pela política de assistência social, produzem, por vezes, um deslocamento da noção de direitos sociais para a noção de “dívidas sociais” (LOCKMANN, 2013).

A Política de Assistência Social desenvolveu diversas estratégias para intervir sobre a população pobre, com o intuito de gerenciar e regular situações de vulnerabilidade e risco, apontadas pela estatística obtidas através, principalmente do CadÚnico, e de outros sistemas de controle. Neste sentido, o PBF, enquanto programa de transferência de renda condicionada que impõe aos seus beneficiários o cumprimento de determinadas responsabilidades, opera como um sistema de vigilância/punição como forma de governo das condutas da população pobre.

Podemos perceber que este repasse de uma renda mínima à população pobre, funciona com o intuito de evitar que esse contingente populacional seja excluído e não tenha condições de consumir, constituindo-se numa ameaça ao funcionamento do jogo neoliberal. Estes sujeitos pobres precisam estar incluídos no jogo competitivo do mercado, mesmo que seus níveis de participação sejam diferenciados. Da mesma forma, a imposição de condicionalidades, faz com que cada sujeito desenvolva determinados comportamentos e atitudes, os quais são entendidos como contrapartidas que os beneficiários dos programas sociais devem realizar para o Estado. Tais condicionalidades operam exercendo uma espécie de distribuição de lugares da pobreza no tecido social (LOCKMANN, 2103).

O PBF associa a transferência de renda com o acesso aos direitos sociais básicos (de saúde, educação, habitação, etc), ressaltando-se que a concessão e a manutenção dos benefícios dependerá do cumprimento de condicionalidades (relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar).

Contudo, a partir do momento em que o cidadão precisa cumprir diversas condicionalidades para receber um benefício monetário, no momento em que os direitos sociais passam a prescrever uma obrigação, estes deixam de ser direitos sociais para se constituírem em dívidas sociais (LOCKMANN, 2103). Neste mesmo sentido, tais condicionalidades deslocam os beneficiários do PBF da posição de cidadão, para a posição de devedores, ou de homem endividado (LAZZARATO, 2013). Essa dívida, porém, não é financeira e não deve ser paga pelo reembolso do dinheiro que recebeu do Estado, mas por meio de comportamentos adequados para a sociedade, com objetivo de mantê-la em segurança.

A psicóloga vai embora da visita, e Leontina continua sentada no pequeno sofá da casa, imersa em seus pensamentos, travando seu monólogo particular, numa mistura de indignação, raiva, sofrimento e resignação.

Como posso dar conta de tantas coisas ao mesmo tempo? Nem que meu dia tivesse 48 horas eu ia conseguir fazer tudo que me mandam, trabalhar 8 horas por dia, perder quase 4 horas só nos ônibus e nas paradas, ir na escola das crianças, fazer comida, lava roupa, ir nos atendimentos no CREAS, ir nos grupos no CRAS, ajudar as crianças nos temas da escola, logo eu que nem sei ler direito?!

Será que essa psicóloga não tem vida? Será que ela faz tudo isso sozinha, ou tem uma empregada, um marido, uma mãe, uma sogra para ajudá-la?

E ainda as crianças têm que se comportar bem, não podem brigar na escola, e se não aprender é porque tem problema na cabeça, daí já tem que levar no neurologista, no psiquiatra do CAPS, tem que tomar remédio, nunca a culpa é dessas professoras.

E agora, meu Deus? Dá-me um cansaço só de ficar aqui pensando nisso tudo, nem sei o que fazer primeiro, e também já tô ficando velha, às vezes me entretenho com alguma coisa em casa, ou na vizinha e me esqueço dos atendimentos, e daí lá vem a psicóloga ligando pro meu celular pra me atordoar porque eu não fui na consulta. Mas pra que ir à consulta? Pra ela me cobrar de tudo aquilo que eu não fiz e que tenho que fazer? Pra me dizer que tenho que colocar o Jurandir pra fora de casa, se ele continuar no tráfico? Mas ele também é meu filho, e ele sim me ajuda, mesmo que seja fazendo muita coisa errada, ele é o único que não me pede nada e ainda traz dinheiro para dentro de casa. Como é que ela pensa que eu vou dar de comer pra essas crianças, sem dinheiro? Eu sei, eu tenho “gato”

da luz e da água, mas tenho que pagar o “gato” pro vizinho, com que dinheiro ela acha que eu pago tudo isso?

Leontina se lembrou de Isaura, sua conhecida dos tempos que morou com Sebastião, e pensa que talvez ela estivesse certa nessa vida de tantas coisas incertas, afinal Isaura não estava nem aí se lhe cobravam dívidas, e dizia “foda-se, devo, não nego, e pago quando quiser, e se quiser”, dizia debochando de seus credores. Isaura ria na cara das cobranças da psicóloga, da assistente social e do dono do mercadinho. Ria também das cartas com cobranças da escola, do crediário e do cartão da loja. Dizia que não tinha nada a perder e, por isso, nada a temer.

Que ousadia, pensou Leontina, que coragem essa de Isaura, que fez um empréstimo de 5 mil reais no banco onde recebia o bolsa família, sem ter um único tostão no bolso para pagar. Nem emprego fixo Isaura tinha, e ainda dizia aos quatro ventos: “quiseram me dar esse dinheiro, eu aceitei, eu não disse pra ninguém que iria devolver”, e dava risadas largas e inconsequentes, afinal não tinha nada a perder, não tinha nada que fosse realmente seu e que pudessem lhe tirar, então, nada tinha a temer.

Mas Leontina não era assim, sempre quis “fazer tudo direitinho” ela dizia, apesar de a vida não ter sido em nenhum momento um pouco generosa com ela, nada foi fácil, nada de “mão beijada” ela pensa, e sente um misto de raiva e de culpa, pois tinha medo das cartas, das ações judiciais, do olhar do outro: não queria ser falada na rua, e assim iam seus pensamentos, embaralhando as ideias, e Leontina lembrando que o dia está só começando.

Mas logo a imagem dos filhos lhe pedindo as coisas que eles vêem na televisão lhe invade os pensamentos. Como eu faço quando elas pedem aquilo que eu não posso dar? E Leontina chora lembrando-se de todas as vezes que teve de dizer para os filhos que eles não podiam ter aquele brinquedo, que não podiam ter aquele iogurte, que não podiam comprar aquele tênis de luz de led, que não podiam comer churrasco, nem tomar coca-cola naquele mês, mas talvez no outro.

As lágrimas escorrem pela face, e Leontina se lembra do filho Jonas, de 10 anos, lhe dizendo que rezou muito ontem a noite, rezou porque tem esperança que o pai pare de beber e de brigar, e fique um bom pai, para a juíza deixar ele morar de novo com a gente, e a gente poder ser uma família de verdade. O que é uma família de verdade? Leontina pensa sem respostas.

Leontina perdida em seus devaneios olha as paredes velhas, as frestas nas ripas de madeira, as fotos nas paredes, a boneca atirada no canto do sofá, a pilha enorme de roupas para dobrar e guardar, e de repente toca o telefone. Num sobressalto, Leontina atende e recebe a estapafúrdia notícia do câncer da irmã, que mora em Ijuí, e que está sendo transferida para o hospital em Porto Alegre. O cunhado, sem conter o pranto, pede ajuda de Leontina para cuidar da esposa no Hospital, e ela concorda de imediato. Desliga o telefone e começa a chorar, sentindo no corpo e na mente o peso daquela vida endividada, quando subitamente sente o cheiro do feijão queimando no fogo. Seca as lágrimas depressa e corre para salvar o almoço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA E ALÉM DO GOVERNAMENTO DA POBREZA: ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A VIDA ENDIVIDADA E A DURA COBRANÇA DA TANATOPOLÍTICA

Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer.
(FOUCAULT, 1995, p. 256)

De repente Leontina escuta vários tiros na rua, um corre-corre, um alvoroço, portas e janelas batendo, a polícia gritando: "parado aí vagabundo".

Leontina pensa em Jurandir e suas pernas amolecem, ela precisa se segurar na pequena mesa em frente ao fogão. Seus olhos escurecem e ela pensa que vai desmaiar, mas acha forças para sair porta afora num sobressalto e ir ver o que está acontecendo.

Neste momento percebe que o corpo estirado no chão é de Paulinho, amigo de Jurandir, e suspira num misto de alívio, preocupação e indignação. Paulinho, um menino ainda, corpo frágil ensanguentado, rangendo os dentes e sussurrando de dor, quase sem forças até que perde completamente os sentidos.

Leontina está atordoada com a cena toda, as conversas dos vizinhos, o choro desesperado da mãe de Paulinho debruçada sobre o corpo do filho ensanguentado no chão, o barulho da sirene da SAMU chegando, e Leontina sente seus olhos se fechando e escurecendo sem que ela possa controlar, a sensação de tudo está saindo do ar, desaparecendo numa névoa.

Enquanto os socorristas da SAMU chegam ao local do tiroteio, todos na vila já sabem que a polícia espancou o menino, atirou no braço e na perna de Paulinho, mas não para matar, somente para dar uma lição, e mostrar aos outros meninos e moradores como as coisas operam no beco, na cidade, na vida desvalida daqueles que tem no sangue as marcas da escravidão e do genocídio de índios, negros e miseráveis, que acompanha a história deste país.

Concluir uma dissertação, terminar, encerrar, finalizar. Lembro de ter lido em algum lugar que uma dissertação não termina, a gente que precisa desistir dela.

Não pretendo aqui concluir, no sentido de dar um assunto por encerrado. Ao contrário, a cada página que escrevo, outras tantas questões se abrem para serem

escritas. A cada novo pensamento expresso no papel, um novo ponto dessa trama se faz e se coloca à ser também pensado, estudado, escrito.

Desta forma, o término agora de uma etapa, abre novas inquietações e desassossegos e eu percebo que este ponto que tento encerrar aqui, continuará em outro momento.

Enquanto escrevo, compreendo o quanto essa dissertação é movimento, o quanto aquilo que está escrito reflete o meu percurso nestes últimos dois anos, e também, de alguma forma, as minhas andanças nestes anos todos de trabalho na assistência social.

Neste início das considerações finais, penso que seja importante retomar a parcialidade de tudo que foi escrito aqui, lembrando que as conclusões também são sempre parciais, fragmentadas, incompletas, escritas a partir das minhas percepções e afetações neste trabalho.

O final do processo do mestrado e a escrita desta dissertação acontecem em meio ao turbilhão provocado pelas notícias de desmonte das políticas públicas de direitos, em meio às eleições municipais que a cada 4 anos alteram o quadro de gestão da política de assistência social, trazendo às secretarias municipais, pessoas em cargos de confiança que pouco ou nada conhecem do trabalho a ser realizado, mas que ocupam posições de comando na política. Em geral, secretários, diretores e gerentes são escolhidos e indicados para gestão da assistência, não por formação técnica, mas por indicação político partidária ou por indicação de vereadores, a fim de manter a governabilidade do prefeito. Além disso, a cada nova gestão municipal, secretários e prefeitos falam em corte de gastos públicos, que parece ser a palavra de ordem dos tempos atuais de Estado Mínimo, e desmontam as ações que vinham sendo realizadas, demandando articulação e luta dos trabalhadores a fim de manter minimamente os serviços que existiam.

Estes dois anos do mestrado, acrescidos também da especialização, foram anos de problematizações constantes, de muitas leituras, de muito estudo, de muito aprendizado, de reflexões e de mudanças. Ao longo desse período, inquietações cotidianas foram transformando meu fazer profissional, enquanto eu me sentia permanentemente me debatendo dentro da execução da política de assistência social. Continuar ou desistir? Eu não era mais a psicóloga/coordenadora do CREAS, que ao mesmo tempo atendia famílias vítimas de violência e coordenava o serviço, acompanhando o trabalho da equipe técnica e controlando relatórios, ofícios e

memorando administrativos, endividada em meio ao excesso de tarefas. Mas o que eu era então? Que trabalho era possível, depois de tantas problematizações que o mestrado me trouxe?

Eu não tinha essa resposta, e achei que era momento de uma virada no trabalho, uma transformação precisava acontecer, depois de tudo que o mestrado provocou em mim, acrescido pelo momento político brasileiro de desmonte das políticas de direitos. Então, depois de 15 anos em cargos de coordenação/gestão na política de assistência, solicitei meu desligamento da gestão para me dedicar somente ao trabalho de psicóloga no CREAS.

Essa transformação buscava dar conta das minhas angústias e inquietações, que aumentavam à medida que meu conhecimento e minha compreensão, do quanto nossa subjetividade vem sendo construída e cooptada por uma racionalidade neoliberal, foi avançando.

Compreender a política de assistência repetindo no contemporâneo ações caritativas, benevolentes e beneméritas que foram sendo construídas há mais de 3 séculos; perceber as ações dos trabalhadores do SUAS comumente atravessadas por julgamentos morais; depreender as lógicas de uma racionalidade neoliberal (consumista, individualista, endividada, etc), somada às estratégias disciplinares e pastorais, atravessando a atuação dos gestores/coordenadores/gerentes da assistência; constatar que políticas de direitos estão seriamente ameaçadas frente a uma lógica neoliberal consumista e individualista que pretende garantir a concentração das riquezas; tudo isso ainda me assusta, me paralisa, trava minha escrita dessa dissertação, me põe em suspensão, me obriga a pensar e buscar outras saídas, outros movimentos, outras brechas, outras rupturas, outras ações micropolíticas.

Minha adolescência e juventude foram vividas na efervescência dos movimentos sociais, dos movimentos de luta pela terra, por reforma agrária, por moradia, etc. Estive nas passeatas por eleições diretas para presidente, as “Diretas Já” e pelo impeachment do Presidente Collor, acompanhei as lutas dos sindicatos em greve por melhores condições de trabalho e de salário, e acreditei nas lutas por melhor distribuição de renda e enfrentamento da desigualdade social. Agora, em 2017 parece que todas estas lutas pela democracia, por poder viver num país mais justo, menos desigual, com menos privilégios e menos corrupção, se esvaem na minha frente. Quais são as lutas de agora? Como lutar? São perguntas que pulsam

e me invadem neste final de mestrado, mas que só poderão ser respondidas em outro momento de pesquisa.

Aliás cabe ressaltar aqui, que apenas alguns recortes foram feitos nesta dissertação, frente a um infinito de possibilidades de pesquisa acerca de mais de 20 anos de trabalho na assistência. Alguns poucos pontos foram explorados e muitos ficaram para ser vistos e problematizados em outros momentos.

Contudo, todo o tensionamento que o mestrado e a própria escrita da dissertação provocaram em mim, desacomodaram essa trabalhadora que iniciou na assistência social em junho de 1993, há exatos 24 anos. E, de todos os impensados pulsantes desta dissertação, que não apareceram nesta escrita mas que estão presente, hoje, indo em busca de outros caminhos, de outras trajetórias e histórias possíveis, a tanatopolítica irrompe na minha escuta, na minha escrita, na minha relação com os adolescentes e suas famílias.

Na busca destes outros caminhos, de encontrar com aquela que sou depois deste mestrado, voltei a trabalhar com as famílias vítimas de violência (que sempre atendi mesmo estando na coordenação do CREAS) e passei a trabalhar com algo novo para mim, com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e suas famílias. E a partir desse novo, outras experiências estão surgindo e tencionando meu trabalho.

Voltar para a “ponta do serviço”, como nós trabalhadores chamamos os psicólogos, assistentes sociais, educadores que atendem diretamente as famílias nos CRAS e CREAS, me colocou novamente em outro lugar frente as mazelas dos miseráveis da assistência. Escutar cotidianamente problemas como a violência doméstica aliada à violência do Estado, à violência da polícia, ao desamparo frente a vida endividada, foram me mostrando neste último semestre do mestrado, a articulação estreita entre a biopolítica descrita e problematizada nesta dissertação, e a dura tanatopolítica enfrentada pelos usuários da assistência: aqui em nossa terra não são opostos ou estratégias dissociadas no tempo-espço, são duas operações de uma mesma equação no governo da pobreza.

Desta forma, nesta transformação da minha ação dentro da política de assistência social, é que a tanatopolítica chega nas considerações finais desta dissertação. Não a tempo de desenvolvê-la enquanto um novo capítulo nesta escrita, mas como um impensado que irrompe e não pode ser ocultado, sufocado, sonegado frente as afetações que provoca.

Quando falamos do Brasil e da América Latina, com sua construção colonial-escravocrata brutal, de sucessivos regimes de exceção, vemos a persistência do “fazer morrer” imbricado com o fazer viver, operando nas políticas públicas. Neste sentido, no Brasil, encontramos a tanatopolítica presente e articulada com as questões da biopolítica, problematizada por Michel Foucault como principal estratégia das políticas públicas.

Podemos dizer que a política de assistência social opera fazendo viver um contingente de população pobre e desvalida. Contudo, a morte, o fazer morrer sempre se infiltra na assistência social, sempre aparece em meio aos atendimentos para governar a vida. A morte aparece naqueles meninos das medidas socioeducativas que simplesmente somem do acompanhamento, nas mães que choram a perda dos filhos, nos filhos órfãos de mães vítimas de violência obstétrica, no pai que morre sem acesso ao hospital porque não existem leitos e a verba de ampliação não chegou.

Neste sentido, biopolítica e tanatopolítica se imbricam, se misturam, se interligam e convivem ao mesmo tempo na vida da população pobre, miserável, negra, analfabeta, sem valor no jogo do mercado neoliberal. Segundo Coimbra e Nascimento (2005), para a pobreza e para os jovens pobres já há um caminho delineado, por isso, não é por acaso o alto índice de jovens pobres exterminados. Para os que conseguem sobreviver, estão previstos diferentes tipos de enclausuramento.

Muitos jovens pobres maiores de 18 anos encontram-se nas prisões, as chamadas prisões da miséria, segundo o sociólogo Loic Wacquant (2001) Há, também, inúmeros casos de “privação de liberdade” aplicada para os que têm entre 12 e 18 anos. Já para as crianças pobres, menores de 12 anos, restam os abrigos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 06).

A pobreza e a negritude no Brasil, carregam a marca do indivíduo indesejável, racialmente inferior, perigoso, nocivo e prejudicial. Neste sentido, são vidas que, se não incluídas pelo trabalho e pela ideia de uma vida organizada, podem e devem morrer.

E a assistência social convive diariamente com os efeitos dessa tanatopolítica que faz morrer essa população entendida como perigosa e sem valor frente as demandas do mercado e do consumo.

Há no Brasil, uma espécie de pena de morte não escrita, não autorizada, que permite matar sem se responsabilizar pela morte dos outros. Deixamos morrer, deixamos morrer dentro das cadeias, deixamos morrer pelas mãos da polícia, pelas mãos do narcotráfico, pelo poder de matar que todo cidadão que possuir uma arma na mão tem. É um tipo de exercício de poder que visa a aniquilação do outro, mas que ao mesmo tempo não quer se comprometer com essa aniquilação.

Nesta tanatopolítica, a morte se torna possível, na medida que deixamos morrer as crianças de fome, deixamos morrer os pobres, nossos políticos praticam verdadeiros genocídios, quando desviam o dinheiro das políticas públicas que reverteriam em bem-estar às populações. A vida das mulheres pobres está sempre no risco da morte, seja pela violência doméstica, seja pela medicina como nos casos de violência obstétrica, pela não-legalização do aborto que permite os abortos clandestinos, pelo risco de uma bala perdida na rua, ou um tiro dentro da própria casa.

Os desvalidos, o outro que não pode ser reconhecido como alteridade, aqueles que não merecem viver, são dizimados todos os dias, com formas mais amenas que os genocídios, para que suas mortes sejam aceitas por nossa sociedade.

Para Foucault (2005), a morte será incluída na biopolítica ou dentro dos cálculos dessa modalidade de biopoder através do Racismo de Estado (FOUCAULT, 2005), sendo este uma maneira de articulação entre o “fazer viver e o deixar morrer”. O racismo de Estado produz morte, não como no caso do poder soberano, mas com o princípio de que, “para aumentar a força da vida enquanto raça, é preciso uma operação de morte que mate ou exponha à morte” (SCISLESKI et al., 2016, p.90)

pode-se entender como a exceção soberana atua, pois, se a vida desses jovens pobres é incluída através de uma legislação que lhes garante direitos e deveres, a incapacidade do Estado para a ação – ou, pelo contrário, muita capacidade para a exceção – de atender a esses mesmos direitos coloca-os em situação de abandono. No entanto, quando os jovens não cumprem os seus deveres – não-cumprimento esse que muitas vezes é decorrente da própria “falha” na garantia dos direitos –, tais como estudar, ser disciplinado, não cometer atos infracionais, entre outros elementos, percebe-se que a mesma legislação incapaz de atender a seus direitos os intercepta, obrigando-os a encontrar-se com aqueles que representam os soberanos de nossos tempos: o policial, o pedagogo, o psicólogo, o médico, o juiz, etc. Dessa maneira, esses jovens são expostos à morte – entendendo aqui morte não apenas como a extinção da vida biológica estrita, mas como a desqualificação dessa vida, através do acesso a bens culturais, educação e

família, entre outros –, como é o caso da situação de interná-los em locais que ameaçam sua saúde por riscos de contaminação, violência, etc. (SCISLESKI et al., 2016, p.92).

No cotidiano das políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos, é bastante comum enfrentarmos os paradoxos que se colocam frente a inclusão social por um lado e a exposição a riscos por outro, para garantir essa mesma inclusão. Por exemplo, quando permitimos a entrada de jovens em um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo que os inclui no sistema produtivo, também os exclui da escola e de direitos trabalhistas. Neste sentido, impedimos o acesso destes jovens a outras e melhores oportunidades, e os expomos a situações de risco e à morte (SCISLESKI, 2010; REIS, 2012). É nesse sentido que tomamos essas situações como pautadas por uma lógica de racismo de Estado (FOUCAULT, 2005) e de tanatopolítica (AGAMBEN, 2007).

A biopolítica investe sobre a vida, e o poder normalizador exclui e inclui pessoas e grupos (sociais, étnicos, culturais, etc), que com base nos padrões normalizadores e em nome dos que devem viver, estipula-se quem deve morrer. O racismo de Estado “já não pode ser encarado meramente como fruto do ódio entre as raças, mas como uma doutrina política estatal a justificar a atuação violenta dos Estados modernos” (ROSA, 2007, p. 3).

Neste sentido, meu novo trabalho com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas aponta para um enfrentamento dessa tanatopolítica, ou seja, desse exercício de poder que visa o aniquilamento do outro. Ao mesmo tempo, escutando e compreendendo a vida desses jovens, é possível perceber o ato infracional também enquanto possibilidade de ação, de contraponto e de resistência à tanatopolítica. Em alguns momentos, neste trabalho, a sensação é a de que, apesar da Lei Áurea de 1888, de fato a escravidão brasileira ainda não tenha acabado.

No ordenamento jurídico brasileiro existe a possibilidade de matar um cidadão quando tal fato ocorrer no estrito cumprimento do dever legal, ou em legítima defesa, ou ainda quando decorrente de oposição à ação policial (antigamente conhecido como “auto de resistência”).

Contudo, podemos pensar que, frente a tanatopolítica dirigida, em especial aos pobres no Brasil, o governo produzido pela biopolítica enquanto estratégia de ação das políticas públicas, se apresenta também como potência, uma vez que,

por vezes, se contrapõe ao fazer morrer. Mesmo diante de uma série de condicionalidades da política e de condução das condutas a fim de obter comportamento adequado segundo a lógica neoliberal, é muitas vezes nestes espaços de controle do SUAS que se produzem importantes brechas de escutas e ultrapassamentos das próprias condicionalidades.

Ademais, partindo desta biopolítica de fazer viver, pode-se problematizar a possibilidade de governamentos mais sutis, com mais abertura, menos condicionalidades, buscando articular-se com o desejo dos usuários. De qualquer forma, tal conduta segue sendo governo e nos colocará novas questões, mas diante de uma realidade com tamanha força tanatopolítica, esse trabalho biopolítico pode também abrir frestas e pequenas rupturas que poderão afirmar resistência e potência.

Assim, cabe problematizar e potencializar a abertura de outros campos de possibilidade de ação dos sujeitos usuários da política de assistência social, possibilitando maior compreensão dos governamentos a que estão submetidos e possibilitando maior capacidade de ação e resistência frente a esses governamentos.

Na medida em que um adolescente que cometeu um ato infracional, compreende as dinâmicas do Sistema de Garantia de Direitos e as dinâmicas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, nos quais ele está inserido, pode ampliar sua potência de ação dentro desses sistemas, ampliando também sua capacidade de resistência.

Para finalizar essa escrita, cabe refletir que problemas estruturais tão intensos como temos no Brasil, que dizem respeito a uma grave desigualdade socioeconômica, à pobreza intensa, à violência, ao narcotráfico, à corrupção, entre outros, não parecem ter uma perspectiva de resolução. Contudo, isso não significa que não temos nada a fazer, ao contrário, continuar trabalhando na defesa de direitos sociais se torna extremamente necessário. Entretanto, repensar e analisar constantemente nossa implicação neste trabalho, nossa postura ético-estético-política, estendendo nossa capacidade de escuta e de encontro com o outro reconhecido como alteridade, ampliando nossas potências de ação no mundo, parece ser um começo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007. v. 1.

ARAÚJO, Marcos Guilherme Belchior de. **Sociedade de controle e capitalismo rizomático**. Disponível em: <<http://www.revista.criterio.nom.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BARROS, Thiago de Sousa; OLIVEIRA PINTO, Felício de. Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010). **Espacios**. v. 35, n. 5, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350408.html>>. Acesso em: 12, Ago, 2017.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENELLI, Silvio José; COSTA-ROSA, Abílio. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000400014&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BENEVIDES, R. A psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? **Revista de Psicologia & Sociedade**, v.17, n. 2, p. 21-25, mai/ago. 2005.

BRAKEMEIER, Gottfried. Vocação e profissionalismo. **Entrevista 19/11/2009**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/p-dr-gottfried-brakemeier-vocacao-e-profissionalismo>>. Acesso em: 09, julho, 2016.

BRANDÃO, André A. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**, v. 2, n.1, p. 141-157, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUCHWEITZ, Wilfrid. **Jornal Evangélico Luterano**, n. 757, 2012. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/jorev/topico/unidade/69>>. Acesso em: 09, julho, 2016.

BUENO, Marina. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania. **Lugar Comum**, n.29, p. 33-46, 2009. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110610120258As%20condicionalidades%20do%20Programa%20Bolsa%20Familia%20-%20Marina%20Bueno.pdf>. Acesso em: 21, abril, 2017.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Virtual Textos & Contextos**. n. 2, a. 2, dez. 2003.

CARVALHO, Diego. O que é resistência na sociedade de controle? **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v.16, n. 3, p.257-260, setembro/dezembro 2014.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado** – Investigações de Antropologia Política. Porto: Afrontamento/Francisco Alves, 1979.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**, a. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. **Fractal - Revista de Psicologia**. v.26, n. especial, pp.551-576, 2014.

_____. **Compondo subjetivações biografemáticas**: a arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. Disponível em:

<<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/3942/4617>>.

Acesso em: 28, abril, 2017.

_____; FONSECA, Tânia Galli. As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. **Fractal – Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 415-431, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em:28, abril, 2017.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. São Paulo em perspectiva, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CUNHA, Anete R. **A política pública de assistência social: uma trama**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

FERREIRA, V. V. F.; VISCOVI, R. G. L. **Na impossibilidade da palavra, o ato**: adolescência e a lei. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume8%20n2/PPP%20_2%20Art_%20.pdf>. Acesso em: 18, junho, 2017.

MORENO FILHO, José William Moreira. O acontecimento trabalho e sua ressonância na sociedade de controle. **Revista Helius**. a. 1 n. 2, Jan-Jun 2014, p. 49-55.

FONSECA, Tania Galli et al. Narrativas das infâmias: um pouco de possível para a subjetivação contemporânea. **Athenea Digital**, 2015.

_____. Delírio como método: a poética desmedida das singularidades. **Revispsi**, n.1, a. 10, p. 169-189, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a12.pdf>>. Acesso em: 28, abril, 2017..

FONSECA, Tânia Galli; KIRST, Patrícia. **Cartografias e Devires**: a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FONSECA, João Paulo Ayub. Normalização e bio-poder na obra de Michel Foucault. **Theoria** - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, v. 4, n.11, 2012. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/edicao11/normalizacao_e_bio-poder_na_obra_de_michel_foucault.pdf>. Acesso em:28, abril, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-78.

_____. **Ditos e Escritos vol. III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

GORZ, André. **O Imaterial** - Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica** - cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HAMANN, Trent. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, v. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/12910/9387>>. Acesso em: 28, abril, 2017.

KREHER, Rodrigo. **Ou caminha com Deus, ou dança com o diabo**: igrejas neopentecostais e governo da juventude pobre. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

LAZZARATTO, Maurizio. **La fábrica del hombre endeudado**. Ensayo sobre la condición neoliberal. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.

LAVERGNE, Rémi Fernand. **Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 28, nov, 2016.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

MARIANO, Ricardo. Os Neopentecostais e a teologia da prosperidade. **CEBRAP**, n. 44, 1996.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JR. Carlos Augusto. Genealogia do biopoder. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 157-165, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a02.pdf>>. Acesso em: 28, abril, 2017.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução 109**, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. LOAS “Anotada”. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 2009.

_____. **Bolsa família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros**. Brasília, 2010.

_____. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. v. 1.1 ed., Brasília, 2012.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS -Brasília**, 2012.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Declaração - Isto não é um Manifesto**. São Paulo: n-1, 2014.

REIS, C. dos. **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIVERO, Facundo Guerra. O futuro da resistência e a resistência do futuro. **Ponto e vírgula**, n. 10, p. 207-216, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13909>>. Acesso em: 10, junho, 2017.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A Cartografia e a relação pesquisa e a vida**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ROSA, Susel Oliveira da. Fazer viver é deixar morrer. **Revista Aulas**, n. 3, Dez. 2006 – Mar. 2007, p. 1-14. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/download/1938/1399>>. Acesso em: 10, junho, 2017.

SCISLESKI Andrea Cristina Coelho et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 84-93, Campo Grande, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1139>>. Acesso em: 10, junho, 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Rosane Neves da. Notas para uma genealogia da psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 2, n. 16, p.12-19, maio/ago 2004.

SOUZA, Marisa et al. **O Percurso Histórico Do Serviço Social**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7492449-O-percurso-historico-do-servico-social.html>>. Acesso em: 14, dez, 2015.

TAVARES, Frederico; PONTES, Fernando. **Kits de subjetividade e antropofagia**: algumas considerações sobre o consumo e a publicidade na sociedade de controle. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1542-1.pdf>>. Acesso em:10, junho, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governamento. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, p.79-85, Jul/Dez 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. 2013. Disponível em: <<http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita.-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ZUCCHETTI, Dinorá Tereza. **Jovens**: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.